



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA -
PPGG/UEPA



Mirian Clara Carvalho Rodrigues

**A FEIRA LIVRE DE CAMETÁ: IDENTIDADES E
(TRANS)TERRITORIALIDADES**

Belém – PA
2022

Mirian Clara Carvalho Rodrigues

A FEIRA LIVRE DE CAMETÁ: IDENTIDADES E (TRANS)TERRITORIALIDADES

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Pará, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Aiala Colares de Oliveira Couto.

Belém – PA
2022

RESULTADO _____.

DATA: ____ / _____ / ____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Aiala Colares de Oliveira Couto
(orientador)

Prof. Dr. Willame de Oliveira Ribeiro – Avaliador Interno

Prof. Dr. Tiago Veloso dos Santos – Avaliador Externo

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

Biblioteca do CCSE/UEPA, Belém - PA

Rodrigues, Mirian Clara Carvalho

A feira livre de Cametá: identidades e (trans) territorialidades / Mirian Clara Carvalho Rodrigues; orientação de Aiala Colares de Oliveira Couto.- Belém, 2022.

Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade do Estado do Pará. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Belém, 2022.

1. Feiras livres-Cametá (PA). 2. Territorialidade humana-Cametá (PA). 3. Identidade-Camatá (PA). I. Couto, Aiala Colares de Oliveira (orient). II. Título.

CDD. 23º ed. 307.76098115

Regina Coeli A. Ribeiro - CRB-2/739

Dedicado à pessoa mais forte que conheço, Vacilda, minha mãe.

AGRADECIMENTOS

Gratidão, apreciação, dar um “obrigado”. Não interessa que palavras você use, elas significam a mesma coisa. *Felicidade*. Assim sendo, hoje, sou feliz por crer em um Deus que sabe de todas as coisas, que guiou meus passos e que me deu forças para ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo do caminho. Essa força maior que me surpreende e me ensina sempre que eu preciso confiar, mesmo sem compreender, e, um dia após o outro, faz o sol brilhar para mim inédito outra vez.

Sou feliz pela vida do ser mais generoso, amoroso, humilde e forte que conheci nessa vida, minha mãe Vacilda Rodrigues, sem a qual nada disso poderia se realizar. Essa mulher é a força motriz da minha existência, responsável por cada sonho e vitória que alcancei, pois, ainda diante das dificuldades de ser uma mãe solteira, fez todo o possível para que eu tivesse uma educação de qualidade e me tornasse a mulher que sou hoje. De todas, essa sem dúvida é minha maior alegria.

Sou feliz por, em minha trajetória acadêmica, ter encontrado professores que se tornaram amigos, como: Dr. Marcel Ribeiro Padinha, meu orientador na graduação, que me deu todo suporte necessário para ingressar na pós-graduação, desde a elaboração do projeto e empréstimo de livros para a prova escrita, até direcionamentos da pesquisa e correção da dissertação, este homem é o tipo de profissional que eu sonho em ser um dia; e Dr. Tiago Veloso dos Santos, que se fez presente na minha banca de qualificação e de defesa, com contribuições pertinentes sobre a pesquisa, abrindo minha mente para um futuro doutorado.

Para concluir, como nenhum homem é inteiramente uma ilha, sou feliz pelos laços de amizades que firmei e conquistei durante esses dois anos e meio, os quais foram meu apoio tanto na construção da pesquisa, quanto na vida. Em especial, quero destacar minha amiga de casa, de faculdade e da vida, Maeli de Sousa Caldas, que compartilhou desse sonho comigo em todas as suas etapas, ainda que muitas vezes a vontade era de ficar a quilômetros de distância uma da outra, felizmente, nosso laço é mais forte.

Isto posto, é fato que o que qualquer pessoa precisa é de alguém que dê um passo à frente, fazendo a gente perceber que não estamos sozinhos. Portanto, sou grata pelos amigos, pela família, pelas pequenas e grandes e vitórias ou, simplesmente, por estarmos vivos. No final das contas, o fato de termos coragem pra continuarmos firmes de pé é razão suficiente para celebrar.

LISTA DE SIGLAS

GOPURB – GRUPO DE PESQUISA GEOGRAFIA DO PARÁ URBANO

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

PMC – PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMETÁ

PPGG – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

SEMADRE – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E ECONÔMICO

SETOB – SECRETARIA DE TRANSPORTES, TERRAS E OBRAS

TERRA – TERRITÓRIOS EMERGENTES E REDES DE RESISTÊNCIA NA AMAZÔNIA

LISTA DE IMAGENS

FIGURA 1: ORLA DE CAMETÁ DÉCADA DE 1800.....	85
FIGURA 2: PRIMEIRO MERCADO MUNICIPAL DE CAMETÁ.....	85
FIGURA 3: MERCADO DE CARNE	89
FIGURA 4: MERCADO DE PEIXE	89
FIGURA 5: FEIRA DA FARINHA.....	90
FIGURA 6: FEIRA DO AÇAÍ.....	91
FIGURA 7: GALPÃO	92
FIGURA 8: SETOR DAS LANCHONETES	93
FIGURA 9: ÁREA EXTERNA	94
FIGURA 10: ESTRUTURA FÍSICA DO MERCADO DE PEIXE.....	98
FIGURA 11: ESTRUTURA FÍSICA DA FEIRA DA FARINHA.....	98
FIGURA 12: VENDA DE DOBRADINHAS E OSSOS NO MERCADO DE CARNE	99
FIGURA 13: VENDA DE PORCO DA ÁREA EXTERNA.....	99
FIGURA 14: PONTOS COMERCIAL NA ÁREA EXTERNA	100
FIGURA 15: ORLA DE CAMETÁ.....	101
FIGURA 16: INSTITUTO NOSSA SENHORA AUXILIADORA (INSITUIÇÃO DE ENSINO PRIVADO).....	104
FIGURA 17: ARAPARI NAVEGAÇÕES (AGÊNCIA DE TRANSPORTE).....	105
FIGURA 18: FEIRA LIVRE: CARREGADOR.....	106
FIGURA 19: VENDEDOR AMBULANTE DE LANCHE.....	107
FIGURA 20: FEIRA LIVRE: RELAÇÕES DE AFETIVIDADE E SOCIABILIDADE NO MERCADO DE PEIXE	110
FIGURA 21: TROCA SIMBÓLICA ENTRE FEIRANTE E FREGUÊS DO MERCADO DE PEIXE.....	112
FIGURA 22: COMUNIDADE QUILOMBOLA DO PORTO ALEGRE.....	125
FIGURA 23: ETAPA DE PRODUÇÃO DE FARINHA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO PORTO ALEGRE.....	125
FIGURA 24: PRODUÇÃO DA FARINHA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO PORTO ALEGRE	126
FIGURA 25: PISCICULTURA NA LOCALIDADE DO TUREMA- CAMETÁ (PA).....	129
FIGURA 26: AÇAIZAL NA LOCALIDADE DE RIO ARICURÁ	130
FIGURA 27: AÇAIZAL NA LOCALIDADE DE RIO TUREMA	130
FIGURA 28: AÇAIZAL NA LOCALIDADE DE RIO TUREMA	131
FIGURA 29: AÇAIZAL NA LOCALIDADE DE RIO ARICURÁ	131
FIGURA 30: SOCIABILIDADE ENTRE MORADORAS DA LOCALIDADE DO RIO TUREMA- CAMETÁ (PA).....	132
FIGURA 31: CONVERSA INFORMAL ENTRE VIZINHOS NO BAIRRO NOVO	134
FIGURA 32: USO DO PIX NA FEIRA DA FARINHA EM CAMETÁ-PA.....	135
FIGURA 33: TRANSPORTE DE AÇAÍ EM DIREÇÃO À FEIRA LIVRE DE CAMETÁ (PA)	141
FIGURA 34: TRANSPORTE DE MADEIRA EM DIREÇÃO À FEIRA LIVRE DE CAMETÁ (PA)	142
FIGURA 35: PORTO DA FEIRA DO AÇAÍ-CAMETÁ (PA).....	142
FIGURA 36: TRANSPORTE DE PESSOAS E PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS EM DIREÇÃO ÀS ILHAS DE CAMETÁ (PA).....	143
FIGURA 37: ESCAMADOR NA FEIRA DO AÇAÍ	144
FIGURA 38: CARREGADOR NO MERCADO DE PEIXE	145

FIGURA 39: EVANGELISMO REALIZADO PELA IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS NA FEIRA LIVRE DE CAMETÁ (PA).....	146
FIGURA 40: CABANA BOA FÉ DO PAI JOSIAS E DO CABOCLO ZÉ RAIMUNDO NO GALPÃO DA FEIRA LIVRE (CAMETÁ-PA).....	147
FIGURA 41: PRODUTOS COMERCIALIZADOS NA FEIRA LIVRE DE CAMETÁ (PA): DERIVADOS DA MANDIOCA, BACURI, MURUCI E ABACAXI.....	148
FIGURA 42: BEIJU DE MANDIOCA.....	148
FIGURA 43: VENDA DE BISCOITO DE LEITE E PÃO	148
FIGURA 44: PRODUTOS COMERCIALIZADOS NA FEIRA LIVRE DE CAMETÁ (PA): MAPARÁ.....	149
FIGURA 45: PRODUTOS MEDICINAIS E ESPECIARIAS COMERCIALIZADAS NA FEIRA LIVRE DE CAMETÁ (PA).....	149
FIGURA 46: VENDA DE PRODUTOS MEDICINAIS NA ÁREA EXTERNA.....	151
FIGURA 47: TROCAS SIMBÓLICAS ENTRE FEIRANTE E FREGUESES.....	152
FIGURA 48: RECEITA CASEIRA PARA DOR DE GARGANTA.....	153

LISTA DE MAPAS

MAPA 1: LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMETÁ	25
MAPA 2: LOCALIZAÇÃO DA FEIRA LIVRE DE CAMETÁ SEGUNDO A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMETÁ	86
MAPA 3: LOCALIZAÇÃO DA FEIRA LIVRE DE CAMETÁ SEGUNDO A PESQUISA... ..	87
MAPA 4: MAPA DE FLUXO INTERURBANO-FEIRA LIVRE	137
MAPA 5: MAPA DE FLUXO INTRAURBANO-FEIRA LIVRE	138
MAPA 6: MAPA DE FLUXO INTRAURBANO-FEIRA LIVRE	139
MAPA 7: MAPA DE FLUXO INTRAURBANO-FEIRA LIVRE	140

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: PRODUTOS COMERCIALIZADOS NA FEIRA DE CAMETÁ E SUA ORIGEM	95
QUADRO 2: ESTRUTURA FÍSICA DOS PONTOS COMERCIAIS	96
QUADRO 3: CONDIÇÕES ESTRUTURAIS DOS PONTOS COMERCIAIS	97
QUADRO 4: CARACTERÍSTICAS DOS DOIS CIRCUITOS DE ECONOMIA URBANA DE MILTON SANTOS E A FEIRA LIVRE DE CAMETÁ NA ORLA DE CAMETÁ.....	102
QUADRO 5: DISTRIBUIÇÃO DE FEIRANTES POR ATIVIDADE DESENVOLVIDAS NOS ESPAÇOS DA FEIRA LIVRE DE CAMETÁ.....	115
QUADRO 6: FEIRA LIVRE DE CAMETÁ: GRAU DE ESCOLARIDADE DOS FEIRANTES	117
QUADRO 7: FEIRA LIVRE DE CAMETÁ: DISTRIBUIÇÃO DOS FEIRANTES PESQUISADOS POR GRUPO DE IDADE E GÊNERO, 2021	118
QUADRO 8: FEIRA LIVRE DE CAMETÁ: FEIRANTES POR INTERVALO DE TEMPO DE INÍCIO DA ATIVIDADE, 2021	119
QUADRO 9: FEIRA LIVRE DE CAMETÁ: DISTRIBUIÇÃO DOS FREGUESES PESQUISADOS POR GRUPO DE IDADE E GÊNERO, 2021	121
QUADRO 10: FEIRA LIVRE DE CAMETÁ: GRAU DE ESCOLARIDADE DOS FREGUESES.....	122
QUADRO 11: DISTRIBUIÇÃO DE FREGUESES SEGUNDO A FREQUENCIA EM FAZER FEIRA.....	123

ORGANOGRAMA

ORGANOGRAMA 1: ORGANOGRAMA: ETAPAS DE OPERACIONALIZAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DA PESQUISA.....	28
---	----

RESUMO

Considerando que a feira livre corresponde a um espaço que exerce centralidade na dinâmica das cidades ribeirinhas amazônicas, pois trata-se de um polo econômico com convergência de fluxos e territorialidades, esta é entendida como um dos espaços de maior expressividade transterritorial no urbano ribeirinho. Partindo-se desse princípio, esta pesquisa busca entender a dinâmica transterritorial do espaço da Feira Livre da cidade de Cametá, voltando-se para a análise de sua estruturação, fluxos, formas de apropriação e trocas econômicas e simbólicas entre os sujeitos que deslocam-se de outros bairros, vilas, ilhas, estradas e cidades vizinhas para a feira, acabando por configurar uma peculiaridade territorial a esta área em detrimento dos demais espaços da cidade. Portanto, realizou-se um trabalho de aprofundamento de teorias, em especial, sobre o conceito de transterritorialidade, tendo Rogério Haesbaert como pioneiro na geografia brasileira, compreendendo-a como a territorialidade regida “no e pelo movimento” (2012, p. 31), a fim de buscar subsídio para analisar a geografia do lugar. Com o intuito de atingir os objetivos propostos, priorizou-se o levantamento bibliográfico de livros, capítulos de livros, artigos, dissertações e teses, buscando explorar noções de territorialidade e transterritorialidade e feira livre; o levantamento documental com informações fornecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), Prefeitura Municipal de Cametá e Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Econômico, com o propósito de conhecer o espaço lócus e sujeitos de investigação para que possamos concebê-los a luz dos conceitos abordados; e o trabalho de campo, no qual fez-se uso de técnicas de observação, entrevistas, depoimentos e análise de dados para compreender as materialidades e imaterialidades presentes dentro da feira livre. Tais metodologias permitiram compreender os aspectos econômicos e socioculturais dos sujeitos e o do espaço estudado, onde nos deparamos com um hibridismo territorial que surge a partir da apropriação e uso dos espaços da feira, acabando por produzir sua identidade transterritorial.

PALAVRAS-CHAVE: Feira Livre. Território. Transterritorialidade. Identidade. Cametá-Pará.

ABSTRACT

Considering that the open market corresponds to a space that plays a central role in the dynamics of Amazonian riverside cities, as it is an economic pole with convergence of flows and territorialities, it is understood as one of the spaces of greater transterritorial expressiveness in the riverside urban. Based on this principle, this research seeks to understand the transterritorial dynamics of the Feira Livre space in the city of Cametá, turning to the analysis of its structuring, flows, forms of appropriation and economic and symbolic exchanges between the subjects that move from other neighborhoods, towns, islands, roads and neighboring cities to the fair, ending up configuring a territorial peculiarity to this area to the detriment of other spaces in the city. Therefore, a work was carried out to deepen theories, in particular, on the concept of transterritoriality, with Rogério Haesbaert as a pioneer in Brazilian geography, understanding it as territoriality governed “in and by movement” (2012, p. 31), in order to seek support to analyze the geography of the place. In order to achieve the proposed objectives, priority was given to the bibliographic survey of books, book chapters, articles, dissertations and theses, seeking to explore notions of territoriality and trans-territoriality and open markets; the documental survey with information provided by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), the Municipality of Cametá and the Municipal Department of Agriculture, Rural and Economic Development, with the purpose of knowing the locus space and subjects of investigation so that we can conceive them the light of the concepts covered; and the field work, in which observation techniques, interviews, testimonies and data analysis were used to understand the materialities and immaterialities present within the free fair. Such methodologies allowed us to understand the economic and sociocultural aspects of the subjects and the space studied, where we are faced with a territorial hybridism that arises from the appropriation and use of the fair spaces, eventually producing its transterritorial identity.

KEYWORDS: Free Fair. Territory. Transterritoriality. Identity. Cametá-Pará.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
1.1 OBJETIVOS	18
1.2 JUSTIFICATIVA.....	18
1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	20
1.3.1 <i>Método, tipo e caracterização da pesquisa</i>	21
1.3.2 <i>Contextualizando o objeto, lócus e sujeitos da pesquisa</i>	24
1.3.3 <i>Etapas e procedimentos da pesquisa</i>	27
2 TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E TRANSTERRITORIALIDADE: DA DOMINAÇÃO POLÍTICO-ECONÔMICA À APROPRIAÇÃO SIMBOLICO-CULTURAL.....	37
2.1 DEFININDO A CONCEPÇÃO DE TERRITÓRIO PARA A PESQUISA	38
2.2 AS MÚLTIPLAS TERRITORIALIDADES NO CONTEXTO SOCIOESPACIAL.....	43
2.3 A DIMENSÃO (TRANS)TERRITORIAL DOS SUJEITOS: PARA ALÉM DAS MULTITERRITORIALIDADES	48
2.4 SUJEITOS, IDENTIDADES E TRANSTERRITORIALIDADES	57
3 AMAZÔNIA: POR UMA HISTÓRICO-GEOGRAFIA DAS FEIRAS	64
3.1 A ORIGEM DO COMÉRCIO NA AMAZÔNIA	65
3.2 RIOS, PORTOS E TRAPICHES: O PAPEL DAS REDES NO DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES DA AMAZÔNIA.....	71
3.3 CIDADE, COMÉRCIO E AS FEIRAS: A (R)EXISTÊNCIAS DE UM PADRÃO DE ORGANIZAÇÃO ESPACIAL NO TERRITÓRIO AMAZÔNICO	75
4 CAMETÁ: PROCESSOS HISTÓRICOS DE FORMAÇÃO DA FEIRA DE UMA CIDADE RIBEIRINHA DA AMAZÔNIA	82
4.1 ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DA FEIRA LIVRE DE CAMETÁ E SEU ENTORNO	83
4.2 A GEOGRAFIA DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS NA ORLA DA CIDADE ..	101
4.3 A ECONOMIA DAS TROCAS SIMBÓLICAS NA FEIRA DE CAMETÁ	108
5 ANÁLISE DAS TERRITORIALIDADES PARA SE COMPREENDER AS (TRANS)TERRITORIALIDADES NA FEIRA DE CAMETÁ.....	113
5.1 OS SUJEITOS TERRITORIAIS: DA DOMINAÇÃO POLÍTICO-ECONÔMICA À APROPRIAÇÃO SIMBÓLICO-CULTURAL.....	113
5.2 AS MÚLTIPLAS TERRITORIALIDADES NA CONSTRUÇÃO DAS TRANSTERRITORIALIDADES EM CAMETÁ.....	123
5.3 A CONSTRUÇÃO DAS TRANSTERRITORIALIDADES NA FEIRA LIVRE DE CAMETÁ.....	136
6 CONCLUSÃO	154
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	156
8 ANEXOS	166

1. INTRODUÇÃO

Antes mesmo do raiar do sol de todas as manhãs, já é possível perceber, ainda que distante, o movimento constante de embarcações transpondo o rio Tocantins, em direção a Cametá – cidade ribeirinha – emoldurada pela floresta amazônica que atrai um considerável contingente populacional advindo de ilhas, vilas e cidades vizinhas para sua Feira Livre com o intuito de “fazer feira” e, mesmo que não intencionalmente, produzir uma (trans)territorialidade.

Historicamente, é muito comum ouvir a expressão “hoje/amanhã vou fazer feira”, um vocábulo que ao longo dos anos carrega múltiplos significados para a vida das pessoas que faziam e ainda fazem esse deslocamento, seja de forma cotidiana ou mensalmente, e de maior significância ainda para aqueles que utilizam esse espaço como fonte de obtenção de renda. Diante disso, a Feira Livre corresponde a um espaço de grande importância na dinâmica das cidades ribeirinhas da Amazônia, pois trata-se de um polo econômico da cidade, com convergência de fluxos que produzem territorialidades, o que confere a esse ambiente um espaço diferenciado no contexto urbano de Cametá.

O lócus da pesquisa é dotado por um conjunto de estruturas composta por um conjunto de feiras fragmentadas, mercados¹ e corredores² de bancas repletos de pessoas disputando espaço frente às hortaliças, verduras, frutas, roupas e importados, comportando também múltiplas relações sociais que vão desde os conflitos por espaço até os laços mais afetivos de solidariedade com próximo. Assim, as atividades desenvolvidas no interior da feira – comerciais ou culturais – provocam a construção de territórios delimitados materialmente ou circunscritos simbolicamente.

O fluxo de pessoas e mercadorias que emanam das águas e estradas para as feiras amazônicas, descortinam uma polissemia de sociabilidades e territorialidades. A correria ainda que vista de longe, revela a velocidade das relações existentes, é o espaço da oralidade e do improvisado, da relação direta que vai das expressões regionais ao toque, do “pregão” ao negócio realizado. A feira é, concomitantemente, uma instituição fragmentada e articulada, “fruto” dos processos produtivos desenvolvidos pelos agentes sociais que, ao se apropriarem materialmente e simbolicamente dos espaços, evocam uma multiplicidade de territorialidades (BRAUDEL, 1998, p.16) que se deslocam e interrelacionam no espaço, produzindo elementos identitários transterritoriais.

¹ Galpões destinados à venda de, especificamente, de farinha, carne, peixe, açaí e roupas.

² Trata-se de um lugar alargado, que se usa de passagem.

Deste modo, esta dissertação de mestrado consiste em um estudo no qual busca-se entender a dinâmica (trans)territorial presente, de forma concreta e simbólica, a partir de sua forma-conteúdo mais expressiva, qual seja, o espaço da Feira Livre de Cametá – cidade localizada na porção oriental da Amazônia brasileira, mesorregião nordeste do Estado do Pará, subunidade regional do Baixo Tocantins –, partindo-se da análise de sua estruturação, fluxos, formas de apropriação, trocas econômicas e simbólicas que se deslocam a partir da feira para outros bairros da cidade, vilas, ilhas, estradas e cidades vizinhas, acabando por configurar uma singularidade territorial a esta área em relação aos demais espaços da cidade.

Entendida nesta pesquisa como espaço/território de encontros e desencontros, por reunir formas de viver e se relacionar de diferentes realidades identitárias (ribeirinhos, quilombolas, camponeses da zona rural e moradores da cidade), a Feira Livre de Cametá articula importantes traços da vida cotidiana tradicional e moderna, pois comporta em seu espaços tanto aspectos de organização pautadas em lógicas coloniais quanto arranjos territoriais produzidos a partir de lógicas contemporâneas, envolvendo diferentes sujeitos que produzem relações de poder capazes de conformar as múltiplas territorialidades, sobretudo quando se considera a organização política dos feirantes por meio de associações que se definem como “formas modernas” de gestão pública dos espaços.

Nestes termos, tendo como princípio a necessidade teórica e empírica em estudar e explicar as relações territoriais que surgem a partir da Feira Livre de Cametá-PA, tem-se então, a seguinte questão geral: Como estão configuradas espacialmente as distintas territorialidades expressas no e a partir do espaço da Feira Livre de Cametá? Essas diferentes territorialidades acabam por dotar/conceber ao espaço da feira da cidade um componente, ou mesmo, uma natureza transterritorial?

Esta questão geral serviu como direcionamento para que pudéssemos alcançar os objetivos do presente trabalho. Para tanto, a partir da questão norteadora acima, buscou-se ainda a formulação de questões específicas que cumpriram um importante papel/função analítico-interpretativa ao longo da pesquisa, que a saber foram:

a) É possível afirmar a existência de um padrão de organização socioespacial no território das Feiras Livres amazônicas?

b) De que maneira as trocas materiais e simbólicas desenvolvidas pelos agentes sociais do/no espaço (feirantes, fregueses, transeuntes, agentes fiscalizadores) conformam a identidade territorial da Feira de Cametá?

c) Como se manifestam, dentro da Feira Livre de Cametá, sócio-espacial e simbolicamente, as territorialidades produzidas por seus diferentes sujeitos territoriais que ocupam e usam esse espaço?

Buscar responder essas indagações foram importantes para, não somente conhecer o espaço da feira, mas também compreender melhor as práticas cotidianas de consumo e realização da vida desenvolvidas a partir dela. Destaca-se então que essas práticas cotidianas se dão a partir de grupos sociais de culturas diferentes, que promovem um *saber-fazer* que possibilita a emergência de novas concepções e conotações territoriais capazes de produzir territorialidades múltiplas e conformar múltiplos territórios.

1.1 OBJETIVOS

Em vista de entender as singularidades territoriais presentes na Feira Livre de Cametá, esta dissertação elencou os seguintes objetivos.

Objetivo geral: compreender como as distintas territorialidades e uma possível transterritorialidade se faz presente a partir do espaço da Feira Livre de Cametá, uma forma-conteúdo de grande expressividade identitária e territorial ao município de mesmo nome e a microrregião de Cametá.

Objetivos específicos:

- a) Conhecer o padrão de organização socioespacial da Feira Livre de Cametá, a partir de uma reconstrução histórica do processo de constituição desse espaço enquanto feira e a influência dos circuitos de economia urbana;
- b) Identificar elementos da identidade territorial da Feira Livre e, conseqüentemente, de Cametá, através da análise das trocas materiais e simbólicas desenvolvidas no espaço estudado;
- c) Identificar as territorialidades materializadas pelos diferentes sujeitos que ocupam, usam, produzem, consomem o espaço por meio de formas materiais e imateriais das práticas cotidianas que acabam por configurar a (trans)territorialidade na geografia do espaço estudado.

1.2 JUSTIFICATIVA

A observação das relações sociais estabelecidas e constituídas por relações simbólicas e de poder que acabaram por conduzir-nos a algumas reflexões acerca das questões que envolviam as territorialidades múltiplas a partir desse espaço, isto é, a análise das interações

estabelecidas entre seus frequentadores levou-nos a indagar a respeito da diversidade das formas de vida que compõe a dinâmica urbana da feira livre, na qual um ato aparentemente simples de comprar um peixe, pode carregar uma gama de significados que ultrapassam a razão prática que o envolve. Assim, a partir desse momento, sentiu-se a necessidade de redefinir e deslocar os olhares sobre os espaços das Feiras Livres ribeirinhas na Amazônia, espaço ainda pouco explorado pela comunidade de geógrafos.

As impossibilidades de pesquisar e discutir diferentes realidades nesta “formação socioespacial” (SANTOS, 2005 [1977]) trouxeram a necessidade de optar. Era necessário reduzir para ampliar. Posto isso, a escolha da Feira Livre de Cametá, especificamente para esse estudo de caso³, em detrimento das feiras das cidades de Mocajuba, Baião, Oeiras do Pará, Limoeiro (localizadas no entorno) e das pequenas feiras das vilas que compõem o município, valeu-se por um lado pela localização e importância econômica, já que encontra-se em uma cidade de responsabilidade territorial que desenvolve uma *função polarizadora*⁴, o que contribui significativamente para a diversidade e heterogeneidade das formas espaciais e de viver dos sujeitos sociais que a compõe, formas estas que se contrapõem ou complementam-se nas práticas cotidianas de se fazer feira.

Por outro lado, deve-se também ao processo de ocupação do território amazônico que cooperou para que o município comporte uma das mais antigas feiras da mesorregião do nordeste paraense, de uma configuração e localização à margem esquerda do rio Tocantins, refletindo aspectos das formas de apropriação dos espaços pelos colonizadores e conferindo-lhe uma ocupação específica dos espaços centrais.

De posse das reflexões iniciais, é indiscutível a posição que as Feiras Livres ocupam no processo de organização do espaço das cidades capitalistas e de importância ainda maior quando se trata de uma cidade amazônica recortada por rios e igarapés e com centro de maior dinâmica nesse espaço comercial. Tem-se então na feira a expressão concreta dos processos sociais na forma de um ambiente físico construído sobre o espaço geográfico, refletindo as características da sociedade, constituindo a expressão espacializada das relações sociais (CORRÊA, 2005).

Assim sendo, a busca por entender as territorialidades presentes no espaço do cotidiano ribeirinho é o que justifica esta pesquisa. Certamente, este estudo contribuirá não apenas para

³ Estudo de caso é um termo utilizado para designar uma diversidade de pesquisas de coleta, registro e estudo de um caso particular ou vários a fim de construir um relatório ordenado e crítico com base na experiência, ou produzir uma avaliação analítica visando propor uma ação transformadora. (CHIZZOTTI, 2001, p. 102).

⁴ Não se limita a influenciar a sua área urbana e rural, mas estende-se ainda a outros municípios. (PADINHA, 2010).

minha formação acadêmica, posto que permitiu meu amadurecimento na pesquisa, mas também para a ciência geográfica brasileira e amazônica, abrindo portas para novos estudos a respeito dos elementos (trans)territoriais dentro das feiras livres, conceito pouco discutido academicamente, e para a sociedade, sobretudo do Baixo Tocantins, levando-os a compreenderem a importante função que ocupam como produtores de territórios.

1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Partindo-se do pressuposto de que a pesquisa científica deve se comprometer com a sociedade no sentido de ajudá-la na compreensão da realidade mundial, sua função visa entender o funcionamento de determinados fenômenos, sua origem e desenvolvimento, quais as possíveis implicações, dentre outros fatores.

Frente a um contexto de intensas, complexas e dinâmicas transformações nas quais a sociedade está inserida, a vida econômica, política e social do indivíduo acaba sendo afetada. Conseqüentemente, uma série de inquietações surgiram e afetaram o conhecimento científico em evolução, questionando sua validade e finalidade, já que os padrões político, econômico, social e cultural já não são vistos como verdades absolutas.

Essas significativas alterações ao longo de todo processo histórico de evolução das ciências nos mais variados campos colocaram em “cheque” as certezas que foram garantidas por séculos de tradição, o conhecimento científico passa a procurar alcançar a verdade dos fatos (objetos) independente da escala de valores e de crenças dos cientistas; ele é produto de pesquisas metódicas e sistemáticas da realidade. Como o objeto da ciência é o universal material, físico e humano, ou, mediante ferramentas de investigação, o conhecimento científico é verificável na práxis, seja por demonstração, seja por experimentação (FACHIN, 2006).

Diante disso, infere-se que o conhecimento científico tem seus fundamentos na busca de respostas por questões que necessitam de novas respostas ou de um novo modelo; é a reunião de fatos, teorias e métodos reunidos nos textos atuais, portanto, os cientistas “são homens que com, ou sem sucesso, empenham-se em contribuir com um ou outro elemento para essa constelação específica” (KUHN, 2006, p. 20) e o conhecimento científico e metódico constitui-se enquanto único meio de buscar o caminho que leve à validade do saber, validade esta entendida por meio de um método.

Isto posto, o termo *Metodologia* diz respeito ao “[...] estudo dos caminhos, dos instrumentos usados para se fazer ciência” (DEMO, 1995, p. 11), ou seja, trata-se de uma área do conhecimento que instrumentaliza os procedimentos a serem seguidos na pesquisa, permitindo o acesso aos “caminhos do processo científico”, ademais, visa promover

questionamentos acerca dos limites da ciência sob os aspectos da capacidade de conhecer e interferir na realidade.

Deste modo, a metodologia visa os métodos e técnicas para a realização da pesquisa científica, de forma simplificada, é um manual que auxilia o pesquisador na escolha e formulação de problemas e hipóteses, na busca por dados e suas análises. Nessa investigação, o seu objetivo é direcionar o leitor quanto ao método utilizado, tipo e caracterização da pesquisa, contextualização do objeto, *lócus*, sujeitos envolvidos e etapas de procedimentos a serem realizados. Tais aspectos foram estabelecidos à luz de referências teóricas, documentação precisa de dados, indicação eficaz de fontes de consultas e, por fim, comunicação fácil e gramaticalmente correta dos resultados (BARUFFI, 2004).

Neste sentido, conclui-se que “um produto acadêmico não nasce do vazio e muito menos deve ser escrito de qualquer forma” (OLIVEIRA; VALENÇA, 2015, p. 7483), isso porque a produção do conhecimento científico exige algumas regras/métodos essenciais para o seu sucesso, fator que a Metodologia Científica explica detalhadamente. Ela nos auxilia nas questões éticas e legais da delimitação do tema e não nos deixa fugir do proposto, melhor, nos ajuda a deixar explícito as decisões, os meios e as questões a serem trabalhadas para que não haja uma amplitude desnecessária do assunto e tampouco um desfalque.

Munindo-se das falas de Destarte Rodrigues (2006, p.19), a metodologia aqui utilizada foi produto do estudo, da geração e verificação de métodos, técnicas e processos de investigação que visassem compreender a transterritorialidade e as identidades produzidas em um espaço específico, a feira Livre de Cameté, pois “o conhecimento científico se constrói por meio da investigação científica, utilizando-se a metodologia”.

1.3.1 Método, tipo e caracterização da pesquisa

Como via para se alcançar o que nos propomos, teve-se como prerrogativa básica a busca pelo esclarecimento metodológico, tendo em vista que as técnicas de pesquisa atuam como engrenagem no desenvolvimento e produção do conhecimento científico e, portanto, fazem-se necessárias para o êxito da pesquisa. A escolha de uma metodologia que suprisse a necessidade do estudo foi uma tarefa árdua frente aos múltiplos procedimentos metodológicos a disposição do pesquisador, fez-se necessário, como ponto de partida, debruçarmo-nos sobre a questão do método científico para que posteriormente, após sua compreensão, pudéssemos identificar os caminhos da pesquisa. Sendo assim, a primeira indagação que se fez foi: afinal, o que se entende por método científico?

É importante advertir que não há um consenso sobre a universalidade do método na ciência, assim como não podemos abordá-lo do ponto de vista disciplinar, já que não é possível desenvolver um método padrão para a geografia, por exemplo, ele se apresenta de diferentes formas e abordagens e nas mais variadas tendências doutrinárias para mostrar a multiplicidade de caminhos que podem ser trilhados pelos cientistas. Isso demonstra que, com o auxílio do método “podemos ler” e interpretar a realidade por várias “portas de entrada” (SPOSITO, 2004, p. 51).

Após uma longa pesquisa bibliográfica somada ao conhecimento adquirido ao longo da trajetória acadêmica, concluiu-se que, em uma dimensão filosófica, o método abrange um conjunto de procedimentos racionais, baseados em normas que visam atingir um objetivo determinado, ou seja, um caminho para se atingir uma verdade científica (JAPIASSU & MARCONDES, 1990), ainda que esse caminho não tenha sido fixado de antemão ou de modo refletido e deliberado (HEGENBERG, 1976). Nas palavras de Jolivet (1979, p.71) é a “ordem que se deve impor aos diferentes processos necessários para atingir um fim dado”, Cervo e Bervian (1978, p. 17) ratificam: é “conjunto de processos que o espírito humano deve empregar na investigação e demonstração da verdade”; por fim, Grawirzb (1975, p.18) enfatiza que este nos ajuda a compreender, no sentido mais amplo, não os resultados da investigação científica, mas o próprio processo de investigação.

Segundo Silva (2017) a definição de método na atualidade independe do tipo, corroboramos com a ideia do autor quando consideramos nesse estudo que método é uma teoria de investigação que de forma científica alcança seus objetivos quando cumpre ou se propõe a cumprir as seguintes etapas: 1) “Descobrimiento do problema”, num conjunto de acontecimentos enunciados com clareza; 2) “Colocação precisa do problema”, isto é, a recolocação da situação problema à luz de novos conhecimentos; 3) “Procura de conhecimentos ou instrumentos relevantes ao problema”, ou seja, exame do conhecimento para tentar resolver o problema; 4) “Tentativa de solução do problema com auxílio dos meios identificados”, caso a tentativa produza um bom resultado, passar para a etapa seguinte; 5) “Invenção de novas ideias”, buscando hipóteses, teorias ou técnicas ou produção de novos dados empíricos que prometam solucionar o problema; 6) “Obtenção de uma solução”, seja ela exata ou aproximada, com o auxílio empírico e conceitual disponível; 7) “Investigação das consequências da solução obtida”, no que concerne à busca de prognósticos que possam ser feitos com seu auxílio; 8) “Prova ou comprovação da solução”, confronto da solução com a totalidade das teorias e das informações empíricas pertinentes, se o resultado for satisfatório a pesquisa é dada como finalizada até novo aviso, caso contrário passa-se à etapa seguinte; 9) “Correção das hipóteses,

teorias, procedimentos ou dados empregados na obtenção da solução incorreta”, esse é, obviamente, o início de um novo ciclo de investigação (*ibid.*, 213)

Diante da miríade de possibilidades e significados de relações a serem estudadas dentro do espaço da Feira Livre, o método científico permite “distinguir o essencial do acessório” (SANDRONI, 1989, p.197), definir regras para selecionar técnicas de análise de dados, abordagens, procedimentos e formas com que o fenômeno da (trans)territorialidade se expressa no espaço estudado, além de traçar de modo ordenado a maneira de proceder do pesquisador ao longo do percurso (LAKATOS, 1982, p. 40). Em suma, trata-se de um instrumento intelectual que permite a apreensão da realidade a partir da visão do investigador (SPÓSITO, 2004), de forma que a realidade não seja concebida como um dado “a priori” e sim como “uma construção” (SANTOS, 1996, p. 62-63).

Destarte, tornando-se conhecido a importância do método científico e sua função na práxis de construção da dissertação, assim também como o aprofundamento do conhecimento sobre a temática em questão, o método auxilia a pesquisa no sentido de descrever os fenômenos que ocorrem no espaço da Feira Livre de Cameté, todavia, não se trata de uma simples descrição dos objetos e sujeitos observados, mas sua essência, isto é, “seu conteúdo inteligível” e sua subjetividade, a fim de apreender o “significado do lugar” (SPOSITO, 2004, p. 37; 38), e, em consequência disso, a “valorização subjetiva do território”, já que não se trata de um espaço objetivamente dado, mas algo que está sendo construído pelos sujeitos no decorrer de suas experiências (SILVA, 1986, p. 55).

Portanto, não cabe ao pesquisador compreender as territorialidades presentes no território concebendo sujeito e objeto separadamente, nesta pesquisa o sujeito se constrói e se transforma *vis-à-vis* o objeto e vice-versa (SPÓSITO, 2004), em um espaço e tempo sem os quais não podemos conceber a realidade.

Para tanto, utilizando-se dos três níveis de articulação lógica (técnica, teórica e epistemológica) que dialoga Sposito (2004), fundamentado por Gamboa (1989), ao analisar a questão do método, estruturamos uma metodologia que permite contemplar os objetivos propostos pela pesquisa.

A nível técnico, o método de estudo e investigação segue a linha da pesquisa quantitativa, utilizando dados estatísticos oficiais para relacioná-los com informações coletadas na busca de comprovar a expressividade econômica do espaço, e qualitativa, porque este “privilegia o vivido dos atores sociais” e o fenômeno transterritorial por eles produzido, porém não a uma forma reducionista de descrição e análise do fenômeno observável, ou possível de observar dentro da área comercial da feira, mas de uma forma minuciosa e por meio da ação

duplamente interpretada e em sua essência, haja vista que “o objeto por excelência da pesquisa qualitativa é ação interpretada, simultaneamente, pelo pesquisador e pelos sujeitos pesquisados” (DESLAURIERS e KÉRISIT, 2010: 131).

Valendo-se desse delineamento, a pesquisa lida com as questões levantadas partindo de duas abordagens: a primeira delas a) visa à apreensão do significado subjetivo das questões a partir das perspectivas dos participantes (à exemplo, o que significa para os entrevistados experienciar o ambiente da feira como um espaço de troca de experiências?); e a b) observação e análise das práticas sociais desenvolvidas entre feirantes e fregueses, seu cotidiano e o ambiente da Feira Livre.

A nível teórico, tem-se o interesse em desvendar as características e especificidades do objeto e do sujeito por meio de uma pesquisa participante teoricamente fundamentada, decifrando os discursos, textos, comunicações e considerando as particularidades, controle da leitura e da interpretação do fenômeno por meio de uma postura marcadamente crítica. A fundamentação teórica é feita através da eleição das categorias de análise e sua articulação com a realidade estudada, apontando para o caráter transformador dos fenômenos e resgate da dimensão histórica. (SPOSITO, 2004)

A nível epistemológico, privilegia-se o fenômeno da (trans)territorialidade e sua essência, além dos elementos que constituem a identidade territorial da Feira Livre, analisando-os segundo suas singularidades e particularidades, conteúdo e forma, causa e efeito, espaço e tempo, valendo-se da lógica racional (SPÓSITO, 2004).

Em linhas gerais, o método permitiu observar, refletir, descrever e analisar sobre a realidade partindo do empírico (a realidade dada, o real aparente, o objeto assim como ele se apresenta à primeira vista) e, por meio de abstrações (elaborações do pensamento, reflexões, teoria), chegar ao concreto: compreensão mais elaborada do que há de essencial no objeto, objeto síntese de múltiplas determinações, concreto pensado. (THAILHEIMER, 1979, p. 104).

1.3.2 Contextualizando o objeto, lócus e sujeitos da pesquisa

Após a escolha do tema geral da pesquisa, é preciso recortá-lo para definir os parâmetros e limites por onde a pesquisa deverá ser conduzida, considerando que tanto o tema geral, quanto o objeto específico devem ter relevância teórica e a pesquisa deve trazer contribuições para o campo de estudo, ajudando no avanço do conhecimento.

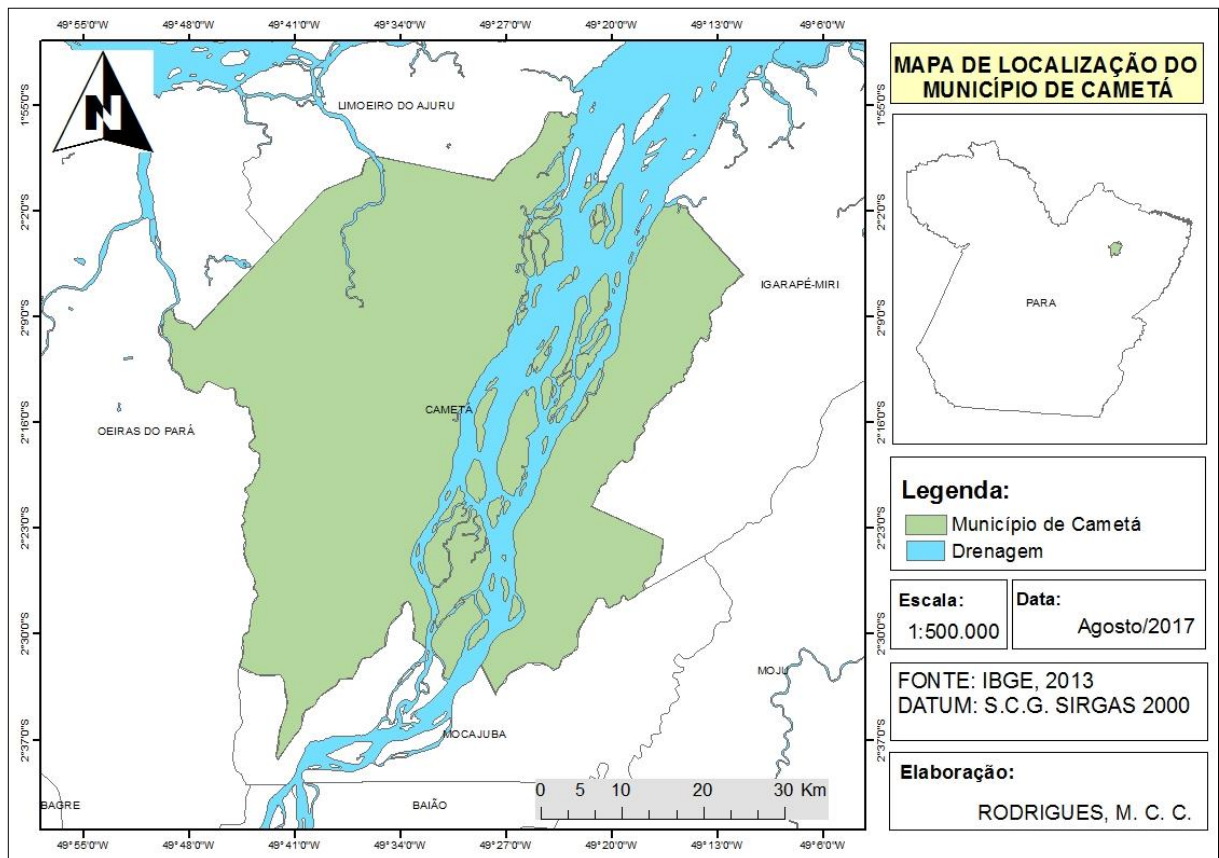
Assim, é preciso delimitarmos o campo de interesse para escolher os *objetos de estudo* a serem mais profundamente investigados. Em nossa pesquisa de mestrado, tendo como tema

geral territorialidade e transterritorialidade dentro de um espaço específico, optamos pelo estudo das múltiplas relações produzidas a partir do espaço da Feira Livre de Cametá, sejam elas relações territoriais, transterritoriais ou identitárias.

Assim, definido o objeto, o segundo problema a resolver é onde realizar a pesquisa quando se trata do estudo com grupos sociais determinados. A princípio, pôde-se pensar em soluções práticas, ou seja, realizar a escolha em função da comodidade espacial, elegendo uma região mais próxima do local de moradia do pesquisador. Mas, a relevância histórica do *locus* não foi suficiente, somou-se a isso elementos políticos, sociais, econômicos e culturais que destacam um espaço específico em detrimento dos demais a sua volta.

Apoiado nesses elementos, o *locus da pesquisa* é a Feira Livre da cidade de Cametá, localizada à margem esquerda do Rio Tocantins, na mesorregião do Nordeste paraense, uma das cidades mais antigas da Amazônia, com estimativa de 139.364 habitantes, cerca de 39,23 hab/km² (IBGE, 2021). Trata-se de uma cidade que se limita ao norte com o município de Limoeiro do Ajuru, ao Sul com o município de Mocajuba, ao leste com o município de Igarapé Miri e a Oeste com o município de Oeiras do Pará, conforme evidenciado no mapa abaixo.

MAPA 1: LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMETÁ



Elaboração: Rodrigues (2016).

Fazendo uso das tipologias definidas por Trindade Jr. (2005), Cametá compreende uma cidade com forte presença da natureza, arranjo territorial dentrítico, tendo os rios como componentes fundamentais no processo histórico de uso e povoamento da região, um “modelo de urbanização tradicional”, definido por Becker (1985), com formas urbanas ribeirinhas e uma população com vínculos e traços, culturais e históricos, com o modo de vida local (TRINDADE JR., 2013, *apud* PADINHA, 2010, p. 19).

Essa cidade de oitenta e seis anos é formada pelo distrito-sede e mais 09 distritos ou vilas, sua área rural possui traços de elementos urbanos e não urbanos (PADINHA, 2010) e sua área urbana comporta 17 bairros, dentre eles o bairro São João, espaço que comporta a Feira Livre, espaço cerne da pesquisa, visível no [mapa seguinte](#).

Trata-se do maior espaço comercial da cidade ribeirinha de Cametá, razão pela qual é responsável pelo abastecimento alimentar do município, além de oferecer uma gama de serviços “modernos” e “não modernos”, mais especificamente, em pequena escala não moderno (SANTOS, 2008, p. 97), já que compreende uma área formada por um conjunto de feiras e mercados populares.

Esse fator é determinante para o grande fluxo de pessoas advindas de outras áreas da cidade, do campo, das ilhas e cidades do entorno, que, somando-se ao modelo de urbanização tradicional (BECKER, 1985) com formas espaciais urbano-ribeirinhas e uma população com vínculos e traços, culturais e históricos, com modo de vida local, produz uma (trans) territorialidade peculiar a esse espaço e em seu conteúdo manifesta a identidade de uma cidade ribeirinha na Amazônia: de economia agroextrativista, que tem o rio como fonte de recursos, deslocamento e parte do imaginário local, linguagens próprias, costumes e tradições que se expressam na dança, na forma de se relacionar, na alimentação, no consumo e expressões populares, aspectos esses observados com maior expressividade dentro do espaço da Feira Livre de Cametá.

Definidos o objeto e o *locus* de investigação, é possível "sair a campo". No entanto, como penetrar em um mundo por vezes estranho, sendo a confiança/certeza elemento fundamental para o desenvolvimento da pesquisa? O pesquisador procurou conhecer profundamente a realidade sociocultural, histórica e geográfica do espaço no qual pretende desenvolver o estudo, a pesquisa exploratória permitiu não apenas a aproximação do campo, mas a oportunidade de identificar e estabelecer relações com os sujeitos da pesquisa.

Logo, identificou-se como *sujeitos de investigação* nesse estudo, duas categorias: fregueses e feirantes. Esses agentes do circuito inferior de economia urbana não residem apenas

na sede do município, mas também em suas vilas, ilhas, campo e cidades sob o seu raio de influência (Mocajuba, Baião, Limoeiro e Oeiras do Pará).

A frequência à feira é um traço diferenciador de feirantes: alguns comercializam no mesmo ambiente uma vez por semana (GODOY, 2005); outros deslocam-se por vários espaços da cidade, geralmente revendendo a produção de terceiros (GARCIA, 1983); e existem aqueles feirantes fixos, todos os dias de feira ocupando o mesmo ponto de venda, que definitivamente não é produtor e comumente chamado de atravessador (SERVILHA, 2008; RIBEIRO, 2007). Já o freguês compreende à população que se desloca cotidianamente, semanalmente ou mensalmente para a feira livre em busca dos alimentos e outros produtos pelos feirantes ofertados (MEDEIROS, 2010). Nesse percurso, muitas vezes iniciado pelo mercado de peixe, circulam dezenas dos sujeitos aqui investigados acarretando em uma paisagem que comporta múltiplas relações sociais que vão desde o estranhamento com o outro até os laços mais afetivos de solidariedade com o próximo.

1.3.3 Etapas e procedimentos da pesquisa

Seguindo as orientações metodológicas citadas anteriormente, fez-se uso de técnicas de observação, questionários, entrevistas, depoimentos, entre outros; destacou-se o estudo das peculiaridades dos eventos e dos indivíduos no processo de construção da identidade territorial; o resgate das noções de espaço, território e territorialidade, uma vez que comportam a ideia de percepção, valores, comportamento, atitudes e motivações; e priorizou-se aspectos subjetivos, a intuição, os sentimentos e as experiências do espaço vivido. (PEREIRA, 2003)

O método nos permitiu combinar várias técnicas de coleta e interpretação de dados (CHIZZOTTI, 2009), assim, quanto aos procedimentos metodológicos da pesquisa, que deverá cumprir o cronograma de dois anos, foi formulado o seguinte organograma:

ORGANOGRAMA 1: ORGANOGAMA: ETAPAS DE OPERACIONALIZAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DA PESQUISA



Elaboração: Rodrigues (2020).

A investigação científica representa um processo sistemático de construção do conhecimento humano, utilizando-se também da colaboração de conhecimentos pré-existentes de forma que ocorra atualização, desenvolvimento e ampliação destes na teoria estudada, motivando novos conhecimentos. Portanto, seguindo as etapas de operacionalização da pesquisa, realizou-se o levantamento de dados e informações secundárias através de pesquisas bibliográficas e pesquisas documentais em busca de responder as questões iniciais desse processo investigativo.

Levantamento Bibliográfico

A pesquisa enquanto atividade define-se pelo conjunto ou processo de atividades e procedimentos formulados na busca do conhecimento. Daí a importância da pesquisa bibliográfica,

Pois ela nos atenta para as reflexões de cunho teórico e conceitual que norteiam a relação entre teoria e prática da pesquisa. Não é raro que a pesquisa bibliográfica apareça caracterizada como revisão de literatura ou revisão bibliográfica. Isto ocorre porque falta compreensão de que a revisão de literatura é apenas um pré-requisito para a realização de toda e qualquer pesquisa, ao passo que a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório (LIMA; MIOTO, 2007, p. 38).

Nesse sentido, priorizou-se o levantamento bibliográfico sobre o tema em questão como ponto de partida para o estudo. Todavia, definir um conjunto de teorias e conceitos que orientem a discussão do lócus de pesquisa a partir de uma problemática pré-definida é uma das tarefas mais difíceis na construção de um trabalho científico, senão a mais. A fundamentação teórica e conceitual é o farol teórico que permite enxergar ângulos diferentes sobre o mesmo objeto de estudo, formular hipóteses e organizar/estruturar a pesquisa a partir de premissas teóricas específicas.

Embora demande um grande trabalho, sua construção é essencial para a delimitação da posição da proposta de pesquisa em relação ao objeto de investigação. Exige tomada de decisões por parte do pesquisador acerca dos autores a serem utilizados, da posição dos autores escolhidos no que concerne ao tema e da questão cronológica das publicações levantadas, pois a forma de pensar pode mudar no decorrer do tempo (TRIVIÑOS, 1987).

Nestes termos, foram definidas categorias de análises que sustentem as argumentações desenvolvidas ao longo do estudo, de forma que contribuam para alcançarmos os objetivos propostos. Com este intuito, lançou-se mão da investigação e compreensão dos conceitos e teorias a respeito de território, territorialidade, transterritorialidade, identidade, cidades ribeirinhas e feira livre nas abordagens de diferentes autores no âmbito da ciência geográfica ou não, com o objetivo identificar o que foi conhecido sobre esses espaços e questões, quais as teorias usadas e discutidas tanto na área geográfica quanto em outras áreas, conceitos usados e debatidos, debates teóricos e controvérsias no campo, questões que continuam abertas e o que ainda não foi estudado pelos geógrafos. Atentou-se ao fato de que nem todo arcabouço teórico serve para qualquer tipo de estudo, portanto, as categorias analíticas trabalhadas na pesquisa são provenientes de fenômenos sociais reais, devendo para tanto explicar a realidade da feira livre em uma cidade ribeirinha amazônica.

Para explorar noções de território, territorialidade, transterritorialidade e identidade, a fim de identificar como estes se apresentam no território da Feira Livre de Cameté, sejam elas por meio de relações de conflitos/luta por espaço ou de apropriação simbólica forma necessárias contribuições de autores nacionais e estrangeiros. As noções de território, foram construídas a partir das obras de Saquet (2006; 2007; 2003), Raffestin (1993); Dematteis (1970); Deleuze e Guattari (1972; 2000); Sack (1986); Turco (1988); Santos (1993; 1978; 1985; 2002; 2009); Souza (1995; 2001); Haesbaert (1997; 1999; 2004; 2014); Costa (2000); e Turra (2015). A base bibliográfica do conceito de territorialidade está nas obras, além das já citadas, de Fuini (2014;

2017); Le Berre (1992); Haesbaert e Limonad (2004; 2007; 2014); Andrade (1995); Godelier (1984); Rosendahl (1996) e Turri (2000; 2002).

Quanto aos conceitos de multi/transterritorialidade, fez-se uso de Santos (2001; 2002); Haesbaert (2003; 2004; 2006; 2007; 2012; 2017); Saquet (2007); Young (2005); Fuini (2017); Mondardo (2018); Haesbaert e Mondardo (2011); Silva (2017) e Goettert e Mondardo (2009), estes subsidiaram a discussão sobre a existência territórios híbridos nos levando a uma forma de territorialização que se realiza “no e pelo movimento”, as chamadas transterritorialidades (HAESBAERT, 2012, p. 31).

Já na busca por explicar a *identidade territorial* dos *sujeitos sociais*, dentro de uma dinâmica transterritorial, no espaço lócus de análise, os estudos de Corrêa (2018); Touraine (1992; 2006); Veronese e Lacerda (2011); Crozier e Friedberg (1977); Ferreira (2017); Dubar (2004); Vasconcelos (2014); Jacques (1998); Cruz (2006) Haesbaert (1999; 2001); Hall (2004) e Ianni (1995) foram fundamentais.

A fim de conceituar uma cidade ribeirinha na Amazônia, far-se-á necessário recorreremos aos estudos de Tavares (2008), Oliveira (2001), Padinha (2010) e Trindade, Jr.; Silva, A.; Amaral, M., (2008): são cidades não apenas localizadas às margens dos rios, mas que os tem como elemento estruturador de muitos dos seus espaços e de sua dinâmica. Além disso, suas espacialidades expressam a influência da cultura indígenas, mestiça e negra (OLIVEIRA, 2001) no território e dispõem de quatro elementos que melhor caracterizam uma cidade ribeirinha na Amazônia: rio, o trapiche, a área central, e a feira (TRINDADE, Jr.; SILVA, A.; AMARAL, M., 2008). Tais elementos estão presentes na cidade de Cametá, que se figura como um centro regional com forte presença de natureza, arranjo territorial dentrítico, tendo os rios como componentes fundamentais no processo histórico de uso e povoamento da região (TRINDADE, JR., 2005), um modelo de urbanização tradicional (BECKER, 1985) e uma população com vínculos e traços, culturais e históricos, com o modo de vida local (TRINDADE JR., 2013, apud PADINHA, 2010, p. 19).

Por fim, com o intuito de discutir a categoria de análise: feira livre, remetemos à uma realidade ainda pouco estudada, portanto, buscam-se referências teóricas que se aproximem da realidade ribeirinha amazônica, com os estudos de Medeiros (2010), Godoy e Anjos (2007), Vargas (2015), Leite (2015) e Nunes (2015) assim como estudos sobre feiras inseridas em realidades regionais, nacionais e internacionais. Acordamos que compreende a “tradicional modalidade periódica de comércio varejista, dispersas no espaço e no tempo, cada qual com a sua relevância e magnitude peculiar” (GODOY E ANJOS, 2007, P.364), é o espaço da oralidade e do improvisado, da relação direta que vai das expressões regionais ao toque, do pregão ao

negócio realizado (MEDEIROS, 2010), materializando aspectos socioeconômicos e culturais das cidades brasileiras (COUTINHO et al, 2006) e, portanto, “verdadeiro museu da cultura local de curta periodicidade”.(CHAVES, 2011, p. 28).

Com o objetivo de compreender as formas espaciais presentes na feira livre de Cametá, faremos uma breve análise sobre o seu circuito de economia urbana, utilizando os estudos teoricamente argumentados por Santos (2008) em sua obra “O espaço dividido”. O foco é entender como este se manifesta e molda o *lócus* de estudo, espaço híbrido que, independentemente do nível de crescimento nas últimas décadas, representado pela realidade “moderna”, ainda se sobressai um circuito marcado pelo comércio em pequena escala não moderno, intitulados por Milton Santos de “circuito inferior” de economia urbana (SANTOS, 2008, p. 22).

Levantamento documental

Ressaltamos que os estudos fundamentados em documentos exprimem uma análise que possibilita organizar e interpretar determinadas informações em conformidade com os objetivos propostos pela pesquisa, assim sendo, o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais (CELLARD, 2008). Ele é, nitidamente, insubstituível em qualquer reconstrução histórica relativamente distante, pois não é raro que represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em certos períodos. Para mais, constantemente, ele permanece como única prova de atividades particulares ocorridas um passado recente.

Nesta investigação, o levantamento documental referente aos indicadores demográficos, econômicos e sociais do espaço da feira livre foram obtidos junto: ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); à Prefeitura Municipal de Cametá (PMC), por intermédio da Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Econômico (SEMADRE), Secretaria De Transportes, Terras e Obras (SETOB), responsáveis pela regulamentação das atividades da Feira e do comércio de rua, pela emissão de alvarás, concessões e permissões de uso, licenciamento, fiscalização e regulamentação de atividades (regulamento de feiras e mercados, à exemplo), além de sua estruturação organizacional e infraestrutura; à esfera estadual, a quem compete a responsabilidade de intervenções infraestruturais, coordenação e fiscalização, atribuindo ao Governo direitos sobre o uso do espaço; do Sindicato dos Feirantes de Cametá, no sentido de compreender o sistema de gestão e organização do espaço após a intervenção municipal; e do Museu Histórico de Cametá

Raimundo Penafort de Sena, que nos permite conhecer a construção histórica do espaço da feira.

Muitos dos documentos foram obtidos durante o trabalho de campo, por isso, é fundamental, em particular para aqueles que iniciam uma pesquisa, pensar a forma de realização deste, que compreende a segunda etapa de operacionalização da pesquisa.

Pesquisa de Campo

O “campo é a expressão das diferentes leituras de mundo”, “é o lugar (da observação e da sistematização) do olhar do outro”, negando o positivismo, é o campo de “interação do sujeito no seu caminhar e pensar com o objeto” (SUERTEGARAY, 2004, p. 2). Assim, a partir do conhecimento adquirido pelo sujeito por meio da vivência, desencadeia-se o processo de conhecimento e (re)construção do mundo em que o campo, dotado de signos e significados, é o “texto” e precisa ser revelado, aberto e entendido em seus múltiplos significados.

Desta etapa deriva a investigação dos fenômenos que ocorrem na Feira Livre de Cameté, nas palavras de Marconi e Lakatos (2010), é aquela utilizada com o objetivo de obter informações e/ou conhecimento acerca da problemática, para qual busca-se uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira confirmar, ou, ainda, de descobrir novos fenômenos e relações entre eles. Para chegar a essas informações precisas, utiliza-se: a coleta de dados, através da observação e técnica da pedagogia investigativa, onde o pesquisador faz perguntas e, em cima das respostas, elabora outras perguntas, podendo assim obter mais respostas; a análise de dados, com o resultado da coleta de informações é possível criar um banco de dados, pois as perguntas foram formuladas de priorizando a problemática da pesquisa; e a interpretação de dados, buscando a comprovação do fenômeno estudado. “Contudo, este procedimento reconhece a importância de se manter uma sincronização permanente de reflexão e ação no trabalho de campo, como um ato de permanente equilíbrio intelectual” (BORDA, 1981, p. 55).

Possivelmente a primeira experiência do pesquisador de campo (ou no campo) esteja na domesticação teórica de seu olhar, isso porque a partir do momento em que se volta para a investigação empírica, o objeto sobre o qual se dirige o olhar já foi previamente alterado pelo próprio modo de visualizá-lo (OLIVEIRA, 1996). Neste sentido, a importância desse procedimento visa comprovar as hipóteses levantadas sobre as múltiplas territorialidades nas feiras ribeirinhas, não se trata apenas de acúmulo de informações, é a combinação disso com a reformulação de hipóteses e descoberta de pistas novas que são elaboradas a partir das entrevistas, das idas ao campo (CARDOSO, 1986).

Conhecida a importância do campo para a comprovação dos fenômenos, o trabalho foi estruturado em duas fases: a primeira delas introduz um campo exploratório, por intermédio das observações, fotografias, conversas informais e diário de campo; o segundo momento implica no trabalho de campo para coleta e análise de dados, onde serão elaborados e aplicados questionários, entrevistas e interpretados os resultados obtidos.

A primeira etapa de visitas à Feira Livre, referência empírica, permitirá a observação e conversas informais com feirantes cujo objetivo é identificar aspectos que contribuem para a organização socioespacial presente, ou seja, as formas pelas quais as territorialidades se materializam no território.

A observação *in situ* ou observação direta, permite “ver, ouvir e examinar fatos ou fenômenos” presentes no território por intermédio dos sentidos (MARCONI & LAKATOS, 1999:90). Todavia, ainda que à primeira vista pareça um procedimento metodológico simples, não se trata exclusivamente do ato de ver, é necessário ter pré-estabelecidos: a situação problema, formas de levantamento de dados, características a serem observadas e as modalidades e técnicas de registros para que, assim, o pesquisador possa perceber, por meio da observação, aspectos organizacionais próprios das cidades ribeirinhas amazônicas, o dinamismo da vida cotidiana dos ribeirinhos, camponeses e ocupantes das áreas urbanas da cidade, as atividades em que estão envolvidos e suas rotinas em comum no espaço da feira, notar práticas socioespaciais concretas, obter informações e fotografar aspectos relevantes da paisagem.

Grande parte do que podemos observar foi fotografado, o que “se constituiu em momento/procedimento importante do ato de observar” (PEREIRA, 2003, p. 27), nos permitindo observar outra vez. Esse instrumento que nos “auxilia no olhar”, demanda muito mais que tecnologia sofisticada, cuja lente é capaz de captar as nuances, mas registrar e deixar evidente a forma de ver o mundo do geógrafo e do fotógrafo, isto é, “o que ele quer e como quer olhar” (SUERTEGARAY, 2004, p. 4).

Não apenas o “olhar” do espaço físico em si, mas dos atores sociais (fregueses e feirantes) que se deslocam em um movimento constante acompanhados de um frenético zumbido em meio ao cheiro peculiar da feira livre todas as manhãs. Assim, as expressões visuais registradas que serviram como elemento de informação e ponderação na construção do estudo, foram todas de autoria do pesquisador, não utilizando-as apenas como elementos ilustrativos, mas como “linguagem conceitual articulada e constitutiva” entre o texto escrito e imagem (PEREIRA, 2003, p. 27).

Observado o objeto foco do estudo, identificado seus elementos constituintes e capturado suas principais expressões, é necessário registrá-las em um diário de campo. De uso metodológico, esse instrumento é fundamental para compilar o que foi vivenciado durante a atuação no campo, nas palavras de Geertz (1989), uma “descrição densa” da cultura, que pode não ser a causa dos eventos sociais, mas é um contexto (comportamentos, instituições, processos, distintas formas de interpretação da vida e significados conferidos pelo pesquisador às suas experiências) munido de signos e significados propensos à descrição.

A função da etnografia é perceber “o significado que têm (e são atribuídas) as ações e os eventos para as pessoas ou grupos estudados”, ou seja, os significados revelados pela linguagem falada, visual e corporal (ANDRE, 1995, p.19) apreendidos por meio da “densa experiência” vivida (ZABALZA, 2004). Por conseguinte, o diário de campo encontra-se presente em todas as etapas do trabalho de campo, possibilitando ao investigador a capacidade de “registrar/traduzir sensações e situações diversas” (KHAOULE; CARVALHO, 2013, p. 275), detalhes que podem não ser identificados por aqueles que não manuseiam esse instrumento como ferramenta no processo de coleta de dados.

Impõe-se um novo ritmo ao trabalho de campo, sua segunda etapa consiste em entrevistas e aplicação de questionários semiestruturados respondidos oralmente, em uma interrogação presencial, com o pesquisador anotando as respostas ou gravando quando permitido.

As entrevistas, “encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de um determinado assunto” (MARCONI & LAKATOS, 1999, p. 94), exigem planejamento, conhecimento prévio do entrevistado (o que ocorreu na primeira fase do trabalho de campo), oportunidade de entrevista, contato com líderes e autoridades públicas e preparação específica para a realização dos percursos. Mantendo sempre um clima amistoso, visando deixar o entrevistado à vontade para responder uma pergunta de cada vez, começamos com aquelas que a probabilidade de recusa seja mínima, deste modo, a elaboração e aplicação de questionários de perguntas objetivas e abertas, ao mesmo tempo que permite levantar informações diretas, confere liberdade ilimitada aos entrevistados no ato de respondê-las de acordo com seu ponto de vista e disposição.

Porém, qual o principal motivo de se realizar uma entrevista nesse estudo? Nas palavras de Seidman (1991), é porque temos interesse pelo outro, por suas histórias, reflexões e acontecimentos, portanto, o propósito da entrevista nessa dissertação foi de buscar tentativas de compreender a experiência entre frequentadores da Feira Livre e os significados que eles atribuem para essas experiências.

Como forma de apreender esses significados, foram formuladas sequenciações de perguntas, de acordo com possíveis respostas, somadas a questões de texto aberto ou livre, as quais os respondentes puderam responder subjetivamente. O propósito foi coletar, direta ou indiretamente, as razões de comportamento ou atitudes específicas dos entrevistados, demonstrando seu nível de informação no que tange à dinâmica territorial da Feira Livre de Cametá.

Portanto, buscou-se considerar esses elementos importantes na pesquisa, de forma que a preferência foi ouvir pessoas de fato envolvidas no contexto da Feira, foram incontáveis conversas em que ficou subentendido as relações de poder e simbólicas que estava por detrás de uma construção social e territorial do espaço. Porém, ressalta-se que a escolha dos sujeitos não se deu de forma totalmente aleatória, no que tange aos feirantes, foi intencional, considerando a “vinculação mais significativa para o problema a ser investigado” (MINAYO (1995, p. 18). Além disso, a concepção do objeto de estudo qualitativo é compreendido em sua historicidade, no que se refere ao processo de desenvolvimento do indivíduo e no cenário dentro do qual ele se criou. (GUNTHER, 2006, p. 202).

Essa escolha obedeceu a alguns critérios de investigação científica e metodológica, tais como:

- 1) Pessoas envolvidas nas atividades comerciais na Feira Livre de Cametá, nas condições de feirantes;
- 2) Pessoas que frequentam o espaço da feira livre cotidianamente na condição fregueses;
- 3) Moradores de cidades vizinhas que frequentam a feira nas condições de fregueses e feirantes;
- 4) Pessoas com conhecimento empírico acerca das atividades comerciais desenvolvidas no espaço da feira livre;
- 5) Pessoas que já fizeram parte das atividades econômicas desenvolvidas na feira livre e que hoje não têm mais nenhum tipo de vínculo;
- 6) Moradores de outros espaços da cidade, ilhas e estradas que se destinam cotidianamente aos espaços da feira;
- 7) Agentes responsáveis pela gestão pública dos espaços da Feira Livre Municipal.

É fundamental destacar que as entrevistas foram realizadas com o consentimento dos entrevistados que não apresentaram até o momento resistência ou pediram sigilo, de forma a contribuir com os resultados da pesquisa.

As perguntas ajustaram-se à estrutura de referência dos entrevistados e à função que ocupam na configuração socioespacial da feira, por isso, levou-se em conta o seu nível de informação: à exemplo, não indagamos feirantes e fregueses com questões demasiadamente complexas, pois é provável que sejam mal interpretadas e gerem respostas difusas; por isso, quando possível, utilizamos a linguagem coloquial. Em vista disso, foram construídos roteiros de questões abertas diferenciados para feirantes, fregueses e órgãos públicos e privados, evitando em sua elaboração perguntas multidimensionais, longas e de difícil entendimento.

Buscando contribuir para a compreensão da identidade (trans) territorial do lóci empírico da pesquisa e maior precisão de resultados, optamos por entrevistas semiestruturadas organizadas em três grupos de entrevistas: grupo A, grupo B e grupo C, dos quais, respectivamente, selecionaremos seis (4) entrevistados componentes dos dois primeiros grupos para acompanhar seu trajeto diário em direção à feira e retorno para casa, percorrendo águas, ruas e estradas a fim de experienciar o vivido desses sujeitos sociais (trans) territoriais.

O grupo A é formado por feirantes que participam das atividades comerciais diárias, dos quais elencaremos dois (02) feirantes de cada feira e mercado que compõe a Feira livre de Cametá, sendo elas: a feira da farinha, feira do açaí, mercado de carne, mercado de peixe e mercado de roupas, totalizando dez (10) entrevistados. O objetivo da aplicação de entrevistas nesse grupo é a compreensão da organização comercial, dinâmica socioespacial e de sociabilidade presente neste espaço formado por sujeitos urbanos, rurais e ribeirinhos que se deslocam ainda sem o nascer do sol para comprar seus produtos, abrir suas bancas ou transportar suas produções alimentícias para este espaço.

No grupo B temos os fregueses, estes direcionam-se cotidianamente à feira da cidade em busca de produtos e acabam por contribuir, assim como os feirantes, para a (trans) territorialidade local, já que adentram a esse ambiente dotados de territorialidades que trazem consigo do seu local de origem e, por meio da sociabilidade com outros fregueses e feirantes, produzem novas territorialidades que são levadas quando retornam. Assim, com o objetivo de entendê-las em suas peculiaridades, entrevistaremos sete (06) pessoas, sendo delas duas de forma aleatória e cinco provenientes das cidades de Mocajuba, Baião, Limoeiro e Oeiras do Pará.

Os sindicatos e órgãos públicos e privados compreendem o grupo C, estes são essenciais para se entender a gestão da Feira Livre, sua estruturação e organização atual, dessa forma, busca-se entrevistar uma autoridade responsável em cada órgão, adequando-se à disponibilidade de cada entrevistado. Logo, entrevistaremos desse grupo quatro (04) pessoas.

Totalizamos vinte (20) entrevistados, geradores de uma tessitura de relações e arranjos de vida coletiva, por isso, é imprescindível esclarecer que para cada entrevista feita buscamos não conceber “a fala do entrevistador como mero instrumento de extração de verdades” e sim “como um provocador de outras verdades, outras histórias, outras lógicas!” (SILVEIRA, 2007: 132)

Para finalizar, procurou-se, por meio dos dados coletados, sistematizar as informações adquiridas por meio da análise de resultados de forma crítica, a fim de compreendermos a (trans)territorialidade a partir do espaço da Feira Livre como produtor e integrante da identidade territorial desse espaço. Portanto, a pesquisa é o processo de construção sistemática de conhecimento com a responsabilidade de gerar novos conhecimentos e/ou confirmar ou refutar o conhecimento pré-existente, razão pela qual o rigor metodológico é indispensável na busca por respostas. Enfim, estas foram as etapas metodológicas que serviram de guia para buscar respostas em relação ao objeto de estudo e à comprovação da hipótese levantada.

2 TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E TRANSTERRITORIALIDADE: DA DOMINAÇÃO POLÍTICO-ECONÔMICA À APROPRIAÇÃO SIMBOLICO-CULTURAL

De acordo com Saquet (2007, p.13), “todo conceito tem uma história, seus elementos e metamorfoses”, possuindo também interações entre seus componentes e com outros conceitos que o circunscreve, a partir de um caráter processual e relacional em um único movimento do pensamento, inclusive podendo superá-lo. As mudanças nas espacialidades e temporalidades podem implicar em transformações destes conceitos e “significam, ao mesmo tempo, continuidades, ou seja, dê-s-continuidades (descontinuidade-continuidade-descontinuidade), num único movimento; o novo contém pois o velho e este, aquele” (SAQUET, 2007, p.13).

Conceitos tem períodos, são mutáveis, possuem atributos, são recursos. O fato de a realidade ser complexa e incompreendida através de uma única dimensão, conceitos e teorias nunca expressam o todo do “real”. Território, territorialidade, transterritorialidade e identidade são conceitos complexos, substantivado por muitos elementos e em unidade com o real, o mundo onde a vida se reproduz. Portanto, o seguinte capítulo busca compreender através das abordagens de diferentes autores, nacionais e estrangeiros, a construção histórica desses conceitos-chave para a pesquisa a fim de dar suporte para o desenvolvimento da mesma.

Neste sentido, esta análise estruturou-se em quatro subcapítulos: o primeiro deles diz respeito às definições de território, fazendo uma análise a partir do movimento de construção

do conceito na geografia; em um segundo subcapítulo, buscou-se compreender as múltiplas territorialidades a partir da definição do conceito; e, no terceiro trabalhamos as abordagens de multi/transterritorialidade pautados nas análises de Haesbaert e Hall; e, por fim, neste último, procurou-se definir o que se entende por identidade para se compreender a identidade territorial.

2.1 DEFININDO A CONCEPÇÃO DE TERRITÓRIO PARA A PESQUISA

Historicamente construindo, o conceito de território na geografia tem suas raízes nas obras do geógrafo Friedrich Ratzel denominadas de *Antropogeografia (1882)* e *Geografia Política (1897)*. Influenciada pelo determinismo, romantismo alemão e imperialismo do final do século XIX, a geografia ratziana é de base nacionalista e estabelece a necessidade de um “espaço vital”, espaço indispensável para o desenvolvimento e progresso de uma nação, considerando que as formas de sobrevivência são limitadas sendo necessário a incorporação de novos territórios.

Alicerçado na relação de poder, em um viés unidimensional no qual o Estado é o único detentor do poder, o território é entendido como a expressão moral e legal do Estado. Deste modo, presume-se que não haveria tensões e conflitos dentro do território, pois não existiriam outras relações de poder possíveis. Em consequência disso, conforme afirmou Galvão (*et al.*, 2009), a geografia nos séculos XIX e XX foi uma geografia do Estado, marcado por uma política unidimensional que rejeita ver o fato político além de uma expressão de poder do Estado.

Diante do que foi exposto, por muitos anos o conceito de território na geografia esteve atrelado ao poder do Estado, porém, com os questionamentos difundidos em meados do século XX a respeito dos parâmetros que definem o conhecimento científico, “especialmente, devido às transformações que ocorreram na sociedade em função das novas formas de organização sócioespacial que delimitam, agenciam, controlam pessoas, informações, fluxos, fenômenos e ideias” (PLEIN *et al.*, 2009, p.47), ocorreu o que chamamos de movimento de renovação da ciência, refletindo também na ciência geográfica. Assim, a partir da década de 1950, mais precisamente 1970, o conceito de território e a geografia passam por um momento de renovação, algo que no Brasil só ocorre em 1980 (SAQUET, 2006).

Essa nova forma de pensar a geografia reflete na maneira de ver o território, passa-se a valorizar a subjetividade e intersubjetividade dos fenômenos, adotando uma perspectiva mais humanista das relações socioespaciais e abrangendo agentes e poderes não institucionalizados. Munindo-nos de um arcabouço teórico e conceitual que aborde o território em uma dimensão

política, econômica e simbólica, valorizando o poder em diferentes escalas, espaços e sujeitos, contamos com as contribuições dos estudos de Raffestin (1993), Dematteis (1970), Robert Sack (1986), Milton Santos (1993), Marcelo Lopes de Souza (1995) e Rogério Haesbaert (1999).

Para iniciar o debate, em todos os estudos o poder está no centro das análises relacionais, pois “o poder é a chave – em toda relação circula o poder que não é nem possuído nem adquirido, mas simplesmente exercido” (RAFFESTIN, 1993, p.7).

Assim, objetivando compreender a natureza do poder Raffestin (1993) resgata as proposições de foucaultianas (1979, 1984, 1985) e acredita em um poder multidimensional, ou seja, as relações de poder são imanentes de múltiplos tipos de relações, sejam elas econômicas, sociais, políticas e culturais; e este “poder [também] vem de baixo”, pois “não há uma oposição binária e global entre dominador e dominados” (RAFFESTIN, 1993, p.53). Portanto, o autor faz uma crítica a geografia política clássica proposta por Ratzel, para este o Estado detém o poder superior, havendo outros inferiores que interagem com ele, pois há poder político desde o momento em que uma organização luta contra a desordem (Galvão *et al.*, 2009).

Posto isto, destaca-se em sua obra o caráter político do território, bem como sua compreensão sobre o conceito de espaço geográfico, pois o entende como um substrato pré-existente ao território, enquanto o território que se forma a partir do espaço “é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível” que “ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator “territorializa” o mesmo (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Dentro da concepção enfatizada pelo autor, o território é tratado com ênfase político-administrativa, isto é, como espaço físico do território nacional onde se localiza uma nação, regido por uma ordem jurídica e política e marcado pela projeção do trabalho humano. Neste sentido, entende o território como sendo “[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por conseqüência, revela relações marcadas pelo poder”, poder relacional, que está intrínseco em todas as relações sociais, assim, aponta o caráter político não estatal do território: segundo o qual, “em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem ‘territórios’” (RAFFESTIN, 1993, p.152), um território que também pode ser abstrato, podendo haver contradições internas e sobreposições de territórios (Galvão *et al.*, 2009). Apesar do caráter político do território sua atitude desloca os olhares para o cotidiano e para as relações de poder em diferentes escalas e espaços.

Seguindo essa linha, Giuseppe Dematteis em sua obra *Le metafore della Terra* (1985), reconhece a complexidade territorial como produto social de fatos heterogêneos, em outras

palavras, o território expressa a complexa combinação, particular, de relações territoriais, horizontais (entre pessoas, na produção, circulação e outros) e verticais (clima, solo, tipos de cultura e outros). Assim sendo, na formação de um território, ao mesmo tempo em que se considera o social sobre o natural, considera-se os componentes naturais influenciando em processos sociais. Sinalizando, sucintamente, para uma abordagem relacional e múltipla do território, já que contempla aspectos da sociedade e da natureza.

De acordo com Dematteis (1985): o processo de apropriação implica na combinação de fatos sociais, técnicos, culturais, econômicos e políticos que exprimem as condições territoriais características de um conjunto de lugares e suas inter-relações. À vista disso, o geógrafo define alguns dos principais elementos no seu enfoque e conceito de território, centrado nas dimensões sociais das dinâmicas econômica, política e cultural. Pautado nas relações de poder, o território é o campo de domínio e controle efetivado desde às grandes multinacionais, aos pequenos supermercados e igrejas.

O território fruto da socialização humana é completamente heterogêneo, fundado em comportamentos e relações distintas, construído historicamente considerando mudanças (superações) e contradições em sua processualidade: “na história dos homens a superação (...) sempre foi fonte de contradições, tensões, conflitos internos, crises e mudanças: e esta é uma característica fundamental de nosso conceito de território”; a “Terra é tornada território quando há comunicação, quando é meio e objeto de trabalho, de produção, de trocas, de cooperação” (DEMATTEIS, 1985, p. 74)

Robert Sack (1986) em sua obra *Human Territoriality* (1986), aborda uma territorialidade humana mais “sofisticada”, não guiada pelo instinto, comparada a dos animais que demarcam e defendem seu território, ela é “[...] a tentativa de um indivíduo ou grupo de afetar, influenciar, ou controlar pessoas, fenômenos, e relações, delimitando e afirmando o controle sobre uma área geográfica” (SACK, 1986, p. 19). Corroborando com os estudos de Raffestin (1993), o território não é apenas um simples espaço físico delimitado, fonte material de recursos, mas é, sobretudo, produto da intencionalidade humana, isto é, da aplicação de energia e informações por atores sintagmáticos que produzem território.

O território é, portanto, um sistema físico (delimita espaços) e sêmico (uma vez que comunicado por um sistema linguístico e simbólico) que transpassa as relações humanas e espaciais, definindo relações e sendo definido por elas. Trata-se de um processo eminentemente relacional, ou seja, a esfera de ação onde pessoas e grupos sociais exercem estratégias para afetar, influenciar e controlar pessoas, fenômenos e relações. (SACK, 1986)

O conceito de território perpassa na obra de Milton Santos por diversos momentos desde 1970, mas apenas em 1993 o autor reconhece um território fundamentado não apenas no Estado-nação, mas de uso coletivo, produzido por um conjunto de objetos e ações, sinônimo de espaço habitado e humano em diferentes escalas (local, regional e nacional). Em sua obra *“Território: globalização e fragmentação”*, o que antes se restringia à “base e fundamento do Estado”, que o moldava de acordo com seus interesses, com a mundialização do capitalismo, têm-se o *território humano*: aquele usado por uma determinada população, cuja a sociedade local rege as manifestações da vida social, incluindo o dinheiro, portanto, trata-se de uma estrutura dotada de movimento próprio (SANTOS, 2000a), “fundamento do trabalho, lugar de residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 2002, p. 14).

Assim, para Santos (2002a) é na base territorial que tudo acontece, não podendo esta ser compreendida desconsiderando sua periodização, já que se faz necessária para compreendermos sua organização, assim como sua configuração econômica, política e social (1985). Território é técnica, meios de produção, objetos, sociedade, *trabalho*, chão mais a identidade, como a ideia de tribo, povo, nação e, depois, de Estado nacional (SANTOS, 2000a, 2002).

Nas produções de Marcelo Lopes de Souza é evidente a instrumentalização do conceito de território nos estudos de caso que tratam das diferentes territorializações nos movimentos sociais e de grupos específicos. Em sua obra *“O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento”* (1995), o pesquisador aplica o conceito de território para compreender os territórios “móveis” de prostitutas e travestis no centro do Rio de Janeiro. Nesse estudo é discutido o conceito de poder para afirmar o conceito de território que é, fundamentalmente, *“um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”* ou, melhor dizendo, *“território é essencialmente um instrumento de exercício de poder”* (SOUZA, 1995, p.78;79). O que significa que *“todo espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder é um território, do quarteirão aterrorizado por uma gangue de jovens até o bloco constituído pelos países membros da OTAN”*. (SOUZA, 2001, p.1).

O fato de identificar dentro das grandes metrópoles grupos sociais que no conflito pelas diferenças culturais estabelecem relações de poder, o fazem inferir que o território além de uma construção política é também uma construção cultural (SOUZA, 2001). Por isso, Souza atenta ao fato de que o território não deve ser reduzido a/ou associado à “figura do Estado”, pois é *“um campo de forças, uma teia de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade [...]”*, ou seja, são as territorialidades que fazem o território ser um território (1995, p. 81; 87), não a soberania do Estado.

Portanto, o território “se define a partir de dois ingredientes, o espaço e o poder” (SOUZA, 1995, p. 106), e deve ser compreendido em múltiplas vertentes e funções, já que o autor comprova em sua pesquisa a existência de territórios múltiplos, principalmente nas grandes cidades, como: o território do narcotráfico, da prostituição, das gangues e outros, territórios estes temporários ou permanentes. (SOUZA, 2001)

Por fim, Haesbaert (*et al*, 1999) possui uma abordagem diferenciada e mais ampla do território, o autor considera que as práticas sociais e epistemológicas em torno do conceito contemplam três dimensões: a) político-jurídica, tradicional e identificada com o Estado-nação, segundo a qual “o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal”; b) econômica ou economicista, que o entende de forma material e concreta no bojo da relação capital-trabalho, ou seja, “destaca a desterritorialização em sua perspectiva material, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho”; c) cultural ou culturalista, trazendo a dimensão simbólica e subjetiva da apropriação e da identidade social, isto é, “o território visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social. (HAESBAERT, 1997; HAESBAERT, LIMONAD, 2007)

Diante disso, nos apresenta duas perspectivas territoriais de dominação: uma delas material e funcional (política e econômica), em geral detectada com grupos hegemônicos, em que o território é visto como recurso dotado de valor de troca, ou seja, espaço de controle físico, fonte de recursos e espaço de produção; e outra de apropriação simbólica e pluralista, munido com valor de uso, em outras palavras, território que é abrigo, lar e segurança efetiva para grupos sociais subalternizados e suas lutas em (r)existir. (HAESBAERT, 2014). Neste sentido, o território envolve:

[...] sempre e ao mesmo tempo, mas em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de ‘controle simbólico’ sobre o espaço onde vivem e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos. (HAESBAERT, 1997: 42).

Entendido isto, como distingui-los? Haesbaert (2014, p.59) destaca que os territórios se distinguem de “acordo com aqueles que o constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais/culturais, o Estado, empresas e instituições como a Igreja”, e com os objetivos de controle social que variam de acordo com a sociedade, renda, gênero, idade e costumes.

O caráter duplo do território nas análises de Haesbaert (1997) reflete as definições de “espaço dominado” e “espaço apropriado” de Lefebvre (2000 [1984]: 191-192) as quais determinam que “através das práticas sociais e das técnicas, o espaço natural se transforma e é

dominado”: quando esta dominação do espaço natural ocorre para servir as necessidades de um grupo, este se apropria dele. Assim sendo, de acordo com essa perspectiva, o território para Haesbaert (2004b, p. 78) corresponde ao “conjunto de nossas experiências ou, em outras palavras, relações de domínio e apropriação, no/com/através do espaço”.

Em suma, conclui-se que o território, assim como em qualquer acepção, tem a ver com poder, entretanto não se considera apenas o poder político ou de dominação, porém, também, em seu sentido simbólico ou mais implícito (HAESBAERT, 2014) presente na concretude das relações de poder não limitadas à atuação do Estado ou uma instituição, entendendo-se à complexidade das situações que ocorrem em uma vida em sociedade. Assim sendo, relações sociais diversas de conflitos e forças envolvem outros processos da vida cotidiana, como a família, a universidade, a igreja, o lugar de trabalho, o bairro e outros (SAQUET, 2007). Assim sendo, o indivíduo, através do desvendamento dessas relações de poder e de ideologia, integra-se à dinâmica socioespacial e às atividades da vida em sociedade, isso quer dizer que a existência de um feirante, por exemplo, só tem sentido quando suas relações sociais são espacializadas no espaço público, a feira.

Ademais, apesar de algumas definições apontarem para o viés econômico do processo de constituição e transformação social e territorial, o território também é interpretado do ponto de vista de sua dimensão simbólica e identitária, cuja a marca principal concentra-se no cotidiano e na geograficidade dos sujeitos atuantes, levando-nos a refletir sobre o papel de homens e mulheres que lutam pela sobrevivência, cujas práticas e atuações carregam elementos diversos, tanto econômicos, sociais e afetivos, quanto culturais.

Isto posto, é clara a importância do componente simbólico na construção do conceito territorial, algo que só foi identificado a partir da década de 70. O território que esta pesquisa busca contemplar é o território produto de dinâmicas políticas, econômicas e principalmente culturais, construído pelas práticas cotidianas (ORNAT, 2009) e sentimentos de pertença decorrentes de experiências vividas (ORNAT; SILVA, 2014). Não se trata de um território unidimensional, muito pelo contrário, queremos percebê-lo em suas múltiplas portas de entrada, como o espaço das heterogeneidades, produto e concretude de relações sociais diversas.

2.2 AS MÚLTIPLAS TERRITORIALIDADES NO CONTEXTO SOCIOESPACIAL

A territorialidade partilha, em termos de significado, com a ideia de território, todavia, apesar da semelhante semântica, território e territorialidade não são sinônimos, a territorialidade seria a expressão de um comportamento vivido, incluindo aquilo que fixa o homem aos lugares

e aquilo que os impele para fora do território (FUINI, 2014). A origem do termo aparece no campo das ciências naturais na área da Etnologia, seu uso se deve às observações feitas por pesquisadores de animais em seu ambiente natural, a territorialidade estava na conduta característica adotada por um organismo com o objetivo de tomar posse ou defender seu território de outros membros de sua própria espécie. (RAFFESTIN, 1993); (LE BERRE, 1992); (SANTOS, 2009).

Deste modo, o estudo realizado com animais isolados foi o ponto de partida para se compreender as sociedades de animais e, posteriormente, transferir o uso do termo territorialidade para o âmbito político-administrativo, dando um status científico ao conceito, o qual sempre estava associado à ideia de dominação, área, extensão e fronteiras. Assim, “plantear que la territorialidad existe tanto en el dominio del hombre como en el dominio animal: tanto en el dominio de uno como en el del otro, los comportamientos sólo pueden ser comprendidos en su entorno global y por su inserción en un territorio propio” (LE BERRE, 1992, p. 630)

No âmbito das ciências sociais a territorialidade antecede o território e tem relação direta com as formas de apropriação do espaço por pessoas ou grupos sociais distintos, aspecto ratificado na fala de Heidrich (2014) quando este afirma que:

Antes, porém, de uma sujeição plena ao território, antes deste se caracterizar como recurso pelo qual se exerce o domínio e o controle social, surgem as territorialidades. Ao território se chega pelo desenvolvimento dessa relação. Aliás, isto é importante: o território é antes de tudo uma relação que envolve apropriação, domínio, identidade, pertencimento, demarcação, separação. E, se apenas parte destas características estão presentes, creio que podemos considerar a ocorrência do seu princípio, ou seja, do princípio da territorialidade (HEIDRICH, [2014], p.3).

A territorialidade surge, assim, como condição pré-existente ao território, manifestando-se das mais diversas maneiras: como “totalidade das questões concretas e abstratas, objetivas e subjetivas, materiais e imateriais, emotivas e perceptivas” (GIL, 2004, p.3); e nas mais variadas escalas sociais e espaciais ao longo do tempo (RAFFESTIN, 1993), sendo elas a nível local, cotidiano, regional ou a nível nacional e supranacional (HAESBAERT; LIMONAD, 2007).

Compreende também de uma estratégia, isto é, um recurso estratégico que pode ser mobilizado de acordo com o grupo social e o contexto histórico e geográfico em que este está inserido (SACK, 1986). Como tratam-se de sociedades heterogêneas, momentos históricos e espacialidades distintas, reconhece-se a existência de diversos níveis de territorialidade que variam conforme os diferentes graus de acesso às pessoas, relações e coisas, ou seja, seus níveis

de penetração vão desde espaços quase inacessíveis comandados por facções criminosas às ruas de uma feira livre, espaço público.

Independentemente do nível de permeabilidade, são identificadas três relações interdependentes contidas na definição de territorialidade, que para Sack (1986) são elas:

- a territorialidade envolve uma forma de classificação por área (o que restringe sua noção de território ao que chamaremos aqui de território-zona, pautados numa lógica zonal ou areal, excluindo os territórios-rede ou de lógica reticular);
- a territorialidade deve conter uma forma de comunicação pelo uso de uma fronteira (“uma fronteira territorial pode ser a única forma simbólica que combina uma proposição sobre direção no espaço e uma proposição sobre posse ou exclusão” [1986;21]);
- a territorialidade deve envolver uma tentativa de manter o controle sobre o acesso a uma área e às coisas dentro dela, ou às coisas que estão fora através da repressão àquelas que estão no interior. (SACK, 1986 *apud* HAESBAERT, 2004, p. 88)

Seguindo essa lógica, a territorialidade e o território são instrumentos de padronização e classificação (interna ao território), pois permitem uma classificação por área, modelos de comunicação por fronteira e uma forma de coação ou controle (SACK, 1986). Os sujeitos que vivenciam o território e seus limites compartilham, em determinado sentido, a mesma subordinação ao controle interno do território e a relação de diferença aos espaços e sujeitos exteriores aos seus limites, evidenciando muitas vezes o processo de exclusão.

Nesta perspectiva, trata-se de um comportamento humano, uma expressão de poder que se constitui em uma estratégia humana para “afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações”, e para delimitar e impor controle sobre uma determinada porção espacial, denominada território (SACK, 1986, p. 19). Se o território é reflexo das territorialidades e ele é multidimensional, teremos uma diversidade de territorialidades produto de aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais inerente a vida em sociedade (RAFFESTIN, 1993).

Deste modo, conforme advertiu Haesbaert (2007), o debate em torno do conceito de territorialidade assume múltiplas dimensões: desde sua abrangência superior à do território, perpassando pela concepção de territorialidade como uma simples “dimensão” do território, além de sua diferenciação em relação a este.

Para Sack (1986), a territorialidade nada mais é do que uma via pela qual se busca estabelecer diferentes graus de acesso (SACK, 1986), em outras palavras, são formas de delimitação espacial onde vigoram comunicações que evidenciam o controle de acesso do conteúdo interno e da entrada/saída externa dos espaços (SANTOS, 2009), portanto, essa “qualidade necessária” trata-se de uma estratégia de controle de pessoas e/ou recursos sempre

vinculada ao contexto social na qual se insere, onde a fronteira e o acesso são atributos fundamentais em sua definição (SACK, 1986, p.1).

Em busca de melhor explicar sua ideia sobre territorialidade o autor define três pilares: área, comunicação e controle. A área compreende à base física territorial, assim, sua porção geográfica. A comunicação é como os indivíduos-sujeitos delimitam essa área. Enquanto a definição de fronteira diz respeito aos meios físicos (cerca, muro) e meios imateriais (sinais, símbolos) que identificam os limites de um território. Estes três elementos devem estar conectados, já que a proposta é que a fronteira seja comunicada de alguma maneira e de forma clara os limites que estão submetidos ao controle, assim, o controle passar a ser exercido sob determinada área para que estabeleçam os conteúdos de acesso e não-acesso ao território. (SACK, 1986)

Tendo como base essas três chaves de acesso, as territorialidades envolvem também questões de representação. Para se definir um território ou identificar uma territorialidade deve-se considerar os sujeitos sociais que os produzem, estes submetem-se dialeticamente à territorialidade e interferem nas estruturas territoriais, portanto, tem um papel de identidade com o território. A territorialidade simbólica se circunscreve no processo de pertencimento ao território por meio da cultura, crenças religiosas, língua falada, sinais, símbolos e outros. Vale ressaltar que a territorialidade, diferente da territorialização, independe do território, enquanto este último, sua existência está condicionada à representatividade das estratégias de controle, demarcação, pertencimento e identidade sobre uma área geográfica. (SACK, 1986)

Assim, a territorialidade nos humanos está enraizada na sociedade e no espaço, muito relacionada à maneira com que o homem usa e se organiza no espaço e como dá sentido ao lugar (SACK, 1986), traduzindo o conjunto daquilo que se vive cotidianamente pelos atores sociais, ou seja, suas relações de trabalho, com a comunidade, na escola, com a família e entre outros (SAQUET, 2010). Então, a territorialidade é o componente geográfico pelo qual se entende como a sociedade utiliza o espaço historicamente.

Não há dúvida que a territorialidade surge no seio de qualquer grupo social, todavia, como uma força latente cuja manifestação depende de eventualidades históricas (CASIMIR, 1992). Essa territorialidade *incorpora a*

Área de exclusiva ação de um Estado e seu aparato jurídico, normativo e militar; remete à ação de poder e de sentimento de pertencimento alimentado por um indivíduo, grupo ou instituição em dado espaço; deslocamentos e itinerários de grupos e indivíduos que remetem a vínculos de identidade, podendo variar em dias da semana, horários de um mesmo dia (territorialidade cíclicas ou transitórias). Grupos diferentes podem conceber territorialidades a partir de um mesmo local. (FUINI, 2014).

Nesta abordagem considera-se duas categorias de territorialidade: a territorialidade cíclica, termo que designa o território que varia de acordo com o tempo, ou seja, as formas de uso desse lugar diferem-se de acordo com os horários, portanto, um mesmo espaço pode conter funções diferente dependendo do tempo; e a territorialidade móvel, em um território cujo os limites são bem instáveis, as territorialidades dentem a se deslocar com grande facilidade no espaço utilizado por um mesmo grupo. Fuini (2014) ainda acrescenta: quanto à *territorialidade*,

Pode-se referir ao território de planejamento e controle de um Estado e de seus projetos e serviços. Também pode ser usado como referência para identidades territoriais que ainda não configuraram um território político-jurídico-normativo, como os nacionalismos e regionalismos. Atualmente é utilizado para referenciar as práticas espaciais de grupos de indivíduos em espaços urbanos, como é o caso das territorialidades de movimento culturais e artísticos (movimento do Hip Hop), das tribos urbanas, das igrejas, da prostituição, do tráfico de drogas. (FUINI, 2014).

Neste sentido, a territorialidade está associada a grupos sociais, eventos culturais e religiosos, intervenções públicas e investimentos privados, sua expressão é percebida em espaços e tempos distintos e, às vezes simultâneos, como é o caso das áreas centrais das pequenas cidades à margem dos rios na Amazônia Tocantina. Em muitos casos as territorialidades do comércio encontram-se entrecruzadas pelas territorialidades de grupos urbanos, quilombolas, ribeirinhos, do trânsito, das igrejas, enfim, com a justaposição de territorialidades sagradas e profanas, liberais e neoliberais, muitas vezes incorporando territorialidades cíclicas, com o uso dos espaços urbanos para atividades empresariais durante o dia e pela prostituição e comercialização e uso de drogas à noite (SOUZA, 1995).

Assim, a territorialidade além de incorporar uma dimensão mais estritamente política, diz respeito também às relações econômicas, sociais e culturais, pois está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, se organizam no espaço e dão significado ao lugar” (HAESBAERT, 2014, p. 59). Posto isso, reconhece-se uma “territorialidade humana”, forjada nas relações sociais de poder, dessa forma, o território seria produto da organização social e a territorialidade corresponde às ações de influência e controle em uma porção do espaço por diferentes indivíduos, grupos sociais e atividades em diferentes escalas (SACK, 1980, apud. SAQUET, 2007, p. 83). Para além, a territorialidade desenvolve-se como um comportamento associado à diferenciação espacial produzida, mais precisamente, pela identidade espacial, pelo senso de exclusividade e pela compartimentação da interação do homem no espaço, sinalizando para uma extensão de relações. (SOJA, 1971, apud. SAQUET, 2007, p. 64).

Uma feira, por exemplo, comporta visivelmente um centro de informação intrincado de territorialidades, trocas e mobilidades que deixam qualquer um que adentre esse espaço a par de tudo o que acontece dentro da área de influência da cidade. Essa troca frequente de

informação e conversas animadas e prolongadas quebra a organização relacional de impessoalidade em que o vendedor “precisa” desenvolver com o comprador, é como se “a definição territorial significasse, em muitos casos, a própria construção identitária” (HAESBAERT, 2014, p.63). Mais uma vez é visível que a territorialidade se torna condição necessária para a existência do território e de identidade, seja ela material (controle físico do espaço material), imaterial (controle simbólico através de uma identidade territorial) ou como “espaço vivido”, conjugando materialidade e imaterialidade. (HAESBAERT, 2014, p.64;65)

Por essa razão, “toda relação de poder espacialmente mediada é também produtora de identidade, pois controla, distingue, separa e, ao separar, de alguma forma nomeia e classifica os indivíduos e os grupos sociais” (HAESBAERT, 2004, p. 89). Enquanto as antigas sociedades utilizavam da territorialidade para demarcar e proteger a terra como abrigo e fonte de recursos, os povos Yanomami localizados na margem entre os estados de Roraima e Amazonas, por exemplo, utilizam também para definir a si próprio.

Em suma, a criação de um território só é possível por meio da territorialidade, uma territorialidade humana, produto de relações políticas, econômicas, sociais e culturais que envolvem poder, controle e acesso a espaços por sujeitos ou grupos sociais. Portanto, a territorialidade é a engrenagem na máquina territorial, peça principal na produção, articulação e/ou sobreposição de territórios.

2.3 A DIMENSÃO (TRANS)TERRITORIAL DOS SUJEITOS: PARA ALÉM DAS MULTITERRITORIALIDADES

No território diversas formas territoriais e aspectos do mundo vivido e/ou espaço de sobrevivência coexistem de forma dialética, por essa razão, compreender as territorialidades e os territórios no final do século XX tornou-se ainda mais complexo, pois é o momento em que a “sociedade informacional, global e em rede” (CASTELLS, 2002) fez ascender uma multiplicidade de poderes que resultaram em “novos usos” do território e na sua promoção à categoria geográfica – “território usado” (SANTOS; SILVEIRA, 2001; SANTOS, 2002) – bem como a abundância de diversas metáforas e/ou mitos como o “fim dos territórios”, “desterritorialização”, “desenraizamento”, “reterritorialização”, “multiterritorialidade” (HAESBAERT, 2006; SAQUET, 2007) e “transterritorialidade” (HAESBAERT, 2012).

Inspirados pelas existências contemporâneas, que nos permitem experienciar mais intensamente uma pluralidade de territorialidades ou uma “multi/transterritorialidade”, buscamos entender essas metáforas geográficas propostas por Haesbaert (2005; 2006; 2007;

2014; 2017). Todavia, antes de tentarmos conceituar ou até mesmo caracterizá-la, é necessário nos debruçarmos às pertinentes advertências do próprio autor:

Hoje, num mundo de “hibridismo” como o nosso, os conceitos estão longe de carregar a ambição formal de outrora, e às vezes também aqui precisamos trabalhar muito mais com intersecções e ambivalências do que com fronteiras ou limites claramente definidos. Por isso, falamos no caráter contrastivo dos conceitos, num sentido que pode lembrar (sem radicalizar) a *différance* de Derrida, onde um acabará sempre sendo (re)definido pelo outro numa ressignificação sempre em aberto. (HAESBAERT, 2007. P. 3)

Portanto, o conceito aqui trabalhado não é algo definitivo e sim em constante construção, dada a realidade em que o *hibridismo* é aspecto pulsante no território. Observa-se que quando falamos de um processo de “hibridismo” é preciso reconhecer a ambivalência do termo (HAESBAERT, 2012, p. 31), pois opera de maneira dupla, ““organicamente” hegemonzando, criando novos espaços, estruturas e cenas” (YOUNG, 2005 [1995], p. 30).

Quanto à forma de manifestação desse hibridismo, em algumas sociedades e espaços ocorre de maneira pronunciada e em outras aparece de forma mais aberta e/ou são induzidas a trocas culturais muito mais intensas. À exemplo, em um contexto (pós) colonial culturalmente rico e diversos como o latino-americano, o hibridismo ao mesmo tempo que é um instrumento de ruptura com a “unidade” cultural do colonizador, “desterritorializando tantos grupos hegemônicos (num nível mais atenuado) quanto subalternos (num nível mais violento)”, representa também uma forma bastante rica de resistência/territorialização, reinventando, pelo misto, novas formas de construção identitário territorial. (HAESBAERT, 2012, p.31)

Consoante a Young (2005 [1995]):

O hibridismo transforma [...] a diferença em igualdade, e a igualdade em diferença, mas de forma tal qual que a igualdade não seja mais o mesmo, e o diferente não mais simplesmente o diferente. [...] quebrar e reunir ao mesmo tempo e no mesmo lugar: diferença e igualdade numa aparentemente impossível simultaneidade. (p.32)

Portanto, é a presença do hibridismo e, conseqüentemente, de uma pluralidade de territórios multiescalares, que modificam o espaço qualitativamente e quantitativamente através de uma gama de territórios e/ou territorialidades que se sobrepõe, o que nos leva a considerar a existência da multiterritorialidade (HAESBAERT, 2014, p. 78). Mas isso só é possível devido ao “mito da desterritorialização” (HAESBAERT, 1994, 2001b, 2004a), de forma que não existe desterritorialização e sim movimentos de (re)territorialização, pois, conforme afirmam Deleuze e Guattari (1996), “jamais nos desterritorializamos sozinhos, mas no mínimo com dois termos [...] e cada um desses dois termos se reterritorializa sobre o outro”. Sendo assim, não podemos conceber nesse processo o retorno de uma antiga territorialidade, porque, de maneira mais ampla, a desterritorialização compreende um “conjunto de artifícios pelos quais um elemento

[...] serve de territorialidade nova ao outro que também perdeu a sua”. (*ibid.*, 1996, [[1980];40-41)

À vista disso, geograficamente falando, o que existe é um complexo movimento de rearranjo territorial e reconfiguração das circunscrições territoriais, devido à “complexidade das reterritorializações, numa multiplicidade de territorialidades nunca antes vista, dos limites mais fechados e fixos da guetificação e dos neoterritorialismos aos mais flexíveis e efêmeros territórios-rede e multiterritórios da globalização” (HAESBAERT, 2004, p. 372). (HAESBAERT, 2014)

Resultante de um novo domínio de território, território-rede, a perspectiva euclidiana se desfaz frente à descontinuidade, à fragmentação e simultaneidade de territórios que não se pode definir claramente onde iniciam e findam (HAESBAERT, 2004, *apud.* HAESBAERT, 2014, p. 79). O controle dos fluxos e da mobilidade (influenciada pela rapidez dos meios de transporte e das redes virtuais e informacionais), da flexibilização das relações de trabalho e de produção e a massificação e “hibridização cultural”, conduzem à “multiterritorialidade pós-moderna”, a perspectiva de ser e estar na simultaneidade de diversos territórios (HAESBAERT, 2003, 2004, 2007, 2012).

Em vista disso, a multiterritorialidade é entendida nessa pesquisa em seu sentido abrangente de processo ou ação que corresponde à:

[...] possibilidade de acessar ou conectar diversos territórios, o que pode se dar tanto através de uma “mobilidade concreta”, no sentido de um deslocamento físico, quanto “virtual”, no sentido de acionar diferentes territorialidades mesmo sem deslocamento físico, como nas novas experiências espaçotemporais proporcionadas através do ciberespaço. (HAESBAERT, 2006, p. 343-344)

Deste modo, uma pessoa pode se conectar à novas territorialidades por meio de uma viagem (deslocamento físico) até o lugar de desejo, ou fazendo uso da tecnologia de informação (de maneira virtual) por meio de sites e redes sociais, ambas as formas de se conectar à territorialidades espacialmente distantes não deixam de estar carregadas de significados, sejam eles concretos ou simbólicos.

Por isso, ainda que de forma lacônica, é importante considerar as diversas abordagens da multiterritorialidade: partindo de um conceito que não se limita em sua análise a apenas uma “parcela do real”, mas enquanto problemática e sua forma de abordá-la, em outras palavras, o “olhar” *sobre* a territorialidade e um “foco” *sobre* a realidade. (HAESBAERT, 2017, p. 34). Mediante a isso, inferiu-se que: se o espaço geográfico é visualizado com base no foco das relações de poder (considerando a materialidade e imaterialidade dessas relações), consequentemente existem/coexistem multiterritorialidades de maior carga funcional e outras

de maior carga simbólica, conforme os significados e funções que sujeitos sociais em territorialização lhes atribuem.

Essas dinâmicas se desdobram num continuum que vai do caráter mais concreto ao mais simbólico, sem que um esteja dicotomicamente separado do outro. No caso de um indivíduo ou grupo social mais coeso, podemos dizer que eles constroem seus (multi) territórios integrando, de alguma forma, num mesmo conjunto, sua experiência cultural, econômica e política em relação ao espaço. (HAESBAERT, 2006, p. 341).

Haesbaert (2006) recorre, portanto, ao uso da noção de multiterritorialidade para se referir à dinâmica combinada de múltiplos territórios justapostos entre si e convivendo com a diversidade territorial representada pelas dimensões sociais, escalas e dinâmicas. Influi-se, nesse sentido, que: se o território além de espaço de nossa localização é também um construtivo de nossa existência simbólica, o homem então é um “animal territorial” e “animal multiterritorial” (HAESBAERT, 2017, p. 34). Desta forma, os sujeitos multiterritoriais são indivíduos atuantes de diversas territorialidades, ou seja, pertencem a comunidades diferentes: igrejas, família, grupos de amigos, escolas, bairros e associações, que se somam dentro de um mesmo espaço quando agentes territoriais compartilham esses modos de vida ou consomem.

Deste modo, os agentes podem experimentar a multiterritorialidade tanto a nível de *classes*, aquela vivenciada por grupos e instituições globais, multinacionais (com suas redes de filiais, fornecedores, distribuidores e contratantes disseminados por diversos lugares e interconectados), e o Estado em sua esfera político-administrativa; e de forma *individual*, que na visão de Haesbaert (2004) se dá por meio da vivência em grandes cidades, todavia territórios pessoais e de ‘baixa intensidade’ (FUINI, 2017).

Podemos acrescentar que a multiterritorialidade pode manifestar-se de duas formas gerais: a “multiterritorialidade *lato sensu*” ou sucessiva, de caráter mais amplo, contém múltiplos territórios (zonais) articulados em rede, implicando em uma mobilidade física que induz a hibridização, aqui, faz-se necessário o deslocamento físico do homem para que este experimente a multiterritorialidade; e a “multiterritorialidade *stricto sensu*” ou simultânea, de caráter mais específico, marcada por territórios híbridos e/ou que permitem a articulação simultânea com outros territórios por meio de mecanismos de controle virtual ou informacional.

Portanto, vive-se, em múltiplas escalas ao mesmo tempo, uma simultaneidade de territorialidades (HAESBAERT, 1996, p.35) dentro de um único território. Porém, do que adianta vivermos em cidades de maior hibridização territorial se nos negarmos a usufruir dessa multiplicidade? Podemos ter múltiplos territórios, mas sem construir ali, efetivamente, uma multiterritorialidade. Para que esta ocorra, implica “transitar e, sobretudo, vivenciar dessa multiplicidade de territórios/territorialidades, somente assim, “[...] as pessoas, em suas

trajetórias urbanas, podem montar inúmeros territórios muito próximos, lado a lado, visíveis em uma escala muito grande” (COSTA, 2000, p. 178).

Ainda que dentro de um “paradigma hegemônico”, ocupado pelas grandes empresas associadas ao estado (que vê o espaço como um substrato a ser explorado), ou em um “contra-hegemônico”, liderado pelos grupos subalternizados (que compõem a maior parcela dos frequentadores de uma área de comércio popular, por exemplo) (HAESBAERT, 2014, p.53), todos vivenciam essas multiterritorialidades. Este último, diferentemente da perspectiva absoluta, homogeneizante e universal, percebe o vivido do espaço e suas múltiplas relações socioculturais, que fazem do vínculo sociedade-terra (ou natureza, se assim quisermos) um laço muito mais denso, concebendo os homens como interagentes que compõem o meio, não como sujeitos a sujeitar-se a ele, cujo o “bem viver” depende dessa interação. (HAESBAERT, 2014, p.54)

Diante dessa simultaneidade atroz de eventos cuja as práticas sociais expressam cada vez mais a multi/transescalaridade das territorialidades e territórios, destaca-se o conceito mais relevante da pesquisa: a chamada *transterritorialidade*. Ainda pouco debatida entre os geógrafos, tem como um dos pioneiros na geografia brasileira Rogério Haesbaert (2012, p. 31), que a define como a territorialidade regida “*no e pelo movimento*”.

Ao interpretar os processos de deslocamento entre territórios em um ponto de vista relacional e integrador, conjugando as dimensões políticas, econômicas e culturais, sob o prisma do atual modelo de sociedade de controle e regimes de (in) segurança, este reforça a conformação de um território conectado por redes e evidencia a transterritorialidade na conformação destas redes (HAESBAERT, 2014). A transterritorialidade implicaria assim na viabilidade de um fluxo compulsório entre diferentes territórios e da vivência de múltiplas territorialidades, sucedendo, muitas vezes, em uma forma de contornar o quadro de precarização da vida em limites seletivos (FIUNI, 2017): como faz um morador de Barcarena (Pará) ou do bairro do Tenoné em Belém ao se deslocar até o Ver-o-Peso para realizar seu trabalho de venda formal e/ou informal e no trabalho doméstico nas residências e apartamentos da elite econômica, ou até mesmo de brasileiros que residem no Brasil mas deslocam-se até o Paraguai onde estão instaladas suas fazendas comerciais.

Seria o movimento de trânsito “[...] entre diferentes territorialidades [,] ao mesmo tempo que se busca contornar alguns dos constrangimentos (político, econômico ou cultural) a que se está subordinado” (HAESBAERT, 2014, p. 271, grifo do autor). Nesse sentido, na contemporaneidade, a transterritorialidade apresenta-se como *uma*

[..] territorialidade típica da sociedade biopolítica em que grupos específicos buscam contornar ou fugir dos efeitos barragem criados pelos campos de contenção, buscando extrapolar as barreiras segregadoras dos aglomerados de exclusão onde vivem como forma de garantir sua sobrevivência. (FUINI, 2017, p.27)

Por esse ângulo, a transterritorialidade aqui discutida implica mais do que a articulação de diferentes territórios, mas no “*trânsito*” entre eles, não no “sentido de algo temporário, efêmero e/ou de menor relevância”, porém no sentido de movimento e do próprio “atravessamento” e sobreposição territorial – “não um simples passar – por mas um estar-entre”. (HAESBAERT; MONDARDO, 2011, p. 35). Nesses termos, “é por demonstrar o trânsito e a trans-formação, sempre abertos e em movimento simultâneo (embora desigual) dos diferentes sujeitos envolvidos no processo de transculturação, que o prefixo trans pode evidenciar os processos de hibridização/(trans)territorialização” (MONDARDO, 2018, p. 222).

Esse movimento de ir e vir em um “território alheio” que também passa, de forma ambivalente, a ser “nosso” (HAESBAERT, 2012, p. 38), resulta da imbricação entre “desterritorialização” e “(re)” ou (neo) “territorialização” (MOREIRAS, 2001, p.342), em outras palavras, o processo de transterritorialidade pode resultar tanto na apropriação e sobreposição de territórios, não de forma radical com a perda ou desenraizamento de um território anterior, mas também no surgimento de *novos* territórios. Assim sendo, não confere um simples “acúmulo” ou “passagem” de uma escala espacial para outra, mas sua vivência concomitante, o que nos ao remete à Yves Lacoste denominou de “espacialidade diferencial”. (HAESBAERT, 2012, p. 39)

Portanto, a transterritorialidade vai “além” da multiterritorialidade, pois, enquanto a multiterritorialidade pode implicar na presença de diversas territorialidades ou passagem de um território/territorialidade para outro/outra, atribuindo-se novas condições a momentos diferentes de um mesmo processo, a transterritorialidade é uma manifestação da multiterritorialidade, ela envolve não apenas o *transportar* de fronteiras e o *transpassar* de territorialidades diversas (SILVA, 2017), “mas a *transformação* efetiva dessa alternância em uma situação nova, muito mais híbrida”. (HAESBAERT; MONDARDO, 2011, p. 35, grifo do autor).

Desse modo, o hibridismo diz respeito a um processo ininterrupto de ir-e-vir, ou, em outras palavras, um constante *devir*. Fazendo uso das análises de Goettert e Marcos Mondardo (2009) sobre “O Brasil migrante” e os processos de mobilidade da força de trabalho pelo território brasileiro, focados nas relações de poder presente na construção das territorialidades, os autores destacam a transterritorialidade geradora de tensão, choque, diálogo e entrecruzamentos. Apesar destes considerarem a dimensão conceitual de transterritorialidade

pautada na ideia de “deslocamento”, “transição”, alertam que só existe transterritorialidade enquanto esta estiver condiciona à “mudança de comportamento e uma mescla cultural”. (p.101; 117)

De forma detalhada os Goettert e Mondardo explicam: na migração, quando uma pessoa ou um grupo se desterritorializa, as “antigas” territorialidades não são simplesmente abandonadas, esquecidas ou “transpostas” sem implicações materiais e imateriais, o mesmo acontece com as “novas” territorialidades ou do lugar de destino. Toda migração é deslocamento, e, portanto, afeta efetivamente quem sai do lugar, quem fica e quem se encontra no lugar de chegada, neste sentido, “as relações mudam ou são mudadas” a medida em que as territorialidades que se deslocam pela mobilidade espacial entram em “choques de territorialidades”, gerando tensões, conflitos e/ou paradoxos, produtos da sobreposição e intercruzamento de sentidos/intencionalidades do “vivido” (SILVA, 2017, p. 116).

Neste sentido, tais processos que retratam choques entre sentidos e intencionalidades do pensar e do fazer (o vivido), que ocorrem a partir e do movimento, os autores definem por transterritorialidades.

Destarte,

As transterritorialidades são disputas, tensões, conflitos, mediações e negociações entre territorialidades; a ideia se aproxima da de “transcultações”, podendo ser aquelas a expressão territorial destas, configurando-se em uma espécie de “transmigração” cultural e de poder na relação entre territorialidades divergentes. Pessoas, grupos, classes e instituições transitam entre territorialidades como *trânsito* entre sentidos de viver, muitas vezes opostos e em contradição, ao mesmo tempo que *transpassam* e *são transpassados* por territorialidades, podendo, inclusive, potencializar e produzir entrecruzamentos e/ou superposições através da “mistura” (oriunda do próprio choque), com a produção de territorialidades cada vez mais híbridas. Esse trânsito é, quase sempre, carregado de disputas, tensões, conflitos, mediações e negociações, geralmente exacerbadas em situação ou condição de migração (GOETTERT; MONDARDO, 2009, p. 117, grifos do autor).

Em suma, os cientistas sociais, a transterritorialidade só ocorre de fato quando há mudança de territorialidade ou o surgimento de novas territorialidades, melhor, quando há um produto/consequências desse deslocamento, o que implica efetivamente em uma mudança de comportamento e não apenas ao movimento ou transição de um território a outro.

Quanto às dimensões que alcançam o termo, se as territorialidades são múltiplas e diversas, deduz-se que as transterritorialidades também são, muitas delas em frequente e intensa mediação e negociação ou em contraposição e contradição, como por exemplo, nas territorialidades hegemônicas e subalternas (que dizem respeito aos conflitos internos entre as territorialidades hegemônicas e subalternas), onde o encontro/desencontro entre delas a origem das condições de transterritorialidade.

Para mais, semelhantemente às leituras realizadas a respeito das territorialidades, devemos considerar também as relações e movimentos múltiplos das transterritorialidades, estas podem se organizar de duas maneiras: “transterritorialidades abertas” e “transterritorialidades fechadas”. (GOETTERT; MONDARDO, 2009, p. 118)

Por via das transterritorialidades abertas as relações de territorialidade se estabelecem, predominantemente, em condições de “*reciprocidade solidária* entre valores e sentidos do viver”, ou seja, as negociações e mediações realizam-se pela aproximação e pelo respeito à diferença (*ibid.*, p. 118), o que não isenta o processo das tensões que envolvem o ato de mudança (à exemplo, amazônidas ribeirinhos que se deslocam para a outras cidades ribeirinhas e passam a assimilar e interagir com suas tradições, misturando-se a elas não em uma relação de tensão, mas de assimilação). Por outro lado, nas transterritorialidades fechadas as relações entre territorialidades apresentam-se, com maior ênfase e na maioria das vezes explícita, na “construção de condições de *reciprocidade conflituosa* entre os valores e sentidos do viver”, o que não implica na ausência de solidariedades, todavia de formas esporádicas e intermitentes (à exemplo, os conflitos existentes entre territorialidades indígenas e de garimpeiros clandestinos em Jacareacanga no Pará, sempre em processos de extrema pressão, tensão, violência e disputa).

Ressalta-se que o fato de uma pessoa, grupo, classe ou instituição estar em um grupo não significa que não pode estar em outro, os sujeitos podem compor diversos grupos, seja do lugar de origem ou do lugar de chegada, seja entre territorialidades de ambos os lugares ou até mesmo de lugares “imaginados, pretéritas, do passado, ou futuras, do devir” (*ibid.*, p. 119).

Conjugando diversas temporalidades e territorialidades, a transterritorialidade é, portanto, ao mesmo tempo, processo e produto da desterritorialização. Como já abordado ao longo do texto, Haesbaert (2004), afirma que não existe desterritorialização e sim des-territorialização, isto é, a passagem de uma territorialização, por meio de um processo transterritorial, para outra territorialização/territorialidade. Essa nova territorialidade a ser produzida é sempre uma combinação, mescla, hibridização⁵ de outras diversas, contrastando perda/ganho, antigo/recente, antes/depois e adição/subtração.

Analisando sob a perspectiva da migração e considerando a questão temporal fundamental na processualidade dos fenômenos, Haesbaert (2004, p. 246) em seu diálogo com Deleuze salienta: a “migração pode ser vista como um processo em diversos níveis de des-territorialização”, todavia, sua análise está condicionada ao momento histórico em que a

⁵ A partir das “culturas híbridas”, de Néstor G. Canclini (2003).

trajetória do migrante está sendo investigada, considerando as relações com os espaços de entrada e os de saída. Esse movimento poucas vezes depende do comum desejo dos sujeitos, na maioria das vezes é tramado por conjunturas de conflitos, tensões, disputas e contradições internas e externas do indivíduo, grupo, classe ou instituição (GOETTERT; MONDARDO, 2009).

Outra relação que merece destaque é de *identidade* como aspecto central na condição da transterritorialidade, pois a trata-se de uma territorialidade que, além de geradora de tensões, é também produtora de cultura. Em seu artigo: “*Hibridismo cultural, antropologia identitária e transterritorialidade*”, Haesbaert (2012) aborda o conceito sob uma dimensão espacial, afirmando que muitos são os que, hoje, identificam-se com esta mobilidade de tal modo que o território, para estes, assim como suas identidades, é construído pelo amálgama entre múltiplas territorialidades ou pelo próprio “estar em movimento” ou “transitar entre múltiplos territórios”, o que nos conduz a pensar em uma espécie de transterritorialidade. (p. 36)

Até mesmo a mobilidade espacial da força de trabalho é carregada de elementos simbólicos, visto que a identidade, “em seu sentido reterritorializador [,] não constitui simplesmente um transplante da identidade de origem, mas um amálgama, um híbrido, onde a principal interferência pode ser aquela da leitura que o Outro faz do indivíduo migrante” (HAESBAERT, 2004:249); assim como as identificações simbólicas que gaúchos descendentes de europeus produziram para grupos indígenas no Rio Grande Sul, pejorativamente definindo-os como “bugres” e os caracterizando como “gente andarenga sem pouco certo”, pessoas que vagavam pelos campos no século XX e “eram mais miseráveis que os bugres” (VERÍSSIMO, 1976: 154); inclusive os espaços comerciais, com as identidades produzidas nas feiras livres, onde feirantes e fregueses por intermédio de relações materiais e imateriais geram identidades territoriais (MEDEIROS, 2010).

Um indivíduo ou grupo social mais coeso constrói seus (multi)territórios integrando-os, de alguma forma em um mesmo conjunto, de acordo com sua experiência cultural, e à medida que o faz, produz “relações de identidade/alteridade, de produção e de reprodução material e as relações de poder”. Entretanto, somente a partir do momento em que as tensões, os conflitos, as disputas, as contradições, as mediações e as negociações passam a centralizar a “experiência”, é que a transterritorialidade em sentido cultural é produzida (HAESBAERT, 2004, p. 341), pois deslocam-se ou são aclamados “*valores e sentidos*” distintos do seu vivido em tensão, em conflito, em disputas, em contradições, em mediações ou em negociações (GOETTERT; MONDARDO, 2009, p. 123).

Na construção de transterritorialidade dos Guarani e Kaiowá, investigada por Mondardo (2018), por exemplo, ela se manifesta na luta por territórios tradicionais que traduz o trânsito e o modo de viver entre múltiplos territórios políticos e culturais de ação coletiva, possibilitando a construção de “espaços equivalentes”, dos dois lados do limite internacional entre Brasil e Paraguai (MA MUNG, 1999, *apud* MONDARDO, 2018, p. 228), e articulando uma rede de luta e empoderamento.

Um outro exemplo, resgatando a discussão de Massey (2008), está na transterritorialidade sob influência da “geometria de poder da compreensão tempo-espaço”, ou seja, os meios de tecnológicos e de informação e comunicação estão adentrando ao território indígena e interferindo diretamente na vida de sua população, em sua organização e no processo de constituição de novos territórios e territorialidades: por meio do uso do celular, os Guarani e Kaiowá conseguem organizar festas religiosas e encontros familiares; contactar órgãos do Estado como o Ministério Público Federal (MPF), ONGs, poderes políticos, pesquisadores e ativistas; e fazer articulações/conexões que permitem o compartilhamento de informações nas mais variadas escalas (*ibid.*, p. 228).

Além disso, o uso da tecnologia de informação e comunicação permite a “compreensão das relações espaço-temporais” (HARVEY, 1994) e oportuniza às sociedades externas o acesso aos territórios indígenas, possibilitando o conhecimento sobre os costumes, ritos e crenças dessas populações, mas, acima de tudo, de seu ideário de luta. Por essa razão, hoje, é bastante comum circular pelos *blogs* e redes sociais em geral documentários e vídeos de indígenas de todo Brasil denunciando situações de conflito, violência e genocídio. Isso demonstra que é possível que exista transterritorialidades simultâneas, que permitem a conexão e vínculos construídos mesmo há milhares de quilômetros de distância.

Portanto, corroborando com o ponto de vista dos autores aqui trabalhados, a transterritorialidade tem como ponto de partida as experiências econômicas, políticas, sociais e culturais dos indivíduos e/ou grupos de um determinado território-lugar, que, a partir de sua mobilidade física e até mesmo virtual, por meio do processo de desterritorialização, aciona novas territorialidades e constrói novas práticas cotidianas (sentido cultural, econômico e social), considerando sempre o vivido do seu local de origem e local de chegada. Esse modo de viver a territorialidade (re) afirma a sua r-existência social no campo de interação de outros territórios, ainda que o indivíduo não esteja em uma imobilidade física do espaço, é possível estar em mobilidade quando se trata de relações sociais.

2.4 SUJEITOS, IDENTIDADES E TRANSTERRITORIALIDADES

A geografia enquanto ciência estuda a sociedade em suas relações socioespaciais e de temporalidades, o homem, nesse sentido, tem um papel singular tanto nas análises dos geógrafos quanto nas implicações relativas à transformação social, pois o espaço não é resultado da “mão invisível do mercado”, ou de “um Estado hegeliano” e de um “capital abstrato” que surge aquém às relações sociais, é produto da ação de sujeitos sociais concretos, históricos, dotados de interesses políticos, econômicos, sociais e culturais e de estratégias espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles e entre outros segmentos da sociedade (CORRÊA, 2018, p. 43)

O que seria de um território sem seus sujeitos espaciais? De fato, não existiria, já que é através da inserção dos sujeitos sociais no espaço e no tempo que se criam, por meio de processos e mecanismos, necessidades e possibilidades do viver, suas *identidades*. Antes de adentrarmos nas questões que envolvem a importância dos sujeitos na construção de uma identidade transterritorial, objetivo desta discussão, iremos atentar às nomenclaturas que muitas vezes são utilizadas como sinônimos, mas que carregam sentidos diferenciados, todavia complementares, dependendo das circunstâncias em que são inseridas.

Definido como sujeito existencial, “um sujeito do mundo” nada mais é do que aquele “que se sente responsável por si mesmo e pela sociedade” (TOURAINÉ, 1992, p. 262). Sua experiência e vivido refletem sua subjetividade pessoal, “que se esforça para se explicar e justificar-se, na obrigação de criar muitas lógicas e de organizar o trabalho de sua experiência” (DUBET, 1994, p. 134). Por essa razão, é essencial, no plano da subjetividade, “compreender [...] as mudanças atuais na forma de estar e perceber o mundo [que] influenciam na formação de cada indivíduo” (VERONESE; LACERDA, 2011, p. 420), isto é, enquanto sujeito pessoal, crítico, envolvido e inserido nas questões e articulações sociais.

Corrêa (2018) utiliza da ideia de *agentes*⁶ para definir aqueles que exercem uma ação, que atuam no processo de construção da cidade, produzindo formas espaciais. Porém, quem são esses agentes espaciais? Para o autor estão divididos em cinco classes, são eles: “os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos” (p. 43; 44), inversamente diferentes, “cada um centrado

⁶ Corroborando com Dubar (2004), sejam eles sujeitos, atores ou agentes, estes termos são apenas modalidades, ou melhor, formas identitárias, que conformam a identidade social dos indivíduos, em outras palavras, “traduzem denominações diferentes que serão consideradas como sintomas das distintas maneiras do fazer sociológico” (científico) (p. 57). Subscrevendo com a opinião do autor, partimos do princípio de que todo agente social é um sujeito social: pois, quando, “imersos na ação, agindo por necessidade”, todo indivíduo, por meio da prática social, passa de sujeito a agente social (BOURDIEU, 1994, p. 67). Para maiores esclarecimentos ver Vasconcelos (2014, p.75-96).

principalmente em estratégias e práticas espaciais pertinentes às atividades que os caracterizam” (p. 45).

A primeira classe é composta pelos *grandes proprietários industriais* e as *grandes empresas comerciais*, estes demandam grandes extensões de terras a preços (baixos) que satisfaçam seus requisitos locacionais pertinentes à dimensão de suas atividades empresariais; posteriormente temos os *proprietários de terras*, interessados no valor de troca da terra, se utilizam desta da forma mais remuneradora possível, no sentido de obterem maior renda fundiária, especialmente no uso comercial ou status de residência, os proprietários mais poderosos tem suas terras valorizadas por investimento público em infraestrutura; tratando-se da terceira classe, os *promotores imobiliários* são agentes sociais que, por intermédio das “operações de incorporação, financiamento, estudo técnico, construção ou produção física do imóvel e comercialização ou transformação do capital-mercadoria em capital-dinheiro”, produzem habitações focando em seu valor de uso; a quarta classe é o *Estado*, este dispõe de um conjunto de ferramentas cuja função é organizar o espaço da cidade, ainda que sua atuação tenha sido complexa e variável ao longo dos anos; e, finalmente, *os grupos sociais excluídos*, que pelo fato de não possuírem renda pra comprar um imóvel ou pagar o aluguel de uma habitação nas áreas de melhor infraestrutura da cidade, acabam por deslocarem-se para as áreas mais afastadas do centro e bairros onde a criminalidade, a falta de saneamento básico e infraestrutura imperam, como: favelas, cortiços, sistemas de autoconstrução e conjuntos habitacionais fornecidos pelo agente estatal. Tais agentes que para Adélia Souza (1994) resumem-se basicamente em três: “os incorporadores, os construtores e os vendedores” (*apud* VASCONCELOS, 2014, p.90), podendo estes assumirem múltiplos papéis.

A partir da ação desses sujeitos sociais – “seja expressando tipos ideais puros ou desdobramento funcional de longa ou curta duração” (CORRÊA, 2018, p. 46;47) – é que o território é construído, impregnado de territorialidades materiais e imateriais, e em escalas múltiplas: uma rua, um bairro, uma cidade, uma rede urbana e seu conteúdo agrário, um país ou um espaço global. Corrêa (2018) ressalta, os agentes sociais são inseparáveis dos processos sociais, atuando de forma conjunta produzem espaços livres, seja de forma planejada, o que raramente ocorre, seja de forma orgânica.

Durante todo o processo de desenvolvimento de sua vida o homem, ser social, produz sistemas de objetos e ações que garantem a construção de territorialidades, territórios, cidades e áreas comerciais. A sondagem do papel desses agentes/sujeitos é importante, pois “o uso da noção de agentes sociais parece ser bastante rico para o entendimento [identitário] das cidades brasileiras” (VASCONCELOS, 2014, p. 92, grifo do autor). Reforçamos mais uma vez sua

importância enquanto agentes políticos e econômicos, todavia, buscaremos dar ênfase à dimensão social e cultural, base para a compreensão dos sujeitos na qualidade de produtores identitários. O que não é uma tarefa fácil, já que a identidade como categoria de análise carrega uma polissemia de interpretações a serem entendidas circunscritas ao contexto que lhes conferem.

Isso porque a “importância conferida ao estudo da identidade foi variável ao longo da trajetória do conhecimento humano, acompanhando a relevância atribuída à individualidade e às expressões do eu nos diferentes períodos históricos” (JACQUES, 1998, p.159). Isto posto, faz-se necessário um exercício de re-significação da identidade, nessa busca reconhecemos a importância da chamada geografia cultural como suporte nesse empreendimento.

De acordo com Ciampa (1984), é comum, em nosso cotidiano, a seguinte pergunta: quem é você? Tal questionamento invariavelmente remete à identidade, todavia, o uso popular de tal termo está marcado por uma forte variedade conceitual, sugerindo que a exposição de um nome definitivo não seja suficiente para identificar um sujeito (JACQUES, 1998). Além disso, de que identidade estamos falando? Em que escala?

Jurandir Freire Costa emprega a qualificação "identidade psicológica" para se referir a um predicado universal e genérico definidor por excelência do humano em contraposição a apenas um atributo do eu ou de algum eu como é a identidade social, étnica ou religiosa, por exemplo. Habermas (1990) refere-se a “identidade do eu “que se constitui com base na "identidade natural" e na "identidade de papel" a partir da integração dessas através da igualdade com os outros e da diferença em relação aos outros. Com base no pressuposto inter-relacional entre as instâncias individual e social, a expressão "identidade social" vem sendo empregada. (Neto,1985) buscando dar conta dessa articulação. (JACQUES, 1998, p.161).

Inúmeras são as questões relacionadas à identidade, um termo historicamente empregado privilegiando não apenas uma perspectiva individualista, mas também coletiva, social, que fez uso de predicativos diversos para qualificar os diversos sistemas identificatórios que a constitui. Institui-se, então, uma dicotomia em que “*a identidade passa a ser qualificada como identidade pessoal (atributos específicos do indivíduo) e/ou identidade social (atributos que assinalam a pertença a grupos ou categorias)*” (JACQUES,1998, p. 161).

Seja ela individual ou social, trata-se, em termos gerais, de uma “construção histórica e relacional dos significados sociais e culturais que norteiam o processo de distinção e identificação de um indivíduo ou de um grupo” (CRUZ, 2006, p. 29). “Um processo de construção de significados com base em um atributo cultural ou, ainda, um conjunto de atributos culturais inter-relacionados o(s) qual (ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significação” (CASTELLS, 1999:22).

Valter do Carmo Cruz (2006) caracteriza a termo elencando os “olhares” sobre a identidade das populações tradicionais na Amazônia: o “olhar naturalista”, o “olhar romântico tradicionalista”, o “olhar moderno/colonial” e o “olhar da subalternidade: da “vítima” ao protagonista”. Esses “modos de ver” incorporam desde estereótipos que produzem processos de estigmatização cultural – ou mesmo a invisibilidade de tais populações – à idealização romântica do “caboclo amazônida” e suas r-existências (p. 22).

No que confere ao “olhar naturalista”, este traduz a invisibilidade dessas populações tradicionais amazônidas, onde o espaço é sempre visto como um substrato a ser explorado, sua diversidade se limita à biodiversidade e sua identidade se personifica nas ideias e expressões como de “espaço vazio”, “vazio demográfico” e “terras sem homens”, desconsiderando os processos históricos e culturais que conformam a territorialização dos diferentes grupos em sua sociodiversidade. “Esse olhar produz a supressão, o silenciamento dessas populações e, desse modo, produz *uma geografia das ausências e uma história de silêncios*”. (*ibid.*, p. 22; 23)

O segundo modo de ver é o “romântico tradicionalista”, aquele que gera uma idealização edílica do “caboclo”. Embora este olhar considere a diversidade cultural existente, a cultura e as diferenças são tratadas como uma particularidade, “como algo que se isolou, como algo autônomo do movimento da história e da dinâmica socioespacial e cultural da região”. Assim sendo, a identidades dessas populações são vistas como algo peculiar, o “autentico”, o “original”, o “verdadeiro”, a “tradição”, e o caboclo como o “bom selvagem”, como aquele que a modernidade ainda não alcançou – como se a cultura e a história estivessem estagnadas, limitadas e restritas –, ignorando o fato de que os fenômenos históricos e culturais são socialmente produzidos. Mostrando claramente que a identidade é marcada não somente por territorialidades simbólicas, mas também por profundas desigualdades e exclusão *social* (WOODWARD, 2004). (*ibid.*, p. 23; 24)

O terceiro é o “olhar moderno/colonial”, talvez o mais forte e arraigado no imaginário social, está “assentada num conjunto de representações marcadas por preconceitos e estigmas sociais e culturais que justificam uma visão moderna /colonial e racista dessas populações”, produzindo o estereótipo e a estigmatização cultural do “caboclo”. Nesse sentido, “ver” as populações ribeirinhas está assentado em uma *monocultura do tempo linear* (SOUZA; SANTOS, 2004) que “que compreende a história como tendo direção e sentido únicos”. Nesta o tempo é pensado sob uma ótica diacrônica, da tradição à modernidade, ou seja, os lugares e grupos são organizados em uma hierarquia que vai dos mais “selvagens” aos mais “civilizados”, dos mais “atrasados” aos mais “evoluídos”, dos “subdesenvolvidos” aos “desenvolvidos”. Essa maneira de classificar e conceber as experiências sociais e os lugares reflete nas identidades das

populações “tradicionais”, definidas como “atrasadas” e “improdutivas” em comparação às temporalidades e espacialidades “modernas”, avançadas” e “produtivas”. (*ibid.*, p. 24; 25)

E, por último, temos o “olhar da subalternidade”, que evidencia a quebra do antigo “ver” sobre as populações “tradicionais”, produto do movimento de luta e (r)existência dessas populações contra as diversas formas de subalternização material e simbólica, do combate aos preconceitos e estigmas e da consolidação de suas identidades a partir dos seus próprios modos de vida. Esses sujeitos sociais passam de “vítimas” à protagonistas de suas lutas por “territórios de igualdade”, “constituindo-se e afirmando-se como sujeitos políticos” atuantes na busca por direitos a partir de suas territorialidades, bem como no “reconhecimento da legitimidade de diferenças e identidades culturais” expressas nos diferentes modos de produzir, viver e existir de tais populações. É através da luta e da (r)existência contra o projeto autoritário de “modernização conservadora” que os movimentos sociais na Amazônia vem ganhando espaço, força, expressão, legitimidade e definindo identidade. (*ibid.*, p. 25; 26)

Nessa lógica, a identidade funciona como uma ferramenta que permite pensar a articulação entre o psicológico e o social de um indivíduo e reflete o produto de diversas interações entre eles e seu ambiente social, próximo ou distante (CUCHE, 1999, p. 177). Diante disso, em um sentido geográfico, identidade é um conceito *posicional e estratégico* (HALL, 2004), assim, sendo as identidades *posições-de-sujeitos* construídas a partir de *lugares*, a *dimensão territorial* é o cerne da análise que objetiva compreender as diferenças e as identidade.

Segundo Haesbaert (1999a), as identidades são fruto de relações concretas/simbólicas e materiais/imaginárias dos sujeitos e grupos sociais com o território, sendo assim, seriam elas construídas por processos de territorialização e des-territorialização, baseadas no domínio e apropriação dos espaços no sentido concreto e simbólico, o que determina uma *identidade territorial*.

O território envolve sempre, ao mesmo tempo [...], uma dimensão simbólica, cultural, por meio de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de controle simbólico do espaço onde vivem (podendo ser, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter políticodisciplinar: apropriação e ordenamento do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos. (2002:120-21) (...) Assim, associar o controle físico ou a dominação “objetiva” do espaço a uma apropriação simbólica, mais subjetiva, implica em discutir o território enquanto espaço simultaneamente dominado e apropriado, ou seja, sobre o qual se constrói não apenas um controle físico, mas também laços de identidade social (Haesbaert, 2001:121).

Diante disso, o território além de “[...] um conjunto de equipamentos, de instituições, práticas e normas, que conjuntamente movem e são movidas pela sociedade [...]” (SANTOS, 2010, p. 89), “resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de

sistemas de coisas criadas pelo homem”, é também *identidade*, é “chão”, é população, é tribo, é nação, é sentimento de pertencimento e “base de trocas materiais e espirituais e da vida” (SANTOS, 2010, p. 96), é história, geografia, sonhos, ancestrais, mãe, vida, cotidiano e amizade.

Essa identidade, assim como o território, é/está em processo de construção, dado o fato de que não se restringe a “quem nós somos”, mas a “quem nós podemos nos tornar” (HALL, 2004, p. 108-109); nesse sentido a concepção de identidade concebe tanto as “raízes” (ser), como também as “rotas” e “rumos” (tornar-se, vi a ser) (CRUZ, 2006, p. 29). Desse modo, ela é dinâmica, múltipla, aberta e contingente, é também movimento e transterritorialidade.

Portanto, podemos pensar em uma transterritorialidade identitária, baseada no trânsito de identidade por meio das experiências dos sujeitos em constantes processos de reterritorialização.

Hoje, as identidades que se declaram móveis e múltiplas, podem ser indicação, não de desapropriação e fluidez social, mas antes de uma nova estabilidade, segurança de si e quietismo. A fixidez da identidade só é buscada em momentos de instabilidade e ruptura, de conflito e mudança. (...) a heterogeneidade, o intercâmbio cultural e a diversidade se tornaram agora a identidade autoconsciente da sociedade moderna.” (Young, 2005[1995]:5)

Nessa lógica, a coexistência de uma multiplicidade de territórios e o trânsito de sujeitos, estimulada a crescente mobilidade e intercâmbio cultural, por meio das práticas transculturais e híbridas, contribuem para a produção de novas identidades territoriais, construídas nos entrecruzamentos e sobreposições de territorialidades e territórios (HAESBAERT; MONDARDO, 2011). Assim, a própria identidade incorpora feições que valorizam a multiplicidade de relações e a mobilidade.

Esse movimento identitário faz parte de um processo de *transculturação*, algo antigo na história do mundo: desde as grandes viagens marítimas dos fins do século XV, quando os povos iniciaram um novo, amplo e intenso ciclo de intercâmbios, trocas, tensões, lutas, destruições, acomodações, recriações e transformações na África, Ásia e América do Sul; compreende o meio pelo qual se mesclam e transfiguram-se instituições, ideias e modos de ser, agir, pensar e imaginar de tal forma que tudo se inter-relaciona e reitera, tensiona e modifica, revelando as diferentes fases do processo transitivo de culturas distintas, isto é, o processo de aculturação, que implica no desenraizamento de uma cultura, denominado de “deculturação”, e a criação de novos fenômenos culturais, que Ianni apelida de “neoculturação”. (IANNI, 1996, p. 153)

Logo, toda mudança cultural é um regime de troca, “um processo no qual sempre se dá algo em troca do que recebe” (IANNI, 1996, p. 153), movimento no qual ambas as culturais

(ativas, contribuintes e cooperantes) resultam em modificações e em fenômenos novos, originais e independentes.

Nada permanece original, intocável, primordial. Tudo se modifica, afina e desafina, na travessia. Parece o mesmo, mas já não é nem pode ser o que era, salvo como, fantasia ou nostalgia. Modos de ser, agir, sentir, pensar e imaginar, tudo se altera, parcial ou amplamente. Tanto é assim, que muitas vezes permanece a impressão de duplicidade, heterogeneidade, montagem, colagem, bricolagem ou simulacro. Uma impressão muito real e evidente, mas enganosa e aparente, já que o que resulta é sempre e também algo diferente. (IANNI, 1996, p. 154)

Portanto, as percepções identitárias contemporâneas, “antes restritas às lógicas binárias e fixas da modernidade”, revelam identidades “cada vez mais fluídas e transitórias”, influenciadas pelos processos migratórios e pela mobilidade humana (BARBOSA, 2012, p. 220). A rigor, tudo se movimenta, desloca, flutua ou migra, da mesma forma que retorna, reaparece, regressa; essa é uma travessia na qual identidades, coisas, sujeitos, ideias, modos de ser, agir, pensar e imaginar estão inseridos; e, tudo, simultaneamente, reitera e modifica, nada permanece o mesmo.

3 AMAZÔNIA: POR UMA HISTÓRICO-GEOGRAFIA DAS FEIRAS

Em 1980, Roberto Santos (2019) já enfatizava em sua primeira publicação do livro “A história econômica da Amazônia” o caráter fragmentado das informações de natureza quantitativa e qualitativa das atividades comerciais desenvolvidas no território amazônico. Valendo-se das questões levantadas em 1895 por José Veríssimo, as estatísticas fornecidas nesse período eram pobres e deficientes, o que torna mais árdua a procura, pois os documentos não traziam senão escassos e imperfeitos dados” com uma visão particularizada dos fatos. Deste modo, tornou-se árdua a busca por conhecimento sobre a origem e estruturação do comércio na Amazônia.

Quando se busca entender certos assuntos ligados à dinâmica da sociedade, de modo geral, faz-se necessário recorrer às inúmeras fontes de informações no sentido de obter aquilo que é relevante no desenvolvimento do estudo. Nesse aspecto, nossos esforços científicos voltaram-se à análise das Feiras Livres em uma cidade ribeirinha na Amazônia, espaço competitivo, fragmentado, articulado e produtor de territorialidades e identidades, a partir das relações de sujeitos sociais envolvidos cotidianamente com o seu trabalho. Neste sentido, impondo uma nova lógica de organização do espaço, pautada na “*possibilidade* da invenção de práticas cotidianas, muitas vezes contrárias, porém, de certa forma, complementares (MEDEIROS, 2010, p. 35).

Para a realização dessa abordagem, fez-se necessário aumentar os horizontes, como se trata de um espaço comercial, remetemo-nos algumas décadas a fim de compreender o processo de surgimento e consolidação do comércio na Amazônia a partir da análise de dois momentos históricos que modificaram não só o espaço, mas as relações comerciais no território amazônico: extração e comércio das drogas do sertão e da borracha, trabalhados no primeiro subcapítulo. Posteriormente, no subcapítulo “Rios, portos e trapiches”, buscamos não apenas compreendê-los em uma dimensão conceitual, tanto em um contexto nacional e regional amazônico, mas o seu papel e importância no desenvolvimento da rede urbana das cidades amazônicas. Para concluir, elencamos em um último subcapítulo as principais características da feira livre de uma cidade ribeirinha na Amazônia.

3.1 A ORIGEM DO COMÉRCIO NA AMAZÔNIA

A palavra comércio possui distintas origens, dentre elas a mais conhecida é a grega que, proveniente do latim *commercium*, refere-se à junção das palavras “com” que significa conjunto e “merx/merc” relacionada a mercado ou local de troca. Nesse sentido, o comércio não está necessariamente relacionado à conceitos financeiros, mas diz respeito às trocas nas relações de necessidade estabelecidas pelos seres humanos (FERREIRA, 2017). Tendo como base esse conceito, conclui-se que a primazia das atividades comerciais antecede o processo de exploração da Amazônia pelos colonizadores e a formação das cidades, porém, não se discute que a origem das mesmas potencializou o comércio local.

O comércio nas primeiras sociedades indígenas amazônicas desenvolvia-se por meio do escambo, quando as tribos que outrora nômades migravam sobre o território em busca de novos recursos, já esgotados em seus antigos espaços, decidiram fixar-se à terra formando pequenos assentamentos nos quais produziam alimentos para a sua subsistência e para permuta (FERREIRA, 2017). Assim, com a troca de mercadorias, os grupos se beneficiavam ao trocar aquilo que lhes sobrava e adquirir o que lhes faltava, tornando esse modelo crucial para o desenvolvimento do comércio sem o uso de uma moeda.

Anos mais tarde, a geopolítica de ocupação da Amazônia tornou o comércio mais complexo, principalmente com a formação e evolução das cidades, portanto, cabe-nos aqui ressaltar que a origem e desenvolvimento do comércio amazônico está combinado a diversos processos dos quais destacamos a ocupação da Amazônia por indígenas e colonizadores com a exploração extrativista das drogas do sertão, cujo desenvolvimento modificou expressamente as estruturas socioespaciais da floresta equatorial brasileira e trouxeram consigo personagens ímpares na organização comercial desse espaço.

Como já foi exposto, a primazia do comércio na Amazônia inicia-se com as primeiras atividades de trocas das sociedades indígenas que habitavam esse território, contudo, o seu desenvolvimento acelerou-se apenas após o processo de colonização e ocupação desse espaço pelos europeus em sua exploração dos recursos da floresta. O ato de colonizar está revestido da ideia de domínio sobre as terras e as populações (LARANJEIRAS, 1983), sabe-se que esse processo no Brasil por parte dos portugueses foi um projeto tardio que só teve início após a expansão econômica holandesa ao apoderarem-se dos postos de comércio português.

Assim, temendo perder o território e para garantir a sua posse, Portugal inicia a partilha da terra entre a nobreza portuguesa, apesar disso, somente cerca de um século depois temos a primeira tentativa de ocupação do território amazônico, devido às novas ameaças de ocupação holandesas. Porquanto, em 1616, militares portugueses deslocam-se em direção à região Norte e, em 1751, instituem o Estado do Grão-Pará e Maranhão, separado do Brasil e ligado diretamente à Lisboa (BEMERGUY; GUEDES; PIMENTEL, 2012).

Data-se o Período Colonial amazônico no espaço de tempo entre a fundação de Belém, em 1616, até a Adesão do Pará à Independência do Brasil, em 1823. Durante esses duzentos e sete anos, a região que chamamos de Amazônia, esteve sob o domínio de Portugal como parte de suas colônias na América para a exploração das drogas do sertão, a partir desse momento o comércio que antes baseava-se nas atividades de trocas passa à exploração extrativista voltada ao mercado externo.

Nessa época, possuir colônias significava para a maioria das nações europeias ter mais terras, mais riquezas e mais poder, ou seja, a posse do território exprime poder, pois este consistia no controle e gestão do espaço por uma força política, econômica e militar (ANDRADE, 1995). Assim, nos anos subsequentes, com o declínio do império comercial e temendo a instabilidade de sua relação com as colônias europeias, os portugueses dedicam-se à apropriação e acumulação de terras na região Amazônica. (MACHADO, 1997)

Inicialmente, como primeiras formas espaciais materializadas pelos colonizadores e ponto de partida para a estruturação comercial e criação de vilas e cidades, foram construídos fortes e aldeamentos estrategicamente localizados ao longo do rio Amazonas na tentativa de assegurar, respectivamente, a defesa e o controle sobre o território (NUNES, 2016).

Cientes da extensão desse rio, como tática de ocupação e exploração extrativista, os portugueses desenvolvem dois mecanismos de controle do território: as missões de pacificação dos indígenas e a valorização simbólica das formas espaciais (MACHADO, 1997, p. 20; 21). Neste sentido, já que os indígenas eram considerados escravos e a coerção não seria suficiente para assegurar uma ocupação a longo prazo, durante o século XVII ocorre o que Lia Machado

(1989, p. 28) denomina de “primeiro sistema de controle territorial”, baseado na integração das missões religiosas ao território, com o objetivo de pacificar, dominar e explorar as populações indígenas, e a construção de igrejas e fortes militares, representando a presença portuguesa na Amazônia, assegurando assim não apenas o controle sobre o território, mas também sobre a mão de obra.

Em meio a este cenário, identificamos figuras importantes na primeira fase de estruturação das vilas e atividades comerciais: os indígenas, que na cadeia de relações representavam a mão de obra, e as ordens religiosas, principalmente sob a forma dos jesuítas, que foram responsáveis pela gestão dos aldeamentos baseada no controle do fluxo de pessoas que entravam e saíam, cristianização, trabalho, exploração e pacificação das tribos, produzindo até então uma exploração extrativista economicamente bem-sucedida ao longo do vale do rio Amazonas.

Dessa forma ocorreu durante décadas, os europeus exploram a mão de obra indígena e utilizaram-se do conhecimento dessas populações para desenvolver a exploração dos recursos provenientes da floresta, o que nos leva a perceber duas perspectivas das atividades extrativistas, uma delas de viés produtivista e outro culturalista.

No âmbito econômico, devido a necessidade de mão de obra escrava, os índios dedicavam-se na maior parte do tempo a produzir excedentes para exportação (gêneros do sertão), acrescido do tempo de trabalho como “operários” nas construções, demarcação de terras e como guias (RAVENA; MARIN, 2013). A partir de uma licença autorizada pelos jesuítas, índios guiavam os moradores até as especiarias e produtos que a floresta dispunha remando as chamadas canoas do sertão, este era um trabalho árduo, pois demandava vencer as correntezas dos rios amazônicos em busca das especiarias (cacau, salsa, cravo, canela, andiroba, baunilha, anil, copaíba, salsaparrilha, casca preciosa e outros) e demais produtos (à exemplo a madeira, peixes, variadas carnes de caça e tartaruga) para posteriormente retornar aos aldeamentos com o objetivo de prepará-los para o consumo próprio e, em sua maioria, para exportação (DANIEL, 1976).

Em uma perspectiva menos produtivista e mais cultural, defendida por Rego (1999), Porto-Gonçalves (2001), Witkoski (2007) e Mota et al. (2011), a atividade extrativista não pode limitar-se a uma abordagem estritamente econômica, que esta compõe uma conformação da vida social, ou seja, não se refere apenas à gestão dos recursos naturais e ao uso da biodiversidade, incorpora também o conhecimento produzido histórico e socialmente pelos povos e populações tradicionais. Assim, a cultura indígena foi fundamental no processo extrativista, na comercialização e na sobrevivência de colonos e jesuítas na floresta, pois estes

compartilhavam do seu domínio sobre as práticas de exploração dos recostos, das potencialidades curativas e culinárias das drogas do sertão e da perícia cartográfica espacial.

Ademais, ainda que sem experiência na construção de povoados, os religiosos projetaram os aldeamentos tradicionalmente repetindo o padrão de ocupação de quarteirões voltados à igreja, local visto como mais importante na estrutura urbanística e que comportava em suas laterais a casa paroquial, oficinas, armazéns, escolas, cemitério e o cotiguaçú, onde viviam as viúvas e os órfãos, e à praça, centro da redução onde eram realizados eventos de natureza religiosa (procissões e festa de santos), desportivas (jogos de bola ou de tejos), recepções (a visitantes ilustres) e audiências (para aplicação das punições públicas). Nas áreas periféricas das aldeias havia a quinta dos padres, onde estavam a horta e o pomar, equipamentos como as fontes, alguns currais e o tambo, local também utilizado como hospedaria dos visitantes e habitações dos negros que trabalhavam nas estâncias (CUSTÓDIO, 2017).

Esse conjunto arquitetônico, foi adaptado para suprir necessidades funcionais específicas de facilitar a cristianização dos indígenas, distribuição das atividades e uso da mão de obra, proteger os aldeados, promover o êxito da exploração das drogas do sertão (CUSTÓDIO, 2017) e como ponto de partida para a estruturação e consolidação das cidades e do comércio na Amazônia.

Pondo em relevo o papel da formação de vilas e cidades para o ordenamento comercial no território Amazônico, indispensável para a formação das feiras, em 1750 novas formas espaciais e comerciais iam se desenhando por meio das políticas pombalinas. O governo de Marquês de Pombal (1750-1777), estimulado pela descoberta do ouro, empreendeu um ambicioso projeto de reforma no espaço amazônico, por meio de medidas econômicas que reforçavam os laços com Lisboa, maiores investimentos e valorização da agricultura, controle e modernização das atividades econômicas e expansão da mão de obra escrava africana considerada mais produtiva que a indígena (TAVARES, 2008).

Sob o comando de Sebastião José de Carvalho, estabeleceu-se a Companhia Geral do Comércio do Grão Pará e Maranhão, visando estimular a agricultura de exportação e fomentar o comércio (ACEVEDO, 1987). Nas terras próximas à capital era praticado o cultivo de cana-de-açúcar e numerosos eram os engenhos e as engenhocas destinados a fabricação de aguardente. Entre as novas lavouras estimuladas por Pombal encontravam-se o cacau, o anil, o café, o algodão, o arroz branco, o cravo. Foram inclusive chamados na Europa especialistas em alguns produtos como o anil. Apesar de alguns aperfeiçoamentos técnicos e de algumas inovações, as tentativas não alcançavam resultados duráveis: só a cacauicultura apresentou

êxito, principalmente na região de Cameté e Santarém, chegando a se constituir no principal produto de exportação. (ACEVEDO, 1987, p.62-80)

De acordo com os registros feitos no Pará, contidos no “Livro Correntes nº H” (1775 – 1776) , e Amaral (2018), pode-se verificar que os principais produtos circulantes pela Companhia Geral do Comércio do Estado do Grão Pará e Maranhão saindo do porto de Belém eram, respectivamente em ordem decrescente: cacau, café, cravo fino, salsa, orucum (urucum), puxuri, óleo de copaíba e arroz, esses “gêneros da terra” navegavam com destino aos mais variados portos do Atlântico, entre o Brasil, a África e a Europa. Quanto à entrada de produtos no porto da capital, tem-se um grande número de escravos de Benguela, panos de algodão, marfim e cera, denotando o estreitamento das relações comerciais com a África.

Os arquivos do Fundo Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão permitem identificar a procedência dos produtos e negociantes, o que nos leva a perceber a forma de circulação e a dimensão da rede comercial formada em torno das atividades da Companhia: no Brasil, estes provinham do Maranhão, Belém, Macapá, Mazagão, Borba, Rio Negro, Tabatinga, Salvador, Rio de Janeiro e Mato Grosso; no continente Europeu, comercializa-se com Lisboa, Londres, Marselha, Gênova, Amsterdam, Rouen, Açores e Hamburgo; e na África a rede se estende à Angola, Cacheu, Cabo Verde, Bissau e Benguela (AMARAL, 2018). Infere-se que as rotas comerciais pensadas no período colonial se tornaram possíveis no período pombalino. Os produtos percorriam os rios Solimões, Madeira e Amazonas até a cidade de Belém, onde eram recebidos pela Companhia Geral de Comércio do Grão Pará e Maranhão, mantendo-se assim até meados do século XIX, mesmo diante de todas as limitações da navegação à vela e em pequenas embarcações.

Assim, ainda que de forma lenta, houve uma contínua consolidação de via mercantil na Amazônia, que embora apresentasse um volume de negociações mediano, este, porém, era constante, porquanto, São Luiz e Belém mantiveram um fluxo econômico que garantiu a manutenção do interesse em suas atividades portuárias comerciais com a tendência insistente de crescimento (AMARAL, 2018). Além disso, como consequência dessa organização comercial e espacial, formavam-se, ainda que timidamente, outros centros econômicos na Amazônia, tal qual a localidade de Teté na Capitania do Rio Negro, considerada base para a expansão em direção ao Peru no ano de 1852, permitindo que algumas pessoas acumulassem riqueza (AMARAL, 2018). Mesmo que pequenos em relação ao montante total de negociações realizados na Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco, as rotas estabelecidas e a fundação de vilas e cidades na Amazônia durante o período Pombalino foram importantes para o assentamento das praças comerciais na região.

Em contraste aos centros comerciais, também compunha a paisagem Amazônica, comunidades e pequenas populações dispersas a longas distâncias nas calhas dos rios. Em face das grandes extensões a serem percorridas e dos volumes relativamente pequenos que eram comercializados, uma figura notável far-se-á presente na vida regional amazônica: o regatão (GONÇALVES, 2010). Este comerciante ambulante é o elo de ligação entre os centros regionais e comunidades ribeirinhas, suas atividades consistiam em comercializar mercadorias para pequenos produtores caboclos e comerciantes do interior em troca de “produtos regionais”, agrícolas e extrativistas (MCGRATH, 2009), por meio do “escambo ou de um sistema de sui generis de crédito que é o aviamento” (GONÇALVES, 2018, p. 82)

Trata-se de um personagem peculiar e controverso: por um ponto de vista é reconhecido como uma figura heroica, dando a produtores e pessoas isolados na floresta o acesso a produtos considerados modernos (GOULART, 1968); em outra perspectiva, um comerciante que engana e explora consumidores pobres e comerciantes locais (PENA, 1973), valendo-se de mecanismos de troca desigual.

[...] de um lado, seu papel revolucionário, transformando sistemas de produção e incorporando-os num mercado global em expansão; do outro, seu caráter conservador, monopolizando o comércio e apropriando o excedente econômico de produtores empobrecidos (FOX-GENOVESE E GENOVESE, 1983, apud. MCGRATH)

Esses mercados, cujas transações frequentemente envolviam apenas uma canoa e uma quantidade de cachaça, desenvolveram um comércio lucrativo, embora ilegal, com os povoados indígenas do governo, adquirindo as drogas do sertão e produtos agrícolas de índios e de diretores corruptos das aldeias (MARANGONI; MARTINS; VIANA; BEZERRA, 2018). Embora com sucessivas tentativas, as autoridades coloniais nunca conseguiram erradicar, e nem regular, essa forma de comércio. Por conseguinte, no final da era colonial, os regatões eram um elemento ubíquo do comércio amazônico (WALLACE, 1979).

Apesar de visões distintas a respeito desse personagem, há consenso quanto a sua importância para a sociedade e economia Amazônica. Em suas relações com caboclos e seu patrão ele compunha a base do sistema de aviamento e a ligação na luta para controlar o excedente que o sistema produzia (MCGRATH, 1999). Assim, jogando de ambos os lados, este transfigura-se na força decisiva em vários períodos da história social e econômica da Amazônia, ajudando a erigir, sustentar e, posteriormente, demolir o sistema mercantil que dominou este espaço até meados do século XX.

Destarte, “todo um padrão de organização social do espaço geográfico vai sendo plasmado na Amazônia, não só no interior da floresta, como também nas várzeas” (GONÇALVES, 2010, p. 93). Esse novo modelo comercial combina o extrativismo de frutos,

essências para perfumes, ervas medicinais, madeira e outras “drogas do sertão”, com a prática da pesca, criação de animais e agricultura, parte para subsistência e parte para a comercialização. Resgatando traços culturais indígenas que há muito habitavam essas terras, conformando uma paisagem típica do “caboclo” ribeirinho, com sua vida vinculada ao rio e a floresta, e incorporando elementos trazidos com o desenvolvimento comercial ao longo das décadas e ciclos econômicos.

3.2 RIOS, PORTOS E TRAPICHES: O PAPEL DAS REDES NO DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES DA AMAZÔNIA

É certo que sendo a região Amazônica dominada pela maior bacia hidrográfica do mundo os rios tem um papel fundamental na formação e desenvolvimento de seus espaços urbanos, visto que contam a história de uma região inteira, porém, não como meros espectadores, mas como protagonistas no processo de construção da identidade territorial.

Como se trata de um imenso sistema fluvial com seus múltiplos desenhos: igarapés, furos, lagos, paranás, meandros e outros; a ocupação das terras baixas foi de forma gradual, porém precoce, considerando que o meio aquático é menos hostil que a grande floresta equatorial amazônica. (ROSTAIN, 1991). Não obstante à complexidade do sistema fluvial, composto por *rios de várzea*⁷, que dificultaram as primeiras fundações urbanas deslocando-as para os interflúvios (O'REILLY STERNBERG, 1956), a sociedade foi se territorializando ao longo dos rios.

Assim, em uma *dimensão política*, os rios foram vias que permitiram o processo de ocupação do espaço amazônico, tanto por sociedades primitivas, quando historicamente o homem se adaptou à geografia fluvial complexa ocupando as suas margens, inicialmente próximo à foz, quantos pelos colonizadores europeu, inicialmente sob a forma de aldeamentos comandados por ordens religiosas portuguesas, que reuniam os índios em aldeias geralmente próximas às povoações coloniais, e posteriormente na condição de vilas e cidades (MACHADO, 1997).

Soma-se a isso sua função enquanto *dimensão econômica*, expressa no processo transporte de mão de obra, escoamento das drogas do sertão e diversos outros produtos explorados na floresta no período colonial e a intensificação da extração do látex a partir do século XIX. Assim,

⁷ São rios que fluem através de espessas formações sedimentárias, produto de processos erosivos e deslocamento de sedimentos que são depositados em suas bordas, e variabilidade do nível das águas diariamente. (O'REILLY STERNBERG, 1956)

Até os anos 60, a principal via de penetração na Amazônia era os grandes rios de sua bacia hidrográfica [...] O sentido da navegação de gentes e bens econômicos era muito espreado, ora subia a calha principal – o rio Amazonas – em busca de trabalho na atividade da borracha, na região do Médio Amazonas (Santarém, Rio Tapajós), ou subia o Rio Trombetas em busca de madeiras, castanhas, peixes; do município de Oriximiná, ou até o Baixo Amazonas, no município de Almerim, em busca de peles de jacaré, de sua carne e de peixes; ou subia o Rio Xingu até o município de São Félix do Xingu, em busca de mineração, madeiras, ou cruza os furos (rios secundários menores, que atravessam e/ou circulam dezenas de pequenas ilhas, estreitos e cabos, que aproximam o arquipélago de Marajó do continente na altura do Rio Pará) na área dos municípios de Breves, Afuás, Portel em busca de madeira, frutos, pescado, pecuária bubalina, nos municípios de Chaves no seu lado norte com o Rio Amazonas, Soure e Ponta de Pedras, respectivamente, ao oeste e aos sudoeste da Baía de Marajó, na frente marítima nos municípios de Vigia, Marapanim em busca de pescado. E, também, subia o Rio Tocantins até o município de Marabá em busca de castanha, cristal de rocha, ouro, mineração, madeira e continuava até o município Conceição do Araguaia (atualmente a navegação à montante desses dois rios até esses dois municípios está bloqueada pela represa hidrelétrica de Tucuruí). Finalmente, subia o Rio Acará até o município de Acará, em busca de frutas e madeiras e o de Tomé-Açu, na colônia japonesa, para o cultivo de pimenta do reino [...] (GONÇALVES, 2010 *apud* LARA, 1991, p.93)

Cada uma dessas expressões econômicas fez emergir e atribuiu importância à essas cidades, em virtude das atividades marcantes como a pesca, agricultura, pecuária (através de marombas⁸) e o extrativismo, que sustentavam e, muitas delas, ainda sustentam a economia local.

Em uma perspectiva *simbólico-cultural*, o movimento serpenteante dos rios liga seu simbolismo à fluidez das formas e às inúmeras possibilidades que pode assumir. O rio representa sempre a existência humana e o curso da vida com a sucessão de desejos, sentimentos, intenções e a variedade de seus desvios. À imensidão das águas corresponde um caudaloso fluxo de imagens-reflexo do que foi imaginado pelos homens desde os tempos arcaicos. Navegar sob esse mar de significados é procurar conhecer o habitat dos personagens fantásticos que povoam este universo aquático.

Na Amazônia, o rio Amazonas é o principal rio dessa bacia hidrográfica, mas há ainda centenas de outros rios menores com seus furos, lagos e igapós, todos formando um labirinto imenso que permeia a floresta. Sua majestade e grandeza manifestam pressa, em sua passagem, ele transfigura a vida, derruba barrancos, engendra o surgimento de ilhas labirínticas espalhadas ao longo da bacia, revela praias, oculta troncos de árvores, faz florescer jardins flutuantes imensos, nos termos de Euclides da Cunha (1999):

A impressão dominante que tive, e talvez correspondente a uma verdade positiva é esta: o homem ali é ainda um intruso impertinente, chegou sem ser esperado nem querido- quando a natureza ainda estava arrumando o seu mais vasto e luxuoso salão. E encontrou uma opulenta desordem... Os mesmos rios

⁸ Construção de madeira, curral suspenso, utilizado em épocas de enchentes.

ainda não se firmaram nos leitos; parecem tatear uma situação de equilíbrio desviando, divagantes, em meandros instáveis (CUNHA, 1999:02).

Dos ensaios históricos sobre a formação da sociedade nacional, relatados pelo escritor, até os dias atuais, a paisagem se modificou. Porém, não ao ponto de perder todas as suas características históricas coloniais ou serem absorvidas totalmente pela modernidade, são elementos que habitam o mesmo espaço criando novas territorialidades.

Neste sentido, transpando os rios da Amazônia, o primeiro o contato do viajante quando de barco se aproxima de, após uma longa viagem, parece ser visualmente interminável. Se for noite, contempla um clarão na direção da cidade que alcança quilômetros de distância e se aproxima vagarosamente, sem pressa. Caso for dia, há décadas, veria igrejas torres e fachadas ocidentais que direcionam os olhares para o céu, hoje, além disso, a primeira visão que se tem são de torres de companhia telefônica, evidenciando a materialidade de aspectos do passado e presente em um mesmo espaço.

Todavia, há quem diga que esse seria o sinal de modernidade que acabou de alcançar as cidades Amazônicas, mas, ela já não alcançou há décadas? A Amazônia é, de fato, um dos muitos lados da modernidade. Foi a modernidade que construiu os primeiros fortes militares na Amazônia; que saqueou até as entranhas explorando as “drogas do sertão”; que exterminou e destribilizou índios, “aldeando-os e desespirtualizando-os”; foi a modernidade que reinventou a escravidão com as políticas pombalinas; que apropriou-se das “bolas que contrariavam a lei da gravidade”, deu múltiplas utilidades, destacando-se as indústrias pneumáticas, “parte do símbolo maior do individualismo do mundo moderno: o automóvel”; e hoje, é a modernidade que devassa seu subsolo para extrair minérios; destrói sua floresta e interrompe, polui e seca seus rios (GONÇALVES, 2010, p. 67). A modernidade moldou a paisagem, que é visível tanto à distância, quanto quando se aporta.

Como componente r-existente desta paisagem está o *porto*, este compreende elo entre o rio e a cidade, definido pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) como:

Lugar abrigado, no litoral ou à margem de um rio, lago ou lagoa, dotado de instalações adequadas para apoiar a navegação e realizar as operações de carga, descarga e guarda de mercadorias, embarque e desembarque de passageiros, constituindo um elo entre transportes aquaviários e terrestres (ANTAQ, 2012).

Em termos de terminal portuário, são “[...] instalações portuárias localizadas no final de uma linha de navegação regular”. (ANTAQ, 2012). Para Rosa (2012, p. 27) trata-se de uma “área ou terminal alfandegado (que tem autorização por parte da administração aduaneira), exclusivamente destinado a navios, com o propósito de atender as necessidades de importação e exportação, movimentação de passageiros e armazenagem de mercadorias”.

Todavia, entendemos que para um conjunto de instalações, onde se aportam meios de transportes aquáticos, ser um *porto*, independe das permissões alfandegárias como condição, pois seu significado está na forma de *uso e função* desse conjunto de estruturas. Portanto, sob uma ótica geral, assentimos com Honorato (1996) quando este conceitua os *portos* como um “conjunto de trapiches”, articulados ou não, onde se encostam embarcações.

Reportando-nos a tempos passados, pode-se dizer que grande parte dos portos que atuaram no início do século ainda movimentam e operam até os dias de hoje. Em seu surgimento, condicionado às navegações, sua função consistia basicamente no embarque e desembarque de passageiros na foz dos rios, onde os navios protegiam-se de tempestades e os estivadores efetuavam o trabalho de carregar e descarregar as mercadorias com a ajuda de pequenos barcos. (HOFFMANN; SILVA, 2001).

A partir de então, as movimentações portuárias cresceram cada vez mais com as grandes navegações e a aceleração dos processos comerciais, já que uma embarcação, apesar de demandar maior tempo para realizar o percurso, é de baixo custo e permite transportar uma maior quantidade produtos, dependendo do tamanho da embarcação. Desta forma, o porto tornou-se fundamental para a troca de mercadorias entre nações e para o transporte de pessoas (ROSA, 2012).

Atualmente, devido a maior quantidade de transporte aquaviário e, conseqüentemente, de mercadorias e containers, “[...] os portos tiveram que se preparar para operação destes volumes, instalando parques e cais especializados e reequipando-os para a movimentação dos mesmos”. (HOFFMANN; SILVA, 2001, p. 58). Assim, amparados muitas vezes pela administração pública, foram realizados melhoramentos nesses espaços a fim de atender as exigências do “novo padrão de mercado de carga”, que busca aproximar o cliente portuário da administração do porto com o objetivo de eliminar problemas que envolvam os portos (ROSA, 2012, p. 28).

Posto isto, é importante ressaltar que tem todos os portos se assemelham, isso envolve sua estrutura física, atividades portuárias e questões de acesso. Na Amazônia ribeirinha, por exemplo, as estruturas que compõem os portos, denominadas de “*trapiches*”, possuem acesso direto ao rio ou canal, em um trecho acostável ou de acordo com a legislação da marinha (HONORATO, 1996). Em termos gerais, são construções de madeira, em sua grande maioria, desgastadas pelo tempo e pela força das águas, fato que dificulta algumas permissões para alfandegagem, mas ainda assim em funcionamento; salvo algumas construções de alvenaria que tendem a ser espaços particulares. (HONORATO; MANTUANO, 2015).

Estes locais de embarque tendem também a conter armazéns e pátios, muitas vezes mal integrados e não alinhados às pontes ou pequenos cais, em que os custos para armazenamento são altos e as condições extremamente precárias, por isso “os serviços então prestados deixavam muito a desejar” (LAMARÃO, 1991, p. 140) (HONORATO; MANTUANO, 2015). Porém, é importante ressaltar que a principal razão de ser do trapiche é a circulação, embarque e desembarque de produtos, não necessariamente o armazenamento, apesar deste ser um elemento diferenciador entre este e o porto.

Essa disparidade em termos de infraestrutura para suprir interesses particulares tornavam improvável uma integração mais ou menos racionalizada entre eles (HONORATO; MANTUANO, 2015) e, principalmente, limitam o acesso, já que nem todos podem pagar altas taxas alfandegárias para aportar em espaços com infraestrutura.

Sendo eles compostos por estruturas de alvenaria ou de madeira, públicos ou privados, taxados ou não, não há como negar que o porto é o espaço que conecta a cidade e o rio. Quando se trata de cidades de pequeno porte de potencial dentrítico, os portos e trapiches, assim como área central e a feira, são fundamentais para o funcionamento de sua rede urbana, pois as relações que são desenvolvidas entre rio, porto e cidade tendem a influenciar na configuração urbano-territorial. (RIBEIRO; BELOTO, 2020)

Schor e Costa (2007) em sua obra intitulada *Rede urbana na Amazônia dos grandes rios: uma tipologia para as cidades na calha do Solimões-Amazonas* conceitua: “considerada como o conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si, algo socialmente produzido, historicamente contextualizado, cujo papel principal é articular a sociedade numa dada porção do território” (p. 12). Contudo, essa articulação só é possível através e pelo movimento, pois são os “diferentes fluxos de informação, de mercadoria, de instituições, de pessoas criam um conjunto de redes que sobrepostas formam o que costumamos chamar de rede urbana” (p. 7).

Diante disso, os rios e portos na cidade estudada atuam, concomitantemente, como via e condição para que esses fluxos penetrem e deixem o espaço da cidade, assumindo assim um papel-chave na construção da rede urbana regional dado o seu papel no processo de interação espacial geradora de rede – o de distribuição (difusão). (RIBEIRO, 2001)

3.3 CIDADE, COMÉRCIO E AS FEIRAS: A (R)EXISTÊNCIAS DE UM PADRÃO DE ORGANIZAÇÃO ESPACIAL NO TERRITÓRIO AMAZÔNICO

Apesar de haver vários parâmetros utilizados para se definir uma cidade, acreditamos no que nos leva a compreender a cidade como “fronteira de diferentes mundos que nos

possibilita várias leituras de espaço-tempos diversos” (OLIVEIRA, J. A.; SCHOR, T., 2008, p.15) e em constante movimento, ainda que não muito evidente, já que à primeira vista pode-se observar cidades mergulhadas na inércia, todavia, o movimento é uma constante nas pequenas cidades amazônidas, ribeirinhas, apesar de um ritmo mais lento em comparação às metrópoles.

Nas palavras de Corrêa (2005, p. 9), o espaço da cidade nada mais é do que um produto complexo da dinâmica do espaço urbano, e, como tal, é a cidade a expressão materializada de “um conjunto dos diferentes usos da terra justapostos entre si”, sendo ela:

Fragmentada, articulada, reflexo e condicionante social, a cidade é também o lugar onde as diversas classes sociais vivem e se reproduzem. Isto envolve o cotidiano e o futuro próximo, bem como as crenças, valores e mitos criados no bojo da sociedade de classes e, em parte, projetados nas formas espaciais: monumentos, lugares sagrados, uma rua especial etc. O espaço urbano assume assim uma dimensão simbólica que, entretanto, é variável segundo os diferentes grupos sociais, etário etc (CORRÊA, 2005, p. 9).

É nesse espaço que relações sociais se desenvolvem e materializam-se; neste reproduzem seus aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais, onde ao mesmo tempo em que se encontra fragmentado, ele está interligado por diversos fluxos que fazem com que essas áreas mantenham relações espaciais entre si.

É importante ressaltar que, apesar de utilizados conjuntamente, os conceitos de *cidade* e *urbano* não são sinônimos, para Santos, há uma distinção clara entre urbano e cidade, nesta perspectiva, "o urbano é frequentemente o abstrato, o geral, o externo; enquanto a cidade é o particular, o concreto, o interno" (SANTOS, 1994, p. 69). Portanto, a cidade é a materialização do processo de urbanização, enquanto o espaço urbano caracteriza-se como as manifestações sociais peculiares de uma cidade.

Assim, as diversas funções simbólicas do espaço, associadas aos processos da sociedade, definem o espaço urbano da cidade. Nesse sentido, segundo Carlos (2013), não podemos reduzir a cidade apenas à reprodução do capital ou dominação do Estado, sem considera-la como espaço simbólico que traz consigo o sentido da vida humana em todas as suas dimensões.

Com isso, torna-se impossível pensar no conceito de cidade separado da sociedade e do momento histórico que se pretende analisar, pois a sociedade constrói a cidade através de sua prática sócio-espacial, que tem suas bases nas relações sociais desenvolvidas ao longo do tempo e que se encontram materializadas no espaço. Portanto, a produção do espaço urbano está intrinsecamente ligada ao processo de reprodução da sociedade, que diz respeito à

reprodução da vida cotidiana (CARLOS, 2013). O que nos leva a compreender a cidade como um espaço social, pois é produto de relações sociais do homem – ser social – ao longo do tempo.

Tendo como pressuposto que o espaço lócus da pesquisa compõe uma cidade ribeirinha, tendemos a trabalhar na busca teórica de conceitua-la. Nesse sentido, como podemos definir uma *cidade ribeirinha*?

A interpretação que se pode dar às pequenas cidades perdidas na imensidão dos rios e da floresta muitas vezes é fugidia, pois busca parâmetros lógicos que nem sempre são capazes de explicá-las. Todavia, apesar de todas as limitações que se tenha, o importante é perceber, desde a chegada, que nessas cidades estão as raízes caboclas fincadas no chão, preciosos arquivos culturais do mundo amazônico, que são as dimensões simbólicas de uma cultura que teima em permanecer.

As cidades ribeirinhas, diferentemente das “cidades-beira”⁹, mais especificamente, cidades “beira-rio”¹⁰, são formações geográficas com forma-conteúdo “capazes de revelar o inconfundível, a raridade” (TRINDADE, Jr.; SILVA, A.; AMARAL, M., 2008), num contexto específico que é a Amazônia, que só podem ser compreendidas se reconhecidas enquanto espaços relacionais, ou seja, dotados de relações historicamente construídas. (HARVEY, 1980).

Mas, há critérios para se definir uma cidade ribeirinha? Aderimos aqui um conjunto de atributos para designá-las, que individualmente conferem um sentido particular, mas que, vistos conjuntamente, nos ajudam a caracterizar o que designamos de cidade ribeirinha. À rigor, são cidades: *localizadas às margens de rios* com variáveis dimensões; *pequenas* ou *intermediárias*, quanto à sua demografia, extensão territorial e funções urbanas presentes; *locais*, dado a sua condição de polarização em relação às cidades em seu entorno; e, *tradicionais*, relacionado ao seu padrão de ocupação, ordenamento intra-urbano e reprodução de processos econômicos e socioculturais, locais e regionais. (TRINDADE, Jr.; SILVA, A.; AMARAL, M., 2008, p. 38)

No entanto, é pertinente insistir que, ainda que a presença do rio seja de extrema importância para se caracterizar uma cidade ribeirinha, a simples localização absoluta de um rio nas proximidades de uma cidade por si só não a designa como sendo ribeirinha (TRINDADE, JR., 2002). Assim como, “mesmo que em sua maioria as cidades ribeirinhas

⁹ Partindo de uma perspectiva de “beira”, ou seja, do ponto de vista do rio, do mar, do ribeirão, das estradas, da rodovia, da ferrovia, entre outras. Nesse contexto refere-se a cidades a beira (margem, lateral, próximo) de rios. (GANDARA, G. S, 2013)

¹⁰ Cidades ao longo ou próximo de rios, porém sem fortes enraizamentos sócio-econômicos e culturais em escala geográfica local e regional, ou seja, sem a forte interação de caráter funcional, de subsistência material, lúdica e simbólico-cultural, apenas em termos de localização absoluta. (TRINDADE, JR., 2002)

sejam pequenas cidades, nem toda pequena cidade na Amazônia é tradicional, local e ribeirinha” (TRINDADE, Jr.; SILVA, A.; AMARAL, M., 2008).

Antes de adentrarmos mais a fundo nos padrões urbanísticos e estruturais das cidades ribeirinhas na Amazônia, é importante ressaltar que os elementos expressos no ordenamento socioespacial são produtos de um momento histórico específico de produção do espaço, concebido estrategicamente a fim de se garantir a defesa e conquista do território colonial. Desde a construção dos fortes próximos às embocaduras dos rios até a construção de igrejas como símbolo da instauração do cristianismo português, embora o momento histórico europeu buscasse reintegrar o homem urbanizado à natureza a partir de propostas utópicas de urbanismo Renascentista (VICENTINI, 2004).

Por fim, além dos aspectos ligados à imposição, a paisagem local manifesta a influência da cultura indígena, negra e mestiça. Diante disso, nos termos de Oliveira (2001, p. 207), “a produção do espaço urbano na Amazônia tem um componente importante que não pode ser desconsiderado enquanto configuração das cidades, a influência da cultura indígena”. Desta maneira, os grupos subalternizados pelo domínio da colonização também contribuíram para a construção do espaço ribeirinho ao imprimirem suas marcas culturais, conjuntamente vividas na paisagem, como é o caso da presença de terreiros batidos em frente às habitações (OLIVEIRA, 2001, p. 207).

A rigor, deveríamos lançar um esforço de caracterização do maior número de elementos possíveis para termos uma ampla compreensão geográfica da configuração socioespacial do urbano ribeirinho, todavia, iremos nos deter a quatro elementos que nos permitirão uma rápida viagem às cidades ribeirinhas: o *rio*, o *trapiche*, a *área central*, e a *feira*; compreendidos através da análise dialética da visão do viajante (representado pelo pesquisador) e dos estudos de Trindade Jr., Silva e Amaral (2008).

O *rio* é um importante personagem na história das diferentes populações que viveram/vivem no “*país das Amazonas*” (PEREIRA, 2008). O homem se adaptou à geografia fluvial complexa da Amazônia ocupando as suas margens, inicialmente próximo à foz. Como se trata de um imenso sistema fluvial com seus múltiplos desenhos: igarapés, furos, lagos, paranás, meandros e outros, a ocupação das terras baixas foi de forma gradual, porém precoce considerando que o meio aquático é menos hostil que a grande floresta equatorial amazônica. (ROSTAIN, 1991)

As várzeas, fímbricas de terras alagadiças, foram o “berço” da ocupação iniciada pela população indígena, devido à proximidade com o rio (meio de vitalidade, deslocamento, lazer e identitário), e seguida pelos colonizadores, que mediante as “estradas líquidas” (PRADO JR.,

1967) estabeleceram o controle geopolítico da foz da bacia do rio Amazonas, por meio da cidade de Belém, conseguindo dominar a maior parte da região.

Assim, foram criados os primeiros núcleos urbanos em torno dos rios, o que se deve ao fato de que essas vias desempenhavam um papel estratégico na circulação de mercadorias, pessoas e serviços, primeiramente devido às “drogas do sertão”, e, nos anos seguintes, relacionado a outros fatores econômicos como a agricultura comercial e exploração da borracha (TRINDADE, Jr.; SILVA, A.; AMARAL, M., 2008). Essa função territorial pretérita dos rios se estendeu aos dias atuais e é um elemento peculiar às cidades ribeirinhas, seu mérito excede ao potencial geopolítico de dominação, circulação e subsistência, agrega também um elemento dominado pelo simbolismo que sobrevive no imaginário local.

Em suma, as cidades ribeirinhas estruturadas à beira dos rios na Amazônia, originaram-se como uma tentativa de ocupação e estratégia de dominação do território, estas possuem enraizamentos sócio-econômicos e culturais em escala local e regional que traduzem o modo de vida urbano e as interações estabelecidas entre cidadãos e os cursos fluviais e estradas que, para além da localização absoluta, assumem um caráter funcional (via de circulação e atividades domésticas), de subsistência material (fontes de recursos), lúdica (lazer) e simbólico-cultural (berço do imaginário sociocultural).

Na narrativa do viajante, finalmente, chega-se e ancora-se em algo como *porto*, *cais* ou *trapiche*, na maioria das vezes improvisado em extensão de pontos comerciais, armazéns ou pontes de casas. O movimento constante, principalmente por representar um espaço de transição entre o rio e floresta ou rio e cidade, denota ao fato de que nas cidades ribeirinhas tudo é transitório, passageiro (OLIVEIRA, J. A.; SCHOR, T., 2008, p.15). A precarização desse elemento denuncia o descuido das políticas públicas urbanas para com o elo de ligação entre o rio e o interior da cidade, mas, principalmente para com a população ribeirinha que reside distante das áreas urbanas centrais e utiliza esses portos para adentrar no ambiente urbano.

O porto é lugar de “encontro”, não apenas de conhecidos que se reveem ao vir ao comércio ou chegam de uma longa viagem, mas também de diferentes agentes sociais desconhecidos entre si que, ao desembarcar, dotados de territorialidades trazidas de seu local de origem, compartilham do seu vivido. Essas relações sociais produzem novas territorialidades que seguirão sendo (re)territorializadas e produzirão novos territórios.

Subindo ao trapiche encontramos a *área central*. No caso das cidades ribeirinhas, reconhece-se a diferenciação e particularidade em relação aos moldes de outras cidades mais modernas e mais dinâmicas economicamente. O espaço central, possui um padrão urbanístico cujo os traçados das ruas (início ou final) terminam invariavelmente em direção ao rio

(OLIVEIRA, 2000, p. 158), a rua da frente ou as primeiras ruas são ocupadas com as melhores casas e na maioria das vezes por pessoas com um maior poder aquisitivo, enquanto as ruas de trás e mais periféricas são tomadas por casebres mais simples e um outro padrão de vida. (TRINDADE, Jr.; SILVA, A.; AMARAL, M., 2008).

No que concerne à localização da área central, como traço herdado pelo processo de colonização, sempre se encontra próxima aos principais portos visando facilitar o acesso da população que habita às várzeas Tocantina. Abarca os serviços tidos como essenciais (como posto de saúde ou pequenos hospitais, para atender casos de pouca complexidade), bancos, escolas, prefeitura, igrejas (próxima de uma praça e quase sempre na primeira rua frente ao rio) e a área comercial. No setor principal de comércio e serviços há sempre a presença de outras atividades, como os pequenos restaurantes que alimentam a população urbana, rural e ribeirinha (estes dois últimos, antes do longo percurso de retorno ao seu local de origem) com uma refeição tipicamente cabocla como peixe, açaí e farinha.

Em consequência disso, o movimento é constante. Pedestres disputam a apropriação da rua com bicicletas, carrinhos de mão, carroças, motocicletas e carros (não muito frequentes) no movimento de ir e vir cotidianamente. Em meio a essa dinâmica soma-se um novo personagem à paisagem ribeirinha: moto taxi, para facilitar o deslocamento sob o sol equatorial, não apenas como uma figura, mas, em seu sentido, como elemento associados à modernas redes técnicas incorporadas ao espaço (TRINDADE, Jr.; SILVA, A.; AMARAL, M., 2008).

O quarto elemento é a *feira*, mais conhecida como feira livre, ambiente composto por um festival de cores, aromas e sons que se misturam e tomam conta da área central. Estrategicamente localizado no entorno do porto, esse comércio é considerado uma das principais atividades da cidade, responsável pelo abastecimento alimentar de muitas famílias, ainda funciona como mecanismo gerador de empregos formais e informais (CUNHA, 2014). Para os feirantes que comercializam diversos produtos em múltiplos pontos de venda (ROCHA et al., 2013) e também aos produtores rurais, que são a base da cadeia produtiva, principalmente ao se tratar dos hortifrutigranjeiros, que tem como fator estimulante o fiel mercado consumidor, o qual, segundo Amor et al. (2012), é influenciado pelo preço dos produtos, tradição, cultura alimentar desses locais.

A feira e o porto registram na paisagem a dinâmica da cidade, seja pela hora de chegada e de partida dos barcos, seja pela lógica e forma de abastecimento, com produtos e fluxos notadamente locais e regionais que chegam por esses espaços. Eles dizem, de forma muito sutil, a hora que a cidade acorda, a hora que a cidade tem maior fluxo, a hora que chegam e partem barcos, a hora que a cidade faz a sesta e a hora que a cidade vai dormir. Como um relógio cotidiano, eles revelam o ritmo e o tempo da própria cidade e da própria natureza. (TRINDADE, Jr.; SILVA, A.; AMARAL, M., 2008, p. 40)

Articula-se diretamente com o porto e conjuntamente servem como ponto de referência para os fluxos de mercadorias que entram e saem da cidade em direção às capitais ou cidades em seu entorno, além de influenciarem o modo de vida da população que acorda antes mesmo do sol nascer para organizar ou fazer feira. Por isso, não é à toa que é considerada o coração da cidade, pois além de compreender o centro econômico é também território de sociabilidade, ou seja, trocas culturais (MARTINS, 2000), tradição de vida e rotina dessas cidades.

Portanto, a Feira Livre, nas palavras de Medeiros (2010), compreende um espaço de grande importância na dinâmica das cidades ribeirinhas amazônicas, pois trata-se de um polo econômico com convergência de fluxos e territorialidades, o que confere a esse ambiente uma centralidade dentro da cidade. Esses fluxos de pessoas e mercadorias que emanam das águas e estradas para as feiras amazônicas, descortinam uma polissemia de sociabilidade e territorialidade. A correria ainda que vista de longe revela a velocidade das relações existentes, é o espaço da oralidade e do imprevisto, da relação direta que vai das expressões regionais ao toque, do pregão ao negócio realizado (MEDEIROS, 2010).’

A feira é, concomitantemente, uma instituição fragmentada e articulada, “fruto” dos processos produtivos desenvolvidos pelos agentes sociais que, ao se apropriarem materialmente e simbolicamente dos espaços, evocam uma multiplicidade de territorialidade (BRAUDEL, 1998, p.16) que se deslocam pelo território, produzindo elementos identitários transterritoriais. Compreender a organização desse espaço é fundamental para entender o papel da cidade na dinâmica da rede amazônica, pois é necessário olhar além dos aspectos externos aos centros urbanos, “lançar luz” para as características internas, para assim perceber a intensidade e a direção dos fluxos. “Ao se aprender a olhar a cidade por dentro, com o objetivo de conhecer melhor suas especificidades intraurbanas, torna-se mais fácil entender a forma como as cidades interagem e se integram” (SATHER; MONTE-MÓR; CARVALHO, 2009, p. 24).

Dentre as suas principais características, a Feira é responsável pelo abastecimento alimentar das cidades ribeirinhas, herança do passado colonial de cultura ibérica implantado pelo colonizador (Santos, 2005), comercializando alimentos como peixe, carne, açaí, farinha e hortaliças (base alimentar dos amazônidas) são produzidos nos espaços ribeirinhos e rurais e transportados diariamente à feira da cidade em direção à espaços comerciais específicos.

Nesse sentido, nas palavras de Godoy e Anjos (2007), a feira é um clássico modelo de comércio varejista disperso no espaço e no tempo, dotado de relevância e magnitude peculiar, portanto, de acordo com Macarenhas (2005), esse comércio ao ar livre trata-se de um serviço de utilidade pública devido à função que exerce na cidade quanto à distribuição de gêneros

alimentícios e produtos básicos. Tal fator contribui significativamente para o maior fluxo de pessoas, principalmente durante o período da manhã, onde ribeirinhos e moradores do campo desembarcam e embarcam no porto da cidade ou trafegam pelas estradas, parando nas proximidades da Feira Livre, em busca dos serviços e produtos por ela ofertados.

A dinâmica da área central de uma Feira livre em cidades ribeirinhas na Amazônia, contribui para sua elevação à condição de cidade polo, em outras palavras, uma cidade de importância territorial, pois possui uma área de influência maior que o espaço do município em questão, por deter serviços que as demais ao seu entorno não possuem, polarizando as cidades mais próximas (PADINHA, 2010)¹¹. Dessa forma, as cidades ribeirinhas destacam-se no contexto regional, dado à sua interação e sua condição de ponto de contato com o conjunto regional e extra-regional.

Diante disso, a feira destaca-se como espaço onde os aspectos socioeconômicos e culturais das cidades brasileiras espacializam-se (COUTINHO *et al*, 2006), no município pesquisado, trata-se do ponto de encontro de três realidades socioespaciais: o urbano, o campo e o ribeirinho¹², que durante o processo de “fazer feira” desenvolvem relações humanas que anunciam-se e multiplicam-se com mais intensidade, transcendendo às relações comerciais, que nas palavras de Chaves (2011, p. 28) compreende um “verdadeiro museu da cultura local de curta periodicidade”.

4 CAMETÁ: PROCESSOS HISTÓRICOS DE FORMAÇÃO DA FEIRA DE UMA CIDADE RIBEIRINHA DA AMAZÔNIA

A fundação de Cametá é intimamente ligada às disputas por riquezas presentes no território e à necessidade de uma ação portuguesa que assegurasse a posse da Terra de Vera Cruz. Assim, em 1617, Frei Cristóvão de São José chega à margem esquerda do rio Tocantins e ergue sua ermida com o intuito de cristianizar os índios *caamutás*. Esse núcleo primitivo localizava-se inicialmente no povoado de Cametá-Tapera, todavia, no ano de 1702, devido ao processo de erosão causado pela ação das chuvas e do movimento do rio Tocantins, foi

¹¹ Realidade que se diferencia quando se trata de pequenas cidades, pois, “um pequeno centro comercial não é apenas pequeno no contexto urbano, mas possuem função e alcance limitados do ponto de vista de uma polarização” (TRINDADE, Jr.; SILVA, A.; AMARAL, M., 2008). Todavia, tal limitação, não as tornam pouco integradas com o entorno; longe disso, são cidades que desenvolvem uma forte solidariedade orgânica (SANTOS, 1994) as localidades que lhes são próximas.

¹² Busca-se compreender o ribeirinho não como uma extensão do campo, mas como uma categoria espacial que não se limita à materialização do modo de vida não urbano e muito se distingue do modo de vida camponês.

transferido para o espaço que atualmente compreende a área central cametaense (POMPEU, 2002).

Nos anos subsequentes, o urbano da Vila Viçosa de Santa Cruz de Camutá foi se moldando em torno da Igreja Matriz de São João Batista, da Capela do Bom Jesus, do Hospício dos Mercedários¹³ e de seus portos. A localização estratégica da vila na proximidade do rio e a acessibilidade de os barcos à vela aportarem, facilitaram o escoamento e a comercialização dos produtos extrativistas explorados na região, formando assim um pequeno núcleo comercial com relações diretas com a capital, Belém (POMPEU, 2002).

Devido à expansão urbana e intensificação das atividades comerciais, o pacato porto comercial, fornecedor de gêneros de toda sorte (mandioca, milho, arroz, café, cacau, algodão, azeite de andiroba e cana de açúcar), ergueu-se à condição de segunda cidade mais importante da província. Assim sendo, a dinâmica da colônia era determinada por seu espaço comercial, o que levou o povoado, a partir de meados de 1620, a adquirir maior dinâmica social, populacional e econômica.

Muitas das formas espaciais presentes na feira livre hoje, bem como sua localização na proximidade dos portos e rio, são produtos historicamente construídos pelo processo de colonização e ocupação do Baixo Tocantins e expressam a identidade de sua população. Deste modo, este capítulo busca caracterizar a Feira Livre de Cametá em sua espacialidade, apontando sua forma de estruturação e composição; sua dinâmica econômica, identificando os principais produtos comercializados, seus locais de origem, seus pontos de venda e seu circuito de economia urbana; e, por fim, sua economia de trocas simbólicas, as quais abrangem os conhecimentos culturais compartilhadas entre fregueses e feirantes no ato de fazer feira. Tais formas evidenciam o padrão de organização socioespacial que (r)existe nas feiras ribeirinhas amazônicas.

4.1 ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DA FEIRA LIVRE DE CAMETÁ E SEU ENTORNO

Segundo Trindade Jr. (2009), é possível perceber e avaliar as práticas sociais existentes em uma cidade a partir da organização de seus espaços físicos. Portanto, a organização de um território pode se expressar por meio de suas vias de acesso e objetos geográficos, sendo eles: rios, casas, prédios, ruas, pontos, portos, trapiches, mercados, boxes e outros (SANTOS, 2000). Neste sentido, privilegiando a *dimensão espacial* da Feira Livre de Cametá, têm-se como características centrais para a compreensão de sua organização socioespacial e, portanto, de seu

¹³ Atualmente, este espaço corresponde à área onde está edificado o Instituto Nossa Senhora Auxiliadora.

papel na dinâmica de reprodução do espaço urbano: a sua *localização geográfica*, dando ênfase à extensão e limites da feira livre para os órgãos municipais, para a população e para dinâmica local; sua *estruturação*, evidenciando as características físicas dos mercados e feiras que a compõem; e a sua *diferenciação espacial*, que diz respeito à sua formação histórica, quantidade de feirantes cadastrados, tipos de produtos comercializados e legalização dos espaços.

Partindo desse ponto de vista, quando se trata da Feira Livre de Cametá, assim como muitas feiras de cidades ribeirinhas ao longo do Rio Tocantins, esta sofreu forte influência do processo de ocupação colonial, o que justifica a sua localização próximo aos rios, fator que facilitava e ainda facilita o acesso a esse espaço, já que se trata de uma cidade com uma formação territorial composta de 20,3% de rios e baías, 36,4% de campos naturais, 26,2% de áreas de várzeas e ilhas, sendo formada por apenas 17,1% de terra firme (IBGE, 2021).

Assim sendo, a Feira Livre de Cametá, também conhecida como “beira”¹⁴, situa-se à margem esquerda do rio Tocantins, mais especificamente, no bairro de São João Batista. Integra-se à área central do urbano cametaense, caracterizada pela concentração das principais atividades comerciais, de serviços, gestão pública e privada, terminais de transportes inter-regionais e intra-urbanos e verticalização (CORRÊA, 1995), fator que contribui para o intenso fluxo de pessoas.

É importante ressaltar que sua localização muito se modificou desde a transferência da cidade para o espaço atual em 1702. A Feira Livre, inicialmente, compreendia a um pequeno núcleo comercial localizado na orla da cidade (imagem 01) e se limitava ao Mercado Municipal (imagem 01), local estratégico entre o rio e a cidade.

¹⁴ Expressão utilizada popularmente para se referir à porção do espaço comercial localizado beira-rio, na cidade de Cametá (“a orla”).

FIGURA 1: ORLA DE CAMETÁ DÉCADA DE 1800



Fonte: Museu histórico de Cametá Presidente Raimundo Penafort de Sena, 2021.

FIGURA 2: PRIMEIRO MERCADO MUNICIPAL DE CAMETÁ



Fonte: Museu histórico de Cametá Presidente Raimundo Penafort de Sena, 2021.

Era nesse espaço limitado que as relações comerciais e sociais se realizavam, onde as trocas constantes de produtos extrativistas entre fregueses e feirantes revelavam a identidade da população local e que, ao longo do tempo, precisou expandir-se para dar conta da demanda de pessoas que o frequentavam.

Assim como a orla, que sofria com o processo de erosão, devido à força das águas do rio Tocantins, levando-a a intensas modificações ao longo dos anos, de igual forma, o Mercado Municipal, espaço de comercialização de produtos de naturezas diversas, com o crescimento da dinâmica da cidade, expandiu-se para o norte, sul e oeste de seu espaço de inicial, dando origem

à um grande comércio a céu aberto, a Feira Livre. Ressalta-se aqui, que durante todo esse período não havia gestão dos espaços da feira por parte do poder público municipal, ou distribuição de produtos a serem comercializados por setores, nem sequer uma associação de feirantes, estes estavam distribuídos dispersos sobre a área central.

Tal situação muda no dia 14 de outubro de 2001, às 2 horas da madrugada, quando um grande incêndio consumiu muitas bancas comerciais cheias de mercadorias, deixando seus donos sem condições de se manterem financeiramente, já que compreendia sua fonte de sustento. Para dar continuidade aos seus negócios, com o apoio de políticos locais, esses feirantes tomaram a Praça Joaquim Siqueira (Praça das Mercês) e lá perduraram por seis em boxes de madeira improvisados (ENTREVISTADO, A. C. A., 2021).

No ano de 2007, a prefeitura criou um plano operacional de estruturação e revitalização da Feira Livre. Assim, construiu mercados e galpões e delimitou espaços a fim de remanejar os feirantes que ocupavam a Praça das Mercês para esses locais, agora de forma organizada e por setores, de acordo com os produtos comercializados.

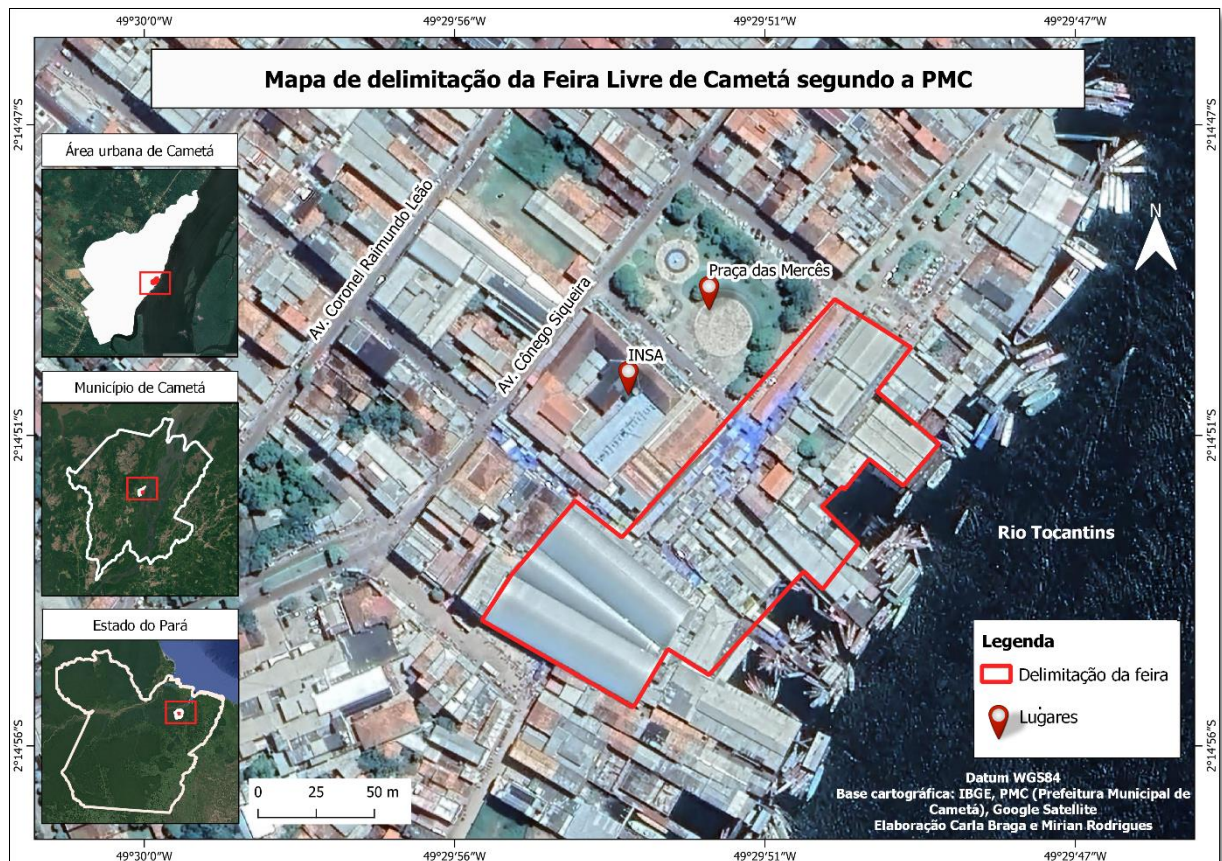
O órgão responsável pelo ordenamento desse espaço foi a Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Econômico (SEMADRE), como ratifica a Portaria nº 193/2017:

[...] compete à Administração Pública Municipal a fiscalização, organização e controle da produção, industrialização e distribuição de produtos e serviços no mercado consumidor do Município de Cametá, nos termos do artigo 55, § 1º, do CDC, sempre buscando pela preservação da saúde e bem estar do consumidor (CAMETÁ, 2017).

Neste sentido, no ano de 2011, foram entregues aos feirantes, previamente cadastrados, espaços delimitados dentro dos mercados e galpões construídos para que estes pudessem estruturar seus boxes e bancas. Todavia, a forma de distribuição desses espaços gerou conflitos entre feirantes e a SEMADRE. Segundo os feirantes, houve uma distribuição desigual, já que alguns ocupavam espaços maiores (dois ou três boxes) e de localização privilegiada, enquanto outros que antes se localizavam anteriormente nas proximidades dos portos e em contato direto com o mercado consumidor, foram realocados para locais distantes e quase isolados, fator que dificultava o processo de compra e venda.

Por meio da gestão da SEMADRE, a Feira Livre de Cametá, segundo o órgão gestor, passou a se estruturar e localizar no espaço demarcado em vermelho no mapa 02.

MAPA 2: LOCALIZAÇÃO DA FEIRA LIVRE DE CAMETÁ SEGUNDO A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMETÁ

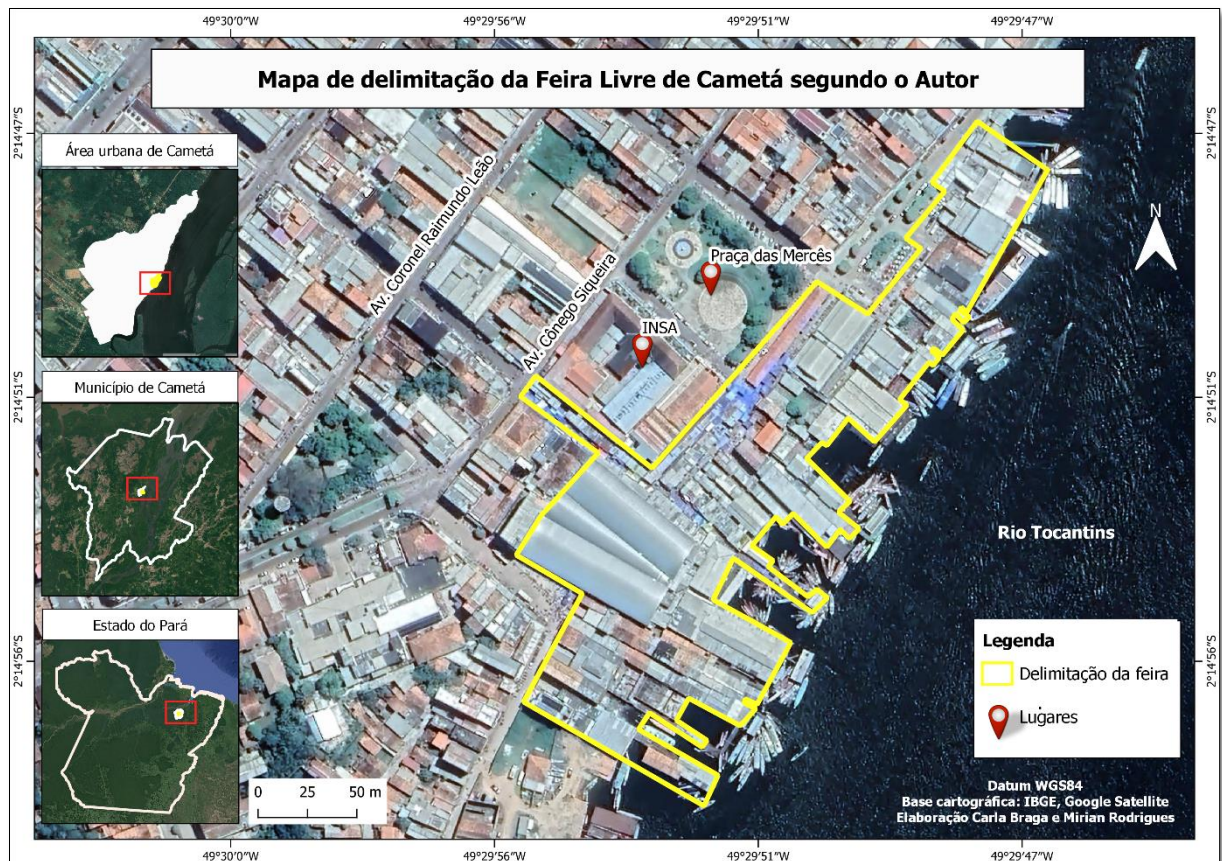


Elaboração: BRAGA; RODRIGUES (2021).

Portanto, de acordo com o mapa 02, a feira se limita ao Mercado de Peixe, Mercado de Carne, Feira do Açaí, Feira da Farinha, Galpão, Área das Lanchonetes e Área Externa (que diz respeito a duas ruas que corresponde aos corredores de bancas de confecções, calçados e importados). Desconsiderando assim as demais áreas que a circunda, repleta de comércio varejista, produto da expansão da área comercial além dos limites determinados, já que as estruturas criadas pela prefeitura não foram suficientes para acomodar a demanda de feirantes e atividades comerciais presentes na feira livre.

Tendo como arcabouço a observação da dinâmica comercial da feira e as entrevistas realizadas durante o trabalho de campo, compreendemos que o espaço da Feira Livre cresceu o dobro de seu espaço original (pensado pela SEMADRE), abrangendo uma área externa que cresceu principalmente na direção norte, como mostra o mapa 03.

MAPA 3: LOCALIZAÇÃO DA FEIRA LIVRE DE CAMETÁ SEGUNDO A PESQUISA



Elaboração: BRAGA; RODRIGUES (2021).

Soma-se aos mercados já citados uma Área Externa mais ampla, crescendo ao sul em direção à Arari Paragás¹⁵, o que se deve ao porto aberto ao público dentro do estabelecimento comercial; ao norte até o cais de Cametá, espaço onde temos um conjunto de portos de empresas de transporte do município; e ao leste em direção aos trapiches, estruturados a fim de receber a população ribeirinha em barcos de pequeno e médio porte. Assim sendo, percebemos que a feira cresce paralelamente à atividade portuária da área central, segundo alguns entrevistados, a necessidade do acesso fácil ao produto, ou, nas palavras destes, “o produto em mão”, acarreta na instalação das bancas nas proximidades de trapiches e portos, local onde aporta a maior parcela da população cametaense.

Portanto, em termos organizacionais, a feira compreende a um conjunto de mercados, feiras, galpões, corredores de bancas e carrinhos de madeira com frutas e lanches, semiestruturados ou dispersos no espaço, móveis ou não, e são eles: Mercado de Carne, Mercado de Peixe, Feira do Açaí, Feira da Farinha, Galpão, Setor das Lanchonetes e Área Externa.

¹⁵ Empresa de botijão de gás.

FIGURA 3: MERCADO DE CARNE



Fonte: Trabalho de campo, outubro de 2021.

FIGURA 4: MERCADO DE PEIXE



Fonte: Trabalho de campo, outubro de 2021.

No mercado de Carne (imagem 03), é o setor designado de forma oficial para a comercialização de produtos de origem animal, principalmente carnes vermelhas, bovinas e suínas, da mesma forma que vísceras, buchos e ossos bovinos. Esses 32 pontos comerciais, possuem bancadas com suporte para equipamentos de frigoríficos dispostos em fileiras transversais frente a um corredor principal.

Já o Mercado de Peixe (imagem 04) é voltado para a venda do pescado regionalmente consumido, como o mapará, tucunaré, aracú, tambaqui, curimatã, tamuatá, pescada, filhote, pirabanha, jutuarana, jacundá, pacu, tainha, sarda e sardinha, bem como hortaliças e crustáceos, especificamente o caranguejo, o camarão e o aviú. Os seus 41 pontos comerciais estão distribuídos em bancadas, dispostas em fileiras longitudinais e paralelas com corredores para o trânsito de pessoas.

FIGURA 5:FEIRA DA FARINHA



Fonte: Trabalho de campo, outubro de 2021.

FIGURA 6: FEIRA DO AÇAÍ



Fonte: Trabalho de campo, outubro de 2021.

A Feira da Farinha (imagem 05) é o espaço voltado para a comercialização de produtos de origem vegetal, principalmente o mais consumido pela população cametaense, a farinha de mandioca e de seus derivados, como a tapioca, o tucupi e o jambu. São 50 pontos comerciais dispostos em fileiras transversais sob bancadas baixas de madeira e alvenaria, com corredores para circulação de feirantes e fregueses.

A Feira do Açai (imagem 06) é uma peculiaridade local, uma feira destinada especificamente para a venda do fruto em caroço, sendo ele, regionalmente falando, o açai preto ou branco e também a bacaba, outro fruto semelhante. O número de pontos comerciais é incerto, já que os espaços são ocupados de acordo com a ordem de chegada dos feirantes, especula-se que são em torno de 56 feirantes que ocupam bancos de madeira distribuídos nesse pequeno espaço coberto por telhas de fibrocimento, paralelamente ao rio Tocantins a poucos metros do porto.

FIGURA 7: GALPÃO



Fonte: Trabalho de campo, outubro de 2021.

FIGURA 8: SETOR DAS LANCHONETES



Fonte: Trabalho de campo, outubro de 2021.

O grande Galpão (imagem 07) foi designado oficialmente para a comercialização diversificada, o portfólio de produtos encontrados varia de confecções e calçados até a venda de farinha, hortaliças, importados, artesanatos, especiarias e a venda irregular de aves e animais silvestres. Este espaço possui 259 pontos comerciais dispostos em fileiras longitudinais, organizados a fim de permitirem o trânsito de pedestres pelos seus corredores. É importante ressaltar que muitos desses espaços encontram-se abandonados devidos às dificuldades de acesso e ao isolamento.

O Setor de Lanchonetes (imagem 08) é formado por 39 pontos comerciais organizados em fileira única, voltada à Praça das Mercês e ao Mercado de Carne. Esses pontos foram construídos para serem voltados à comercialização de produtos alimentícios prontos para o consumo (lanches), todavia, encontram-se também nesses boxes produtos importados e confecções.

FIGURA 9: ÁREA EXTERNA



Fonte: Trabalho de campo, outubro de 2021.

Por fim, temos a Área Externa (imagem 09), esta abarca a maior extensão geográfica da feira, é composta por aproximadamente 158 pontos¹⁶ comerciais de tamanhos e estruturas variadas dispersas por ruas, corredores, edifícios, trapiches e portos. Trata-se do espaço mais diversificado da feira, comercializando confecções, importados, calçados, produtos de cama, mesa e banho, mídias físicas ilegais, frutas, verduras, carne suína e bovina, frango, lanches, açaí, pescado, artesanatos, especiarias, plantas medicinais e “remédios caseiros”, rações para animais e animais silvestres. Diante das diversidades comerciais aqui descritos, é importante atentar que, das feiras e mercados aqui descritos, o único que atende o objetivo para o qual foi criado é o Mercado de Carne, formado apenas por pontos de açougues.

Destarte, o oferecimento desses produtos é de suma importância para o abastecimento alimentício e industrial da cidade, do campo, das ilhas e de cidades vizinhas. Porém, de onde provém esses alimentos, confecções e importados? O quadro 01 nos evidencia os produtos

¹⁶ A pesquisa aponta que esse número tende a crescer, já que compreende também feirantes que não possuem um ponto fixo dentro da feira livre.

comercializados nas principais feiras e mercados do espaço estudado, sua origem e os tipos de transportes através dos quais são deslocadas essas mercadorias até a Feira Livre.

QUADRO 1: PRODUTOS COMERCIALIZADOS NA FEIRA DE CAMETÁ E SUA ORIGEM

ESPAÇOS	PRODUTOS	ORIGEM DOS PRODUTOS	TRANSPORTE
MERCADO DE CARNE	Carnes e vísceras	Tucuruí, Breu Branco, Barcarena e Castanhal	Caminhões de carga
MERCADO DE PEIXE	Pescado e crustáceos	Santarém, Ilhas de Cametá, Tucuruí, Baião, Oeiras do Pará, Óbidos, Monte Alegre, Solimões, Taquatiara, Almerim, Limoeiro do Ajuru e Amazonas (ilhas).	Pequenas e médias embarcações
FEIRA DO AÇAÍ	Açaí e bacaba	Ilhas de Cametá: Mapiraí, Cacuau, Cuxipiarí, Itamduba, Paruru, Turema, Pacuí, Jaracuera, Joroça, Ouvídeo, Juba, Mendaruçú, Tamanduá, Tentém, Guajará de Nazaré, Porto Grande, Carapajó, Pacovatuba e Futado. Demais cidades: Moju (ilhas), Igarapé Miri (ilhas), Tomeaçú, Macapá, Oeiras, Limoeiro do Ajuru (ilhas), Marajó e Amazonas.	Pequenas, médias e grandes embarcações
FEIRA DA FARINHA	Farinha e demais derivados da mandioca.	Vilas: Nova América, Costureira, Marambira, Porto Alegre, Pau de Rosa, Caliçado, Uxizal, Piçarreira, Mola, Tomázia, Matias, Livramento e Juaba; Colônia de Bucubarana, Cupijó, Anuerá (Transcametá).	Ônibus, moto e carro
GALPÃO E ÁREA EXTERNA	Confecções, calçados e importados.	São Paulo, Fortaleza, Goiânia, Recife e Belém.	Transportadora (SPC Brasil)
SETOR DE LANCHONETES	Lanches prontos para consumo	Cametá	Moto, carro e bicicleta

Fonte: Trabalho de campo, maio de 2021.

Depreende-se que o Mercado de Carne necessita do abastecimento externo, principalmente das cidades de Tucuruí e Breu branco, sendo transportados diariamente por caminhões de carga pela BR 422 que interliga Cametá e Tucuruí. Enquanto a Feira da Farinha

é abastecida única e exclusivamente por vilas e distritos municipais, principalmente por terras de remanescentes quilombolas, como o Porto Alegre, Tomázia, Matias e Cupijó (reconhecidas pelo Estado brasileiro); Mola, Piçarreira, Uxizal e Calijado (não reconhecidas pelo Estado).

Durante o verão amazônico, todo o açaí comercializado na Feira de Cametá é oriundo de suas ilhas, trata-se do período de safra, em que se extrai um grande volume do fruto de nossas várzeas e na maioria dos casos são exportados para outros estados do país. Já durante do inverno amazônico, o açaí provém principalmente de cidades na ilha do Marajó e no Estado do Amazonas, o “açaí do gelo” desloca-se por meio de embarcações médias e grandes pelo rio Amazonas e seus afluentes em direção à feira livre.

Diferentemente dos gêneros alimentícios, as confecções, calçados e importados são todos provenientes das metrópoles, sejam elas regional ou nacional. Este comércio está dividido entre três categoriais de feirantes, os que se deslocam de ônibus ou grandes embarcações até a área comercial de Belém, onde fazem suas compras para revenda; os que fazem um percurso ainda maior até as cidades de São Paulo, Fortaleza, Goiânia e Recife, estão localizadas as indústrias de confecções e garantindo um preço menor na compra e, conseqüentemente, um lucro maior na venda; e os que utilizam-se das vantagens e possibilidades advindas com o avanço tecnológico, permitindo o acesso a espaços e informações sem sair do lugar, o feirante faz a sua compra via internet e o produto chega por meio de transportadoras.

É indiscutível que a Feira Livre de Cametá sofreu uma forte expansão nos últimos anos, principalmente em direção aos portos públicos, o que garante um fluxo ainda maior de pessoas, produtos e serviços. A ausência de políticas públicas e de um plano operacional de gestão para o espaço público da feira livre, desencadeou um processo de ocupação física desordenada, onde setores trabalham com estruturas em acordo com o pressuposto para a atividade e outros setores em desacordo com condições mínimas estruturais, provocando o abandono dos pontos comerciais ou subutilização dos mesmos.

O “Diagnóstico prévio e Diretrizes básicas para ações imediatas na Feira Livre de Cametá”, disponibilizado pela Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Econômico (SEMADRE), e a pesquisa de campo, de cunho observatório e por meio de entrevistas semiestruturadas, permitiu identificarmos três categorias de estruturas de construção: madeira, alvenaria e outro, como evidencia a tabela a seguir.

QUADRO 2: ESTRUTURA FÍSICA DOS PONTOS COMERCIAIS

ESPAÇOS	ALVENARIA	MADEIRA	OUTRO	TOTAL
----------------	------------------	----------------	--------------	--------------

MERCADO DE PEIXE	34	6	1	41
MERCADO DE CARNE	32	0	0	32
FEIRA DO AÇAÍ	0	56	0	56
FEIRA DA FARINHA	33	17	0	50
GALPÃO	175	3	81	259
ÁREA EXTERNA	53	105	7	165
SETOR DE LANCHONETES	39	0	0	39
DISPERSOS (MÓVEIS)	0	29	0	29

Fonte: SEMADRE, março de 2021; Trabalho de campo, maio de 2021.

A coleta de dados verificou 671 pontos¹⁷ comerciais dispersos nos mercados de peixe e carne, feira do açaí e farinha, galpão, área externa e das lanchonetes, dos quais 366 deles são estruturas de alvenaria, 216 de madeira e 89 compreendem pontos construídos com outros materiais de construção. O tempo e as mudanças climáticas deixaram a maioria desses pontos comerciais edificados por feirantes em espaços delimitados pela Prefeitura Municipal de Cametá no período de reestruturação da feira, no início de 2011, desgastados.

O quadro 03 nos apresenta as condições físicas dessas estruturas comerciais nos espaços da Feira Livre.

QUADRO 3: CONDIÇÕES ESTRUTURAIS DOS PONTOS COMERCIAIS

ESPAÇOS	NECESSITAM DE REPAROS	NÃO NECESSITAM DE REPAROS	TOTAL
MERCADO DE PEIXE	37	4	41
MERCADO DE CARNE	32	0	32
FEIRA DO AÇAÍ	56	0	56
FEIRA DA FARINHA	25	25	50
GALPÃO	124	135	259
ÁREA EXTERNA	76	89	165

¹⁷ É considerado neste estudo a definição que entende “ponto comercial” como o espaço de reconhecimento de um negócio pela clientela, devido à localidade em que ele se encontra, podendo este estar cercado por estruturas de madeira e alvenaria ou não.

SETOR DE LANCHONETES	3	36	39
DISPERSOS (MÓVEIS)	29	0	29

Fonte: SEMADRE, março de 2021; Trabalho de campo, maio de 2021.

Percebe-se que, apesar desses espaços comerciais corresponderem à uma infraestrutura que possivelmente tenha menos problemas de construção e maior vida útil, 57% destas necessitam de reformas estruturais urgentes. Destacam-se, principalmente, a soma dos 118 pontos comerciais do mercado de peixe e das feiras do açaí e farinha, que não possuem boxes e estão distribuídos em bancos de cimentos e madeira (imagens 10 e 11), construídos pela prefeitura em 2011, mas que se encontram desgastados e só podem ser reformados mediante a autorização da mesma.

FIGURA 10: ESTRUTURA FÍSICA DO MERCADO DE PEIXE



Fonte: Trabalho de campo, outubro de 2021.

FIGURA 11: ESTRUTURA FÍSICA DA FEIRA DA FARINHA



Fonte: Trabalho de campo, outubro de 2021.

Assim, utilizando-se dos meios que estão ao seu alcance, os feirantes buscam se adequar ao ambiente. No setor de peixes, na tentativa de conservar os alimentos, utilizam cubas de isopor ou caixas de madeira e plástico que ficam muitas vezes no chão e mantendo contato com a sujeira e a água que se acumula no mercado. Ademais, as bancadas encontram-se

quebradas, nada facilitam o armazenamento do pescado e são insuficientes para a demanda de feirantes.

Nos boxes de alvenaria e madeira a precariedade é a mesma, o chão e as paredes possuem sujeira acumulada ou estão deterioradas, como evidenciam as imagens 10 e 11.

FIGURA 12: VENDA DE DOBRADINHAS E OSSOS NO MERCADO DE CARNE



Fonte: Trabalho de campo, outubro de 2021.

FIGURA 13: VENDA DE PORCO DA ÁREA EXTERNA



Fonte: Trabalho de campo, outubro de 2021.

Os registros anteriores exemplificam a precariedade dos espaços que os feirantes desenvolvem suas atividades, ambientes com péssimo estado de conservação e cercados por sujeira, em alguns caos, os alimentos estão dispostos em cima de bancos e bancas de madeira e/ou de papelões (imagens 12 e 13), materiais estes incompatíveis com as orientações oficiais de boas práticas de manipulação de alimentos especificados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), pois a madeira além de atrair insetos e similares, pode transferir substâncias químicas utilizadas para a conservação da mesma.

Apesar do grande número de pontos comerciais que necessitam de reformas, 43% dos 671 pontos analisados possuem condições razoáveis para o desenvolvimento das atividades

comerciais, estes estão localizados principalmente no Galpão, Setor de Lanchonetes e Área Externa (imagem 14).

FIGURA 14: PONTOS COMERCIAL NA ÁREA EXTERNA



Fonte: Toninho Castro, dezembro de 2020.

Nos termos jurídico-institucionais, a regularização e fiscalização da feira é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Econômico, todavia, ficou nítido nos últimos dez anos a despreocupação do Poder Público Municipal para com o ordenamento dos espaços, comprovado pelo recente recadastramento de feirantes uma década após a entrega dos mercados e feiras.

A pesquisa aponta que apenas 28% dos feirantes estão regulamentados, estes estão instalados principalmente no Galpão, na Área Externa e no Setor de Lanchonetes, entretanto, a prefeitura, assim como os feirantes, não possui comprovação desse cadastramento que ocorreu no ano de 2011, a mesma alega que os documentos foram extraviados durante as trocas de governantes. Portanto, há uma grande distância entre aquilo que está previsto em lei e a realidade vivida em muitos desses espaços espalhados pela área central.

O processo de regularização e fiscalização dos espaços da Feira de Cameté ainda é algo bastante complexo, tanto para quem participa ativamente da vida da feira, quanto para quem deveria fiscalizar. Isso se acentua com o fato de que nos últimos dez anos houve uma

grande expansão dos pontos comerciais e de feirantes para além dos limites estabelecidos pela prefeitura. O crescimento desordenado associado à falta de infraestrutura, ordenamento e gestão do espaço criou um ambiente com problemas espaciais e sociais, descritos no subcapítulo a seguir, mas que apesar disso, carrega uma bagagem cultural e identitária que transcende aspectos econômicos e a problemática espacial.

4.2 A GEOGRAFIA DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS NA ORLA DA CIDADE

O que convencionalmente chamamos de orla e popularmente chamamos de “beira”, diz respeito, basicamente, “às faixas de contato da cidade com os cursos fluviais que banham a cidade”, no caso de Cametá, o rio Tocantins, que possui uma importância ainda maior por servir de principal via de circulação para a maior parcela da população local (SANTOS, 2015, p.75). É essa faixa de contato da cidade com rio citado a cima, que chama nossa atenção, por se tratar de fato de uma área de suma importância para a dinâmica existente na cidade de Cametá (imagem 15). É o local onde se percebe o primeiro contato com quem atravessa o rio chegando ou saindo da cidade, é onde está sua área comercial: a feira livre e sua área de influência.

FIGURA 15: ORLA DE CAMETÁ



Fonte: Trabalho de campo, dezembro de 2021.

Esse espaço híbrido, independentemente do nível de crescimento nas últimas décadas, comporta duas áreas de mercado: uma delas representada pela realidade “moderna” e outra marcada por um comércio em pequena escala não moderno, intitulados por Milton Santos,

respectivamente, de “*circuito superior*” e “*circuito inferior*” de economia urbana (SANTOS, 2008, p. 22).

Esses conceitos originaram-se tendo como pano de fundo o período pós Segunda Guerra Mundial e a organização de um novo sistema técnico, o objetivo era compreender o espaço geográfico brasileiro e dos países de “terceiro mundo” diante as transformações advindas com desenvolvimento capitalista. Em vista disso, Milton Santos publica, em meados da década de 1970, o livro intitulado “*O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*” a fim de analisar e interpretar sistematicamente, e não dualista, a evolução econômica, política, espacial e social desses países. De acordo com o geógrafo a forma e a velocidade significativamente relativa com que estes países vivenciaram o processo de modernização tecnológica em relação aos países desenvolvidos foi determinante para a polarização do espaço, da economia e da sociedade em dois circuitos. (SANTOS, 1979a)

Conicionados à divisão territorial do trabalho, estes coexistem no espaço das feiras livres de forma expressiva, modificando sua lógica e reestruturando o espaço urbano. Tais circuitos espelham a maneira pela qual estão organizadas a produção e o consumo dentro das cidades. Além do mais, possibilita localizar e/ou classificar as atividades econômicas de acordo com as principais características de cada circuito. Nesse sentido, é necessária a discussão sobre os circuitos de economia no período atual, procurando fornecer bases às análises tecidas posteriormente, no que se refere à aplicação da teoria dos circuitos de economia urbana à Feira Livre de Cametá.

Antes de adentrarmos nas análises dos circuitos e suas especificidades, é importante ressaltar o que Santos (2008) já advertia na introdução de sua obra: *O Espaço Dividido*, os termos “superior” e “inferior” não expressam, a ideia de superioridade e inferioridade, pois tratam de sistemas de economia urbana que se completam, fato resultante do desenvolvimento capitalista.

O quadro abaixo poderá esclarecer com maior eficiência as características de cada circuito.

QUADRO 4: CARACTERÍSTICAS DOS DOIS CIRCUITOS DE ECONOMIA URBANA DE MILTON SANTOS E A FEIRA LIVRE DE CAMETÁ NA ORLA DE CAMETÁ

CARACTERÍSTICAS	CIRCUITO SUPERIOR	CIRCUITO INFERIOR
TECNOLOGIA	Capital intensivo	Trabalho intensivo
ORGANIZAÇÃO	Burocrática/institucional	Primitiva e elaborada para alguns

CAPITAIS	Importantes: baseados cada vez mais na ciência, na informação e na tecnologia; unindo a tecnologia de informação e o dinheiro	Reduzidos
EMPREGO	Cada vez mais reduzido	Volumoso
ASSALARIADO	Dominante	Não-obrigatório
ESTOQUES	Grande quantidade e/ou alta qualidade (em geral)	Pequena quantidade, qualidade inferior na maioria dos casos
PREÇOS	Fixos e negociáveis	Submetidos à discussão entre comprador e vendedor (<i>haggling</i>)
CRÉDITO	Bancário institucional (público e privado)	Pessoal não-institucional
MARGEM DE LUCROS	Crescente por unidade, importante pelo volume de negócios (exceção produtos de luxo)	Elevada por unidade, mas pequena em relação ao volume de negócios
RELAÇÕES COM A CLIENTELA	Diretas, impessoais e/ou com papéis	Diretas, personalizadas
CUSTOS FIXOS	Cada vez mais importantes	Importantes e desprezíveis; dependendo do negócio
PUBLICIDADE	Cada vez mais necessária	Necessária: faz-se publicidade por meio das redes sociais, rádios, comunicação entre clientes e serviço de som em bicicletas, motos ou em frente ao estabelecimento.
REUTILIZAÇÃO DOS BENS	Quase nula	Frequente
<i>OVERHEAD CAPITAL</i>	Indispensável	Necessário
AJUDA GOVERNAMENTAL	Importante e constante através do papel do Estado	Nula ou quase nula
DEPENDÊNCIA DIRETA DO EXTERIOR	Grande, atividade voltada para o exterior	Reduzida ou quase nula

Fonte: Santos (1979); Trabalho de campo, agosto de 2021.

Elaborado e adaptado por: Mirian C. Carvalho Rodrigues, 2021.

Dito isto, o circuito superior teve sua gênese “diretamente ligada a modernização tecnológica” e o essencial de suas relações acontece fora da cidade ou região que os abrigam, tendo por palco o país ou exterior (SANTOS, 2008, p. 22). As atividades exercidas por esse circuito diferenciam-se entre si de acordo com seu raio de atuação, são os serviços “puros”, “impuros” e “mistos”: as atividades “puras” compreendem a indústria urbana moderna, o

comércio e os serviços modernos, presentes nesse espaço sob a forma de escolas de ensino privado e bancos, os quais apresentam capital intensivo, mão de obra especializada, assalariada e em menor número, sistema modernizado e informatizado que facilita os fluxos de informação e confidencialidade de dados e acessos; os serviços “ímpuros” são aqueles praticados pela indústria de exportação e comércio que se instalam na cidade com o objetivo de se beneficiar das vantagens locacionais, como as empresas de exportação; por fim temos as atividades “mistas”, nas quais os bancos também podem ser classificados, já que movem-se entre as atividades modernas da cidade e do exterior (SANTOS, 2008). Seguem alguns exemplos (imagens 16 e 17):

FIGURA 16: INSTITUTO NOSSA SENHORA AUXILIADORA (INSITUIÇÃO DE ENSINO PRIVADO)



Fonte: Trabalho de campo, dezembro de 2021.

FIGURA 17: ARAPARI NAVEGAÇÕES (AGÊNCIA DE TRANSPORTE)



Fonte: Trabalho de campo, dezembro de 2021.

No espaço, estão presentes sob a forma da Casa Lotérica Trevo da Sorte, Instituto Nossa Senhora Auxiliadora (imagem 16), Banco do Brasil, Consultório Odontológico Sozinho Leite, Drogaria Big Farma, Loja O Boticário, Agência dos Correios, Boa Esperança Navegações e Arapari Navegações (imagem 17) (SANTOS, 2008), caracterizados pela presença de capital intensivo, organização burocrática, uso de tecnologia, mão de obra reduzida, qualificada e assalariada, preços fixos, crédito bancário institucional (devido à possibilidade alta de margem de lucro e volume de negócios), relações impessoais e/ou com papéis com a clientela, muitas vezes recebe incentivos fiscais e creditícios do governo, além de atividades voltadas para o exterior (SANTOS, 2008, p. 74).

A modernização tecnológica assim como gerou “[...] uma crescente disparidade econômica e social” (SANTOS, 1978b [2009b, p. 81]), produziu/produz desigualdade espacial em diversas escalas, isso deve-se ao fato de que “os espaços dos países subdesenvolvidos [...] não são atingidos de modo maciço pelas forças de transformação [...] as forças de modernização impostas do interior ou do exterior são extremamente seletivas em suas formas e efeitos (SANTOS, 1979a, p. 15). Isso resulta em um espaço de contradição e atividades marginalizadas e precárias dentro do circuito inferior de economia urbana.

Este circuito alcança a maior parcela dos espaços das feiras, e é formado por pequenas atividades enraizadas e voltadas à população local, como a comercialização de pescados (como

o mapará, pescada, tambaqui e filhote), caranguejo, camarão, aviú, animais silvestres, farinha de mandioca e açaí, base alimentar dos amazônidas. Trata-se também de um espaço que emana e recebe serviços e produtos principalmente não modernos e atividades comerciais que demandam um capital reduzido, exigindo principalmente que se recorra ao sistema de crédito para manter-se na atividade comercial, mas, para manter o crédito, é indispensável o dinheiro líquido para efetuar o pagamento de pelo menos uma parte da dívida e obtenção de um novo crédito (SANTOS, 2008). Apesar do uso da tecnologia em alguns casos, como o cartão de crédito e *pix*, a maioria dos comerciantes opta pelo dinheiro líquido, como já afirmava Milton Santos (2008, p. 232), “o circuito inferior tem uma verdadeira “fome” de dinheiro líquido”.

FIGURA 18: FEIRA LIVRE: CARREGADOR



Fonte: Toninho Castro, julho de 2020.

FIGURA 19: VENDEDOR AMBULANTE DE LANCHE



Fonte: Toninho Castro, junho de 2020.

Além disso, quando analisamos a tabela 04 e a dinâmica econômica da orla, verificamos que ela comporta um grande contingente de feirantes em trabalhos intensivos e/ou braçais, não assalariados, em um contínuo comércio varejista em que os preços são decididos após a negociação entre o vendedor e o freguês. Nesse circuito estão inseridos os vendedores ambulantes (imagem 19), feirantes, atendentes, mototaxistas, carregadores (imagem 18), escamadores de peixe¹⁸, flanelinhas e lojistas que, em sua maioria, de escolaridade incompleta ou não alfabetizados que encontram no circuito inferior de economia uma forma de sobreviver e alimentar a família. Em suma, são empregos concentrados no setor terciário, podendo compreender o trabalho mal remunerado, temporário e/ou instável (SANTOS, 2008).

Por fim, temos a ausência de políticas públicas que garantam a melhoria de infraestrutura, qualidade e segurança dos seus trabalhadores. Percebe-se que a falta de um plano operacional de gestão do espaço da feira desencadeou um processo de ocupação física desordenada nos espaços comerciais e de circulação, com feirantes sem condições mínimas de infraestrutura, oportunidades adequadas de renda e proteção contra violência, roubos, furtos e acidentes.

¹⁸ Grupo de trabalhadores que se encontram no Mercado de Peixe em Cametá-PA vendendo a força de trabalho, que consiste em escamar, limpar e “quitinhar” (riscar) o peixe antes do consumo.

Portanto, o circuito inferior de economia urbana espelha a maneira na qual está organizada a produção e o consumo na orla da cidade. Compreende um trabalho intensivo, de organização primitiva, capitais reduzidos, emprego de um volumoso contingente populacional não-assalariado, estoques de pequenas quantidades de produtos e de qualidade inferior, com preços submetidos à modificação conforme a discussão entre o vendedor e o comprador por meio de uma relação direta ou personalizada, sem créditos bancários institucionais e com ajuda governamental nula ou quase nula. (SANTOS, 2008)

Para não concluir, há também o que Santos (2008, p. 48) identifica como terceiro circuito de economia urbana, o circuito da “classe marginal”, esse circuito intermediário possui tanto elementos modernizados quanto não modernizados, sobrevive graças aos empregos não-qualificados (os serviços domésticos, pequenos ofícios ou as assistências social e de caridade); muitos, mesmo que com trabalho assalariado e a utilização de tecnologia na forma de pagamento (via cartão de crédito e transferências bancárias), ainda possuem um número de funcionários elevados e fazem uso do crediário, que divide a compra em parcelas registradas em fichas organizadas em suas prateleiras. Podemos citar a Loja Neto Confecções e Calçados, Supermercado Casas Gaia, Loja Exibida Moda, Sapataria Paraibana e Loja Tecidos Cameté, localizados na área de influência da Feira e que ao mesmo tempo que se utilizam os meios técnicos de informação (cartão de crédito, débito e *pix*) e mão de obra assalariada, não exigem qualificação de seus funcionários e ainda fazem uso do crediário.

Assim sendo, diante do que foi exposto, não há dúvida de que os circuitos de economia urbana refletem no padrão de organização socioespacial da orla da cidade. Para além disso, evidencia as formas de (r)existência das populações ribeirinhas frente à realidade atual, algo que trataremos no subcapítulo a seguir.

4.3 A ECONOMIA DAS TROCAS SIMBÓLICAS NA FEIRA DE CAMETÁ

A estrutura organizacional do circuito inferior desloca o nosso olhar tanto para as relações de trabalho quanto para as relações de trocas simbólicas, que confere um caráter de proximidade entre fregueses e feirantes, frequentemente íntimo e direto, que em muitas situações transcende as relações econômicas, se desdobrando em relações socioafetivas, típicas do lugar. Diante disso, a feira constitui-se em um local de reciprocidade, pois as trocas que ocorrem entre feirante-feirante, feirante-freguês e freguês-freguês se fundamentam nas afinidades, nos laços de amizade e nos vínculos familiares e afetivos.

Essas trocas enredadas na feira são simbolizadas por uma multiplicidade de gestos, atos, movimentos, palavras, discursos, olhares e toques dos sujeitos sociais que frequentam esse

espaço e refletem “a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade”, ou seja, “os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas” (RAFFESTIN, 1993, p. 158).

Fato este constatado na pesquisa durante o trabalho de campo, quando se percebeu que a relação de troca entre os consumidores dava-se, em alguns casos, sem o ato da compra, ou seja, muitos fregueses frequentam a Feira Livre de Cameté “simplesmente” para realizar encontros com conhecidos, familiares e amigos, conversas informais e passeios, nos quais se tratavam dos mais variados assuntos.

Segundo os entrevistados, o conteúdo do que é compartilhado varia:

A gente fala da palavra de Deus, igreja, fofoca (risos) (ENTREVISTA M. A. G., 2021).

Meu cabelo tá caindo muito por causa da COVID, aí encontrei a irmã da Deus e Amor lá no Mercado da Farinha e ela me disse que a babosa com mel fez parar de cair o dela [...]. A R. F. (filha) odeia ir comigo, ela diz que eu pareço político (ENTREVISTADA M. R. F., 2021).

Futebol, o “dolico” (apelido) some quando o Paysandu perde, porque é só encarnação (ENTREVISTADO J. P., 2021).

[...] fala de violência também, ontem mesmo o “pexinho” contô caso dos pirata que tavam metendo assalto na Ilha Grande e a polícia pego na estrada o Juaba (ENTREVISTADO R. G. S., 2021)

Neste sentido, a pesquisa de campo nos fez inferir que a Feira Livre de Cameté compreende o espaço de grande circulação de conhecimentos, muitas vezes coletados nos locais de origem ou nas redes sociais, mas que são compartilhadas oralmente entre os seus frequentadores. Desde assuntos religiosos, receitas caseiras, culinária, política, futebol, até conteúdos policiais, a feira livre, portanto, trata-se de um centro de informação que deixa quem adentra a esse espaço ciente dos acontecimentos atuais.

Essa sociabilidade entre os sujeitos os aproxima, criando em muitos casos um sentimento de confiabilidade entre os mesmos, identificado quando a entrevistada T. B. C. deixava seu ponto comercial sobre a responsabilidade de outra feirante para ir comprar alimento na Feira do Açaí (ambas comerciantes de produtos medicinais caseiros) ou quando um freguês dirige-se a bancas/pontos comerciais específicos ao encontro de feirantes-vendedores, com os quais, ao longo do tempo de idas à feira, construíram relações de amizade, passando da comercialização de peixes a relações de sociabilidade que permite (imagem 20).

FIGURA 20: FEIRA LIVRE: RELAÇÕES DE AFETIVIDADE E SOCIABILIDADE NO MERCADO DE PEIXE



Fonte: Trabalho de campo, outubro de 2021.

Essa relação de afetividade construída entre os agentes do espaço é resultante, em parte, das conversas e negociações que estabelecem na hora da compra, na propaganda verbal feita pelos feirantes no ato de oferecer os produtos e do toque, quando o consumidor tende a “testar” /provar os produtos, o que acontece muito no mercado da farinha. Tais relações, quando comparadas às desenvolvidas em um supermercado que faz parte do circuito superior de economia, à exemplo, Casas Gaia, se distanciam das estabelecidas na feira livre, ainda mais com o avanço do sistema informacional.

Infere-se, assim, que a escolha de uma farinha, um pescado, um açaí ou uma hortaliça não se dá apenas pelo valor ou qualidade do produto, mas pelas relações que se estabelecem entre vendedores e fregueses, ocorrendo, além das trocas materiais, troca de palavras, troca de receitas, troca de informações e troca de afetos, que culminam em valores mais baixos dos produtos ou na aquisição de uma maior quantidade deste. Tudo influenciado pela amizade e confiabilidade construída entre aquele feirante e o freguês ao longo do tempo.

Quando indagados sobre a preferência pela Feira Livre em detrimento aos supermercados locais, todos os fregueses entrevistados (totalizando 10 fregueses) alegaram que

a flexibilidade dos preços na feira, produto das relações personalizadas com a clientela e a “amizade” com o vendedor, são fatores que os fizeram migrar para este espaço. Além disso, 70% destes afirmam que já possuem feirantes específicos para realizar suas compras, como é o caso de M. A. G. consumidora há 20 anos da farinha de “seu L. G.”, com quem mantém também uma relação de amizade (Trabalho de campo, 2021).

Este fato ratifica as afirmações anteriores, a Feira Livre de Cametá possui como vetores de realização as relações econômicas e de trocas simbólicas entre consumidores e vendedores (MAUSS, 1974) (SAHLINS, 1979) (LÉVI-STRAUSS, 1974). Na feira livre essas trocas se fazem presente desde a sua origem, tornando-a um local, “além de fornecedor de mercadorias para os consumidores, [...] também de distração e divertimento”, transformando-a em um “lugar de encontros, de festas, de liberdade, de acordos, de contratos e de negócios” (CLEPS, 2004, p. 120; 122), configurando em um local de diversas racionalidades.

Por meio das interações entre feirantes e fregueses, são acionadas formas simbólicas de comunicação, uma delas presente em suas práticas orais, estabelecendo articulações entre si, assim como com seus fregueses, demonstradas nas piadas, brincadeira, gracejos e jocosidades (LANGDON, 1999). Para melhor exemplificar a economia das trocas simbólicas na Feira Livre de Cametá, reproduziremos nossas percepções na feira, compondo uma interpretação do que observamos, ouvimos e vivenciamos, destacando um feirante que nos chamou atenção e identificando na sua prática as trocas imateriais.

No dia 06 de janeiro de 2020 iniciamos a primeira fase do trabalho de campo, a fim de observar o espaço estudado com o intuito de registrar no diário de campo as nossas impressões sobre as relações estabelecidas dentro do espaço da Feira Livre de Cametá. Ao percorrer os corredores de bancas, feiras e mercados, entre o fluxo de pessoas e sons variados que se misturavam no ar, identificamos um sujeito peculiar conversando com uma freguesa e com um tom de voz intenso e audível a quem lhe atentava, compartilhava uma receita de preparo para o pescado vendia, este atendia pelo codinome de “Jango”.

FIGURA 21: TROCA SIMBÓLICA ENTRE FEIRANTE E FREGUÊS DO MERCADO DE PEIXE



Fonte: Trabalho de campo, outubro de 2021.

Trata-se de um vendedor de pescado com 41 anos idade que reside na área urbana de Cametá, Bairro Novo. Este comerciante local é feirante há 12 anos e de segunda a sábado desloca-se bem cedo em sua motocicleta até a feira, trajado de short leve, camiseta de seu time do coração (São Paulo) e sandália, a fim de comprar pescado para revender. No dia da foto, uma segunda feira, Jango chega com um sorriso no rosto e debochando nos colegas de trabalho de times rivais, devido à vitória são-paulina no domingo. Mais tarde, brincando com um e com outro, inventa promoções e exalta a mercadoria “fresquinha”, “gorda” e “dá maré”, comunicando-se com as palavras e com o corpo, por meio de atitudes, movimentos e jocosidades.

Neste dia ficamos cerca de uma hora a observa-lo e, ainda com um intenso ritmo de trabalho, o feirante encontrou tempo para conversar com a freguesa (imagem 21) enquanto

realizava a limpeza do pescado. Durante a prosa, estes trocaram receitas e sugestões de preparo como “um assado no quitin e de barriga cheira” e um “cozido no maxixe, pra dar sustância nessa gripe”. Percebe-se que, sempre acompanhada das trocas materiais, estão as trocas imateriais, presentes nas sugestões de preparo e consumo, pois, além de serem partilhadas oralmente, são traços da cultura ribeirinha amazônica herdada pelas sociedades indígenas que ocuparam esses espaços durante séculos e que são repassadas de feirantes para fregueses e vice-versa.

Portanto, as relações econômicas também são relações culturais, pois tratam-se de espaços simbólicos carregados de significados políticos, religiosos, étnicos que conformam aspectos do passado e presente, dotando-os de singularidades simbólicas e, portanto, distinguindo-os dos demais (CORRÊA, 2012).

5 ANÁLISE DAS TERRITORIALIDADES PARA SE COMPREENDER AS (TRANS)TERRITORIALIDADES NA FEIRA DE CAMETÁ

O território constitui-se em fonte de recursos e meios materiais de existência e a territorialidade agrega marcas da ligação com o ambiente onde se vive e trabalha. Portanto, o objetivo deste capítulo é fazer uma análise dos sujeitos territoriais que compõem o espaço da Feira Livre de Cametá para compreenderem as formas transterritoriais que estes produzem e como ela se expressa no ambiente estudado.

Para isso, estruturou-se três subcapítulos: o primeiro, intitulado “Os sujeitos territoriais: da dominação político-econômica à apropriação simbólico-cultural”, aborda o freguês, o feirante e o estado, fazendo um perfil socioeconômico de cada um deles e sua relação com a feira livre; o segundo, denominado “As múltiplas territorialidades na construção das transterritorialidades em Cametá”, faz uma análise de três mundo identitários nos quais camponeses, urbanos e ribeirinhos estão inseridos; e, finalmente, no nosso último tópico, voltado para o estudo da “Construção das transterritorialidades na feira livre de Cametá”, cuja finalidade é mostrar a origem dos fluxos migratórios até a Feira Livre e as transterritorialidades produzidas a partir desse movimento.

Dessa forma, buscou-se estruturar a pesquisa a fim de esclarecer as questões iniciais, debruçadas em como as territorialidades manifestam-se dentro do ambiente da Feira Livre de Cametá e produzem uma identidade transterritorial peculiar a esse espaço.

5.1 OS SUJEITOS TERRITORIAIS: DA DOMINAÇÃO POLÍTICO-ECONÔMICA À APROPRIAÇÃO SIMBÓLICO-CULTURAL

A produção de territorialidades e territórios está condicionada à atuação de sujeitos sociais sobre o espaço, estes sujeitos, por meio das relações sociais estabelecidas entre si e suas formas de apropriação e uso do espaço, produzem territórios. Tem-se, portanto, o importante papel do homem ou grupo social na constituição do sentido do território, podendo estes serem moradores dos territórios em questão ou sujeitos externos, seja pela população em geral ou uma parcela dela, seja por empresários ou até mesmo o Estado (CORRÊA, 2012). Compreendem “agentes modeladores” da dimensão material e do plano simbólico, em outras palavras, a existência de territórios econômicos, políticos e simbólicos dentro da Feira Livre de Cametá só é possível devido à atuação de três sujeitos territoriais: a *Prefeitura Municipal de Cametá*, *feirantes* e *fregueses*, responsáveis por produzir uma “representação social [ou sócio-espacial] de si mesmos”. (SOUZA; TEIXEIRA, 2009, p. 32).

A *Prefeitura Municipal de Cametá* (Estado), por meio da SEMADRE, é responsável pela gestão do espaço da Feira Livre de Cametá. Atualmente, este órgão tem desenvolvido pesquisas exploratórias a fim de compreender como está estruturada a Feira Livre, o objetivo é criar um novo plano de revitalização desse espaço. O ponto de partida foi o recadastramento de feirantes realizado em março de 2021, no qual buscou-se identificar o número de feirantes cadastrados e de pontos comerciais, as condições estruturais, de identificação e regulamentação desses pontos e seu reconhecimento de posse. Entretanto, apenas 520 feirantes foram entrevistados, um número inferior à totalidade de pontos comerciais concernente à área que denominamos de Feira Livre, todavia, relevante para que se possa pensar em um plano de operacionalização e gestão para este espaço.

Esse diagnóstico prévio permitiu que o órgão responsável pela gestão do espaço criasse um Plano Operacional e de Revitalização da Feira livre do Distrito Sede de Cametá, datado para desenvolver-se no espaço de tempo entre 2021 e 2024. De acordo com o vice-prefeito municipal, Ênio de Carvalho (2021), o objetivo é “melhorar a acessibilidade, segurança, condições sanitárias, ofertas de créditos, incentivo e valorização turística”.

Portanto, estão nos planos da SEMADRE: revitalizar ruas e calçadas, conforme padrões técnicos de segurança e acessibilidade; construir um novo bloco para alocação dos feirantes (fixos e ambulantes) localizados na Rua Ângelo Corrêa e demais áreas desordenadas; reestabelecer a plena acessibilidade e saneamento básico à Rua Ângelo Corrêa, por meio de uma rede de drenagem pluvial no perímetro entre rua Frei Cristóvão de Lisboa e a beira do rio Tocantins; reformar o Mercado de Carne e de Peixe; oferecer linha de crédito específica para feirantes; realizar ciclos de capacitação com feirantes em diversas áreas; organizar o uso dos

boxes já construídos, de modo combater a subutilização e evitar a difusão e desorganização da feira-livre; incentivar o turismo gastronômico; implantar a “Central de Segurança”, com sistema de câmeras e orientação sonora por meio de caixas de som; implementar em toda a feira livre o Sistema Prevenção e Combate a Incêndio, além de realizar formações de primeiros socorros; realização quinzenal de atendimento nas áreas de Assistência Social e Saúde aos feirantes; a implementação do Dia do Feirante; criar o Centro Administrativo Multiprofissional da Feira Livre contendo uma ouvidoria; criar uma feira livre no bairro da Nova Cameté, periferia do município; manutenção e implementação de nova iluminação pública; e realizar a cada semestre ciclos de capacitações com os servidores da Feira Livre (ENTREVISTADO, VICE-PREFEITO MUNICIPAL, 2021).

Com base nisso, não podemos negar a maior participação da Prefeitura Municipal no espaço estudado, todavia, a teoria muito se distancia da prática e esta caminha a passos lentos, além disso, uma única pesquisa não é suficiente para se conhecer a realidade dos feirantes que cotidianamente transportam-se para esse espaço em busca do seu sustento. Porquanto, essa mobilização, apesar de não acentuada, já está modificando a dinâmica territorial e gerando conflitos entre feirantes e os órgãos municipais, já que os comerciantes temem ser desalocados de seus pontos atuais para áreas mais distantes ou perderam os mesmos, já que em alguns casos um único feirante detém mais de um ponto comercial.

Os outros sujeitos territoriais, talvez os mais importantes, embora possuam traços semelhantes muito se distinguem. Os *feirantes* são aqueles que de formas “convencionais” (ANJOS; GODOY; CALDAS, 2005) ou “tradicionalistas” (JESUS, 1992) comercializam produtos. Estes podem ser divididos em dois grupos: os feirantes “produtores”, que são aqueles que produzem a mercadoria que vendem, ou a maior parte dela (GODOY, 2005; ANJOS; GODOY; CALDAS, 2005; RIBEIRO, 2007; VALENÇA, 2016); e os feirantes “comerciantes”, “intermediários”, “mercadores” (VALENÇA, 2016), que equivalem àqueles que compram e revendem produtos.

Estes ocupam todos os espaços da Feira Livre de Cameté desenvolvendo as mais diversas funções, como carregadores, vendedores ambulantes, atendentes, mototaxistas, escamadores de peixe, flanelinhas e açougueiros.

QUADRO 5: DISTRIBUIÇÃO DE FEIRANTES POR ATIVIDADE DESENVOLVIDAS NOS ESPAÇOS DA FEIRA LIVRE DE CAMETÁ

FEIRANTES	TIPOS DE FEIRANTES	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	ESPAÇOS DA FEIRA
-----------	--------------------	--------------------------	------------------

J. P.	Comerciante	Carregador	Mercado de Peixe
T. B. C.	Intermediário	Vendedora de remédios caseiros e especiarias	Área Externa
L. G.	Produtor	Vendedor de farinha	Feira da Farinha
R. G. S.	Intermediário	Açougueiro	Mercado de Carne
R. M. P.	Produtor	Vendedor de peixe	Mercado de Peixe
M. C. G.	Intermediário	Vendedora de importados	Setor de Lanchonetes
R. P.	Comerciante	Escamador de peixe	Feira do Açaí
F. S.	Produtor	Vendedor de açaí	Feira do Açaí
M. A. D.	Produtor	Vendedor ambulante (móvel)	Área Externa
M. N. F.	Produtor	Vendedora de farinha e derivados da mandioca	Galpão

Fonte: Godoy (2005); Anjos; Godoy; Caldas (2005); Ribeiro (2007); Valença (2016); Trabalho de campo, agosto de 2021.

Elaborado e adaptado por: Mirian C. Carvalho Rodrigues, 2021.

O trabalho de campo nos possibilitou entrevistar dez desses feirantes, cinco deles produtores e cinco intermediários e/ou comerciantes, estes estavam dispersos sobre o espaço da feira, a entrevista se deu conforme a disponibilidade de cada feirante para com a entrevista.

No que tange aos produtores, tratam-se de trabalhadores que provenientes de distritos, vilas, vicinais, rodovias e comunidades quilombolas, que percorrem longas distancias de ônibus ou barcos até a feira de Cametá a fim de revender seus produtos, estes são produtores de queijo, farinha de mandioca, tucupi e tapioca e extrativistas de açaí e pescado. Quanto aos intermediários e comerciantes, apesar de Godoy (2005), Caldas (2005) e Ribeiro (2007) utilizarem os termos como sinônimos, buscamos diferenciá-los entre si, assim, empregamos intermediário para designar o feirante que compra a matéria prima ou produto industrializado para revenda, como é o caso da vendedora de remédios caseiros, açougueiro e vendedora de importados; quanto ao feirante-comerciante, diferente do intermediário, por ser um termo mais

abrangente, incorpora também aqueles que vendem a sua força de trabalho dentro da Feira Livre, como o carregador e o escamador de peixes.

Quando analisado o perfil socioeconômico desse volumoso contingente de trabalhadores, não há dúvidas que ele reflete o circuito de economia em que estão inseridos, pois não possuem qualificação profissional, do ponto de vista da educação convencional, uma vez que a maior parte deles não concluiu o Ensino Fundamental (E. F.).

QUADRO 6: FEIRA LIVRE DE CAMETÁ: GRAU DE ESCOLARIDADE DOS FEIRANTES

GRAU DE ESCOLARIDADE	Nº DE FEIRANTES	%
NÃO ALFABETIZADO	4	40%
E. F. INCOMPLETO	2	20%
E. F. COMPLETO	3	30%
E. MÉDIO INCOMPLETO	0	0%
E. MÉDIO COMPLETO	1	10%
ENSINO SUPERIOR	0	0%
TOTAL	10	100%

Fonte: Trabalho de campo, outubro de 2021.

Como podemos perceber na tabela 06, a maioria dos feirantes da Feira Livre de Cametá, 40%, não possui nenhum tipo de alfabetização, um deles, o senhor J. M. P (carregador), não detém registro ou documento algum, portanto, sua existência é desconhecida para o Estado brasileiro. Os outros 60% cursaram o ensino fundamental, porém 20% destes não completaram e apenas um feirante cursou o ensino médio completo, isso significa que nenhum deles cursou o ensino superior.

Consultados sobre o fato de não terem iniciado, continuado e/ou concluído os estudos, constatamos que há uma resistência por parte de alguns dos entrevistados sobre o processo educacional em vigor, enquanto outros apontam a falta de oportunidade. Deste modo, é comum ouvir os seguintes discursos em relação à escolarização:

1) “Dá pra ganhar dinheiro sem quebrar cabeça estudando” (ENTREVISTADO R.G.S., 2021), o que evidencia que em muitos casos alguns feirantes encontram-se acomodados em sua situação atual, o que seria um equívoco, pois a educação não visa apenas a prática profissional, mas leva o educando à uma autonomia crítica do espaço e da sociedade em que estão inseridos (FREIRE, 2006).

2) O segundo discurso, repetido por 90% dos entrevistados, diz respeito a falta de oportunidades: em muitos casos, os feirantes desde muito cedo trabalhavam com os pais “na roça”, ajudando no plantio, colheita e comercialização de produtos que garantiam o alimento na mesa; em outros casos, estes residiam nas ilhas, estradas e vicinais, locais onde não haviam escolas, portanto, estudar demandava o deslocamento e dinheiro, ou viver em casas de desconhecidos ou parentes, o que nem sempre era possível. Assim, muitos nem sequer iniciaram os estudos, ou tiveram que abandonar para se dedicar ao trabalho cotidiano para o sustento da família.

Essas informações contribuíram para o mapeamento do nível de escolarização dos feirantes, o que nos levou a perceber o que Santos já afirmava em 1979 acerca do baixo nível de escolarização e/ou profissionalização dos trabalhadores que fazem parte do circuito inferior, representado neste estudo pelos feirantes. Todavia, a presença de um grande contingente de trabalhadores sem qualificação, entrevistados durante a pesquisa, não exclui desse espaço profissionais capacitados que, devido ao desemprego nas áreas em que são especializados, se veem obrigados a aceitar empregos menos remunerados (SANTOS, 2009) e precários (STANDING, 2013).

Eis a importância da Feira Livre no rol da economia urbana, em que a faixa etária e o gênero dos sujeitos envolvidos são diversos (tabela 07).

QUADRO 7: FEIRA LIVRE DE CAMETÁ: DISTRIBUIÇÃO DOS FEIRANTES PESQUISADOS POR GRUPO DE IDADE E GÊNERO, 2021

GRUPOS DE IDADE	Nº DE FEIRANTES	%	GÊNERO			
			MAS.	%	FEM.	%
30 35	2	20%	1	10%	1	10%
35 40	0	0%	0	0%	0	0%
40 45	2	20%	0	0%	2	20%
45 50	2	20%	2	20%	0	0%
50 55	2	20%	2	20%	0	0%
55 60	2	20%	2	20%	0	0%
TOTAL	10	100%	7	70%	3	30%

Fonte: Trabalho de campo, outubro de 2021.

Os feirantes entrevistados variam dos trinta a sessenta anos, dos quais 70% são do gênero masculino, entre a faixa etária dos 46 a 60 (60% destes), e 30% do feminino,

concentrados na faixa dos 40 a 45 (20% destes) e 30 a 35 (10%). Assim, percebe-se que a feira congrega um grupo de trabalhadores diversos em idade e gênero, mas, em sua maioria, homens acima dos 30 que tem o circuito inferior da feira como destino já que não conseguem se inserir no circuito superior.

Apesar das mulheres corresponderam a um número reduzido em relação aos homens, representam muitas mulheres fortes que adentram no mercado de trabalho e, como afirma Valkiria Trindade de Almeida Santos (2009, p. 91), “muitas vezes, assume o papel de responsável pela busca de provisões [...]”.

Nesse espaço do cotidiano e da “vida de cada dia” (KOSIK, 1995, p. 91), homens e mulheres feirantes deslocam-se de segunda a sábado para comercializar seus produtos, muitos há mais de duas décadas (tabela 08).

QUADRO 8: FEIRA LIVRE DE CAMETÁ: FEIRANTES POR INTERVALO DE TEMPO DE INÍCIO DA ATIVIDADE, 2021

INÍCIO DA ATIVIDADE	FEIRANTE (%)
1980 ----1985	20%
1985 ----1990	-
1990 ----1995	10%
1995 ----2000	10%
2000 ----2005	10%
2005 ----2010	20%
1010 ----2015	30%
2015 ----2020	-
2020 ----2021	-
TOTAL	100%

Fonte: Trabalho de campo, outubro de 2021.

Quando indagados sobre o tempo de atividade na feira, identificamos que os entrevistados iniciaram suas atividades em 1980: dois dos entrevistados, de 39 e 41, trabalham na feira desde 1982, isso significa que estes fazem esse percurso até o trabalho há 39 anos. Todavia, a maior parcela dos feirantes observados ingressou no ambiente somente a partir de 1990, são homens e mulheres entre os 33 e 60 anos que migraram das áreas rurais e ribeirinhas para a cidade com o intuito de garantir, por meio do trabalho, a sobrevivência dos filhos, oportunidades de estudos e/ou sua subsistência.

Os *fregueses*, nossos últimos sujeitos produtores de territorialidades e territórios na Feira Livre de Cameté, são tão importantes quanto os demais. Devido ao processo de globalização da economia, marcado pela mundialização dos espaços, iniciado com as grandes navegações no século XV e XVI, que contribuiu para a disseminação do capitalismo em escala mundial, produzindo uma *sociedade de consumo* (BAUDRILLARD, 1995) que cresceu de forma acelerada com as inovações tecnológicas da Revolução Industrial (DEANE, 1969) e após Segunda Guerra Mundial, destacou ainda mais esse importante personagem do cotidiano.

Nesse espaço globalizado, condicionado pelo meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1996 [2009c]), o freguês é integrante de uma sociedade de consumo cuja as relações se dão mediadas pela mercadoria (TOURAINÉ, 1995) e pelos sinais, signos e imagens (LEFEBVRE, 1991) produzidas na vida de homens e mulheres a partir da combinação dessas relações. Segundo Lefebvre (1991, p. 64), não se consome apenas um objeto em si, mas a carga de valores e significados que estes objetos carregam, portanto, “não é o consumidor nem tão pouco o objeto consumido que tem importância nesse mercado de imagens, é a representação do consumidor e do ato de consumir, transformado em arte de consumir”.

Diante disso, procura-se discutir o perfil desse consumidor, o que não é uma tarefa simples, “é algo complexo e instigante e que, toda tentativa de delinear seus traços essenciais é sempre incompleta” (GODOY, 2005, p. 132), assim sendo, buscamos identificar suas características mais importantes.

A observação e análise do perfil socioeconômico dos *fregueses* aponta para a diversidade, consistem em indivíduos de poder aquisitivo diferenciado, assim como suas motivações para ir à feira. Existem os que frequentam a fim de fazer a compra da semana ou até mesmo do dia, pois identificou-se o hábito de não se comprar os alimentos em grande quantidade de modo que possam estocar, portanto, *fregueses* costumam frequentar a feira diariamente; outros vão para passear, “bater papo”, reencontrar amigos e familiares que muitas vezes estão de passagem e a proximidade com os portos e pontos de ônibus permite essa facilidade de contato; há também os que vão para flertar, namorar, combinar encontros; e, comumente, existem aqueles que vão para analisar e comparar preços, como é o caso da M. R. F. (44 anos), moradora do bairro do Trigueiro, que também tem crédito no supermercado, mas que agora tem preferência pela feira, já que “é mais barato, tem verdura fresquinha e um mapará da maré”.

Quanto à faixa etária e gênero, encontramos as seguintes informações (tabela 09):

QUADRO 9: FEIRA LIVRE DE CAMETÁ: DISTRIBUIÇÃO DOS FREGUESES PESQUISADOS POR GRUPO DE IDADE E GÊNERO, 2021

GRUPOS DE IDADE	Nº DE FEIRANTES	%	GÊNERO			
			MAS.	%	FEM.	%
20 25	1	1%	1	10%	0	0%
25 30	2	20%	0	0%	2	20%
30 35	1	10%	0	0%	1	10%
35 40	0	0%	0	0%	0	0%
40 45	1	10%	0	0%	1	10%
45 50	1	10%	0	0%	1	10%
50 55	0	0%	0	0%	0	0%
55 60	1	10%	1	10%	0	0%
60 65	0	0%	0	0%	0	0%
65 70	1	10%	1	10%	0	0%
70 75	0	0%	0	0%	0	0%
75 80	1	10%	0	0%	1	10%
80 85	0	0%	0	0%	0	0%
85 90	1	10%	1	10%	0	0%
TOTAL	10	100%	4	40%	6	60%

Fonte: Trabalho de campo, outubro de 2021.

Assim, identificou-se uma diversidade de frequentadores das mais variadas idades, distribuídos entre 20 e 86 anos. Do total de entrevistados, 60% são do gênero feminino, concentrados entre as faixas etárias de 25 a 50 anos, enquanto 40% destes são do gênero masculino, jovens e idosos. Dentre estes, percebe-se a maior frequência de mulheres dentro dos espaços, principalmente nas primeiras horas do dia, entre 6h30min e 10h, o que nos levou a concluir que, quando se trata de fazer feira em Cametá, o gênero feminino possui o hábito de frequentar mais vezes o ambiente e fazer as compras de casa.

Indagadas pela preferência de horário, a resposta que obtivemos é que se trata de um melhor horário para se conseguir os “produtos fresquinhos” (ENTREVISTADA S. V., 2021) ou “venho cedo pra deixar tudo pronto antes de ir trabalhar” (ENTREVISTADA M. R. F., 2021). Portanto, a fim de nos aprofundarmos sobre o perfil desses fregueses, no que tange às suas profissões, indagamos a respeito do grau de escolaridade dos entrevistados e organizamos na tabela 10 a seguir.

QUADRO 10: FEIRA LIVRE DE CAMETÁ: GRAU DE ESCOLARIDADE DOS FREGUESES

GRAU DE ESCOLARIDADE	Nº DE FREGUESES	%
NÃO ALFABETIZADO	3	30%
E. F. INCOMPLETO	1	10%
E. F. COMPLETO	1	10%
E. MÉDIO INCOMPLETO	0	0%
E. MÉDIO COMPLETO	3	30%
ENSINO SUPERIOR	2	20%
TOTAL	10	100%

Fonte: Trabalho de campo, outubro de 2021.

As entrevistas permitiram identificar três fregueses que nunca frequentaram uma escola e não sabem assinar o nome, apesar de serem muito bons em calcular preços e dinheiro, estes possuem 58, 77 e 86 anos e não tiveram oportunidades de estudar, pois trabalharam muito cedo na prática da agricultura (cultivo da mandioca), extrativismo (peixe e açaí) comércio (venda de doces, peixe, açaí e farinha) a fim de ajudar na garantia do sustento de casa, fator que influenciou 10% dos entrevistados a evadir da escola ainda no ensino fundamental e outros 10% não iniciarem o ensino médio. Consequentemente, a falta de escolaridade levou-os a ocupar trabalhos com baixa remuneração, longas jornadas e ausência de direitos trabalhistas, ou seja, trabalhos precários (STANDING, 2013), como agricultor, pescador e vendedor ambulante, ou dependente única e exclusivamente da aposentadoria.

Dos 10 entrevistados, 50% concluiu o ensino médio e apenas 20% destes o ensino superior, no entanto, a falta de oportunidades de emprego no município, em que a fonte de renda da maioria das famílias são os trabalhos gerados pela prefeitura, programas de assistência do governo e a feira livre, levaram 30% destes a buscar outras alternativas de renda, como o vendedor, lavrador, agente de serviços gerais, autônomo e empresária.

Depreende-se, novamente, que, assim como a idade e o gênero, que temos frequentadores de todos os níveis de escolaridade e diversas ocupações no mercado de trabalho, apesar da maioria ainda possuir uma ocupação de baixa remuneração. A Feira Livre é um espaço da diversidade, onde pessoas das mais distintas classes sociais e níveis intelectuais se encontram e realizam trocas materiais e imateriais, todos os dias ou uma vez por mês ou por semana (tabela 11).

QUADRO 11: DISTRIBUIÇÃO DE FREGUESES SEGUNDO A FREQUENCIA EM FAZER FEIRA

FREQUENCIA EM FAZER FEIRA	FEIRANTE (%)
1 VEZ POR SEMANA	30%
2 VEZES POR SEMANA	10%
3 VEZES POR SEMANA	20%
4 VEZES POR SEMANA	10%
5 VEZES POR SEMANA	10%
1 VEZ A CADA DUAS SEMANAS	10%
1 VEZ POR MÊS	10%
TOTAL	100%

Fonte: Trabalho de campo, outubro de 2021.

O trabalho de campo evidenciou que fazer feira é uma prática cultural do cametaense, ratificada em partes pela tabela 10, demonstrando que 80% dos fregueses frequentam o ambiente da Feira Livre no mínimo uma vez por semana. Tal prática, no caso da entrevistada M. A. P. (77 anos), repete-se há 40 anos e, segundo a mesma, segue até não conseguir mais se locomover. Os outros 20% em que não há tanta frequência, são fregueses que residem em localidades distantes, como os das cidades de Mocajuba que vem em busca de serviços do circuito superior e acabam por fazer feira, e idosos, principalmente moradores das ilhas, que se deslocam uma vez por mês para receber o benefício social e fazer a compra do mês.

Em suma, quanto ao perfil socioeconômico dos agentes produtores do espaço da Feira Livre de Cametá, temos uma pluralidade de pessoas que, ao se apropriarem do espaço, mantem relações entre si e produzem territórios: territórios políticos, econômicos, sociais e simbólicos que refletem o modo de ser e viver daqueles que os produzem.

5.2 AS MÚLTIPLAS TERRITORIALIDADES NA CONSTRUÇÃO DAS TRANSTERRITORIALIDADES EM CAMETÁ

Em sociedades distintas o homem está/produz/é/percebe o território, envolvendo-se em questões e relações sociais materiais e imateriais, assim sendo, a Feira Livre, nada mais é, do que produto de um conjunto de territórios e territorialidades que surgem a partir das formas de apropriação econômica, política e cultural do espaço, pelos sujeitos sociais que o territorializam (SAQUET, 2003, p.28). Dessa forma, só é possível identificar as territorialidades produzidas na Feira Livre de Cametá, compreendendo a identidade, territorialidade e os territórios dos sujeitos que a utilizam.

A fim de analisa-los, amparados pelo trabalho de campo, identificados três grupos identitários dos quais os sujeitos entrevistados (fregueses e feirantes) compõem: o *camponês*, o *ribeirinho* e o *urbano*. Essa categorização permitiu compreender as lógicas relacionais e espaciais presentes na feira, pois o indivíduo agrega marcas de ligação da feira e do ambiente onde vive.

No que tange ao rural cametaense e seu grupo identitário, *camponês*, este “não vêm de qualquer herança pré-colonial, não têm nenhum passado glorioso para invocar” (HARRIS, 2006, p. 83) e tem sua origem como produto direto da economia colonial, sendo fornecedor de alimentos e produtos baratos controlados por uma escravidão por dívida e que só sai do anonimato após a revolta da Cabanagem. Seus espaços são áreas ocupadas por mais de 48.000 habitantes (IBGE, 2021), muitos deles são pequenos proprietários que desenvolvem a agricultura familiar ou de organizações coletivas, como é o caso da Associação Agroextrativista dos Moradores do Ajó (AMA), cooperativa coordenada por um grupo de mulheres e ligada à igreja católica, onde prevalece a o cultivo de plantas e a criação de animais.

Na maioria dos casos são agricultores, voltam-se principalmente ao cultivo de mandioca, pimenta do reino, frutas, hortaliças e plantas medicinais. Especificamente, são nas áreas quilombolas de Tomázia, Taxizal, Itapocu, Mola, Bonfim, Frade, Liberdade, Juaba, Matias, Porto Alegre (imagem 22) e Porto Grande que se concentram grande parte da produção de mandioca e seus derivados (imagem 23), estes camponeses produzem farinha, tapioca e tucupi utilizando-se em seu preparo dos saberes repassados por seus ancestrais e, portanto, adquiridos há séculos por meio do contato com indígenas, o que não deixa de demandar muito sacrifício e tempo em seu processamento.

FIGURA 22: COMUNIDADE QUILOMBOLA DO PORTO ALEGRE



Fonte: Hilton Lucas Gonçalves Durão, 2022.

FIGURA 23: ETAPA DE PRODUÇÃO DE FARINHA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO PORTO ALEGRE



Fonte: Hilton Lucas Gonçalves Durão, 2021.

FIGURA 24: PRODUÇÃO DA FARINHA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO PORTO ALEGRE



Fonte: Hilton Lucas Gonçalves Durão, 2022.

O Assentamento Quilombola do Porto Alegre é o mais conhecido e organizado da região, essa comunidade voltou-se para a agricultura em forma de cooperativa familiar, cultivando principalmente a cultura da mandioca, para a produção de farinha e outros derivados. O volume de sua produção é considerável, abastecendo sua localidade e a feira livre do município.

Nesses e nos demais espaços destaca-se também o plantio de frutas, como a pupunha, o ipê, o coco, a banana, o bacuri, açaí e cupuaçu, muitas vezes transformados em polpas, doces e geleias; hortaliças e óleos, como o jambu, cebolinha, cheiro verde, óleo de andiroba e óleo de copaíba, seja para consumo alimentar e/ou medicinal.

Quanto à criação de animais, desenvolve-se uma pecuária intensiva e de pequeno porte, havendo criação de aves, suínos, bovinos e abelhas. Na suinocultura, o animal é criado com o propósito da engorda, por isso sua alimentação inclui farelo, sobras de comidas e cascas de frutas consumidas três vezes ao dia. A bovinocultura ocorre de forma reduzida, pois a maior parte da carne vermelha comercializada na feira livre é importada de outras cidades. No que concerne às aves, os camponeses sempre trabalham com galinhas poedeiras, adquiridas por meio de compra e criadas em galinheiros de madeira, cuja a alimentação é feita a base de farelos de milho, arroz e farinha de mandioca, que é oferecido três vezes durante o dia. Já a apicultura ocorre em menor frequência que os demais sistemas de criação, o que se deve às dificuldades nas técnicas de manejo, porém o mercado é bastante promissor para este produto que é comercializado como medicamento e, portanto, rico em nutrientes benéficos ao nosso organismo, o que justifica o valor em litro alcançar os R\$40,00.

Trata-se de uma população com vínculos à terra, meio de subsistência e território dotado de história, simbolismo, assim sendo, “produto da apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social” (HAESBAERT, 1997; HAESBAERT, LIMONAD, 2007). Essa identidade está presente não apenas nas formas de uso da terra, mas no modo de viver o campo, representado no acordar com o cantar do galo e das galinhas, ao ligar o pequeno rádio antigo para ouvir a programação, o modo de preparo da terra (como fazer “roça” ou coivara), consumo de hortaliças e plantas medicinais diretamente de seu quintal, na organização dos espaços de moradia e de trabalho, além do uso de saberes e religiosidades, repassados por seus antecessores, como as formas de crer e cultuar, trazidas por povos escravizados do continente africano.

Essas formas materiais e imateriais são elementos que caracterizam o campesinato cametaense, que “é, ao mesmo tempo, uma classe social e um “mundo diferente”, que apresenta padrões de relações sociais distintos - ou seja, o que também podemos denominar de modo de vida” (MARQUES, 2008, p. 59). Nesse sentido, segundo Wanderley (1996), é o seu modo de vida, mais do que a terra, o patrimônio que tem sido de fato transmitido entre gerações e que compreende a principal característica dessa porção territorial.

O nosso segundo grupo identitário é formado por *ribeirinhos*, nesta pesquisa estes não serão abordados como uma extensão do campo, porém como uma categoria social com peculiaridades que a distingue das demais. Para tal, voltarmos-nos ao “olhar da subalternidade” (CRUZ, 2008, p. 52), que, representa as formas de (r)existência dessa população frente à opressão social, no combate ao preconceito e estigmas e pela consolidação de suas identidades a partir de seu modo de apropriação do espaço e de vida.

Para essa população o rio é um componente material e imaterial da territorialidade, ele não apenas submerge terras, pastos, roçados e casas, simbolicamente, ele inunda a vida de pescadores, lavradores, artesãos e moradores das ilhas. Como meio de subsistência, este oferece o camarão, a pescada, o mapará, o tambaqui, a tainha e ainda cria condições para o plantio do açaí; é a via de deslocamento do ribeirinho que reside nas mais de 400 comunidades espalhadas entre rios, furos e igarapés; e detém o misticismo que atrai a atenção dos que ouvem sobre ele, suas lendas e tradições, como a lenda do boto, da Iara e da cobra grande.

As ilhas fluviais compreendem mais de 300 e são constituídas por uma população de mais de 30.000 habitantes que sobrevivem do agroextrativismo, da pesca e dos recursos do governo federal injetados na economia local, por meio de programas de transferência de renda, como Bolsa Família e Auxílio Defeso. Para se ter uma ideia, apenas no mês de dezembro de 2020 foram pagos R\$14.510.874,37 a pescadores cametaenses (IBGE, 2021) (INCRA, 2020)¹⁹.

Esses pescadores, ainda pela madrugada, deslocam-se em suas canoas ou “rabudos”²⁰ pelo rio para esvaziar o matapi²¹, estrategicamente instalado na noite anterior, e pescar a refeição diária. Esse costume foi essencial para o surgimento de histórias de pescadores e animais gigantes que habitam as águas esverdeadas amazônicas e acabam fazendo parte do imaginário local. Quando a pesca é satisfatória e em grande volume, o excedente é comercializado entre os moradores locais e/ou transportados até a feira livre da cidade ou à Belém, capital do estado, para a venda.

Em outros casos, temos a piscicultura desenvolvida por muitos para a criação, principalmente, do tambaqui e pirabanha com fins de comercialização. A imagem 25 ilustra a criação de peixes às margens do rio Turema, nas proximidades do distrito do Juaba.

¹⁹ <https://antigo.incra.gov.br/media/docs/reforma-agraria/assentamentos-geral.pdf>

²⁰ Embarcações pequenas com motores móveis.

²¹ Armadilha cilíndrica, confeccionada com tala de miriti, utilizada para capturar camarão nos rios da Amazônia.

FIGURA 25: PISCICULTURA NA LOCALIDADE DO TUREMA- CAMETÁ (PA)



Fonte: Trabalho de campo, dezembro de 2021.

Tratam-se de duas cavidades para captação de água construídas nas proximidades do rio, cuja sua cheia ajuda na manutenção das mesmas. Após a introdução dos peixes, ainda pequenos, é esperado um período de 05 meses para que este alcance o tamanho ideal de consumo e comercialização, durante esse espaço de tempo, sua alimentação é ração à base de farelo de soja e tripa de frango²².

Quando se trata do agroextrativismo vegetal, neste município destaca-se o do açaí, no qual somos uns dos maiores produtores do país, exportando o mesmo para outros municípios, estados e países (IBGE, 2021). Este fruto é extraído das áreas de terra firme, porém, principalmente, nas várzeas (imagem 26 e 27), que tem a enchente dos rios como fator que contribui para a fertilização do solo, já que com sua elevação estes trazem consigo os nutrientes necessários para a tonar o solo mais rico, como restos de plantas e animais. Quando já maduro, o produto é extraído e transportado até a feira ou, em caso de exportação, para o distrito de Carapajó, onde é organizado nos caminhões e direcionado a outros espaços.

²² O piscicultor em questão comercializa frangos e utiliza o que é retirado da limpeza dos mesmo e que não são consumidos para alimentar os peixes.

FIGURA 27: AÇAIZAL NA LOCALIDADE DE RIO ARICURÁ



Fonte: Trabalho de campo, outubro de 2021.

FIGURA 26: AÇAIZAL NA LOCALIDADE DE RIO TUREMA



Fonte: Trabalho de campo, dezembro de 2021.

Os açaiuais estão dispersos pelas várzeas cametaenses, abarcando atividades extrativistas e agricultura, todavia, sua comercialização em grande escala ocorre apenas nos períodos de safra, entre os meses de junho a dezembro, durante o verão amazônico. Seu consumo, acompanhado da farinha e do peixe, faz parte da identidade do ribeirinho e, conseqüente, do cametaense, heranças estas herdadas das sociedades indígenas que viveram na “Pérola do Tocantins” e que ainda (r)existem.

A agricultura existente desses espaços é voltada principalmente para consumo próprio, como é o caso das hortaliças, legumes e ervas, que demanda estruturas suspensas em madeira, evitando o contato direto com a água, que dificultaria seu desenvolvimento (imagem 28 e 29).

FIGURA 28: AÇAIZAL NA LOCALIDADE DE RIO TUREMA



Fonte: Trabalho de campo, dezembro de 2021.

FIGURA 29: AÇAIZAL NA LOCALIDADE DE RIO ARICURÁ



Fonte: Trabalho de campo, dezembro de 2021.

Tratam-se dos vegetais utilizados com maior frequência na alimentação ribeirinha, como chicória, alfavaca, cheiro verde, pimenta, cebola, cebolinha e maxixe (imagem 28 e 29), e nas práticas medicinais, nas quais são utilizadas ervas voltadas a dores intestinais (**boldo**), crescimento capilar (capim santo e a babosa) e para o tratamento de ansiedade e estresse (alecrim) (imagem 29).

Isto posto, votamo-nos à imaterialidade desse espaço, que, diferente do que muitos pensam, não se tratam de populações isoladas, longe disso, estes agregam elementos tecnológicos aos seus espaços. Nas palavras destes, é possível ter uma vida confortável nas ilhas (Entrevistado L. C. R., 2021), pois em algumas residências o pote de barro foi substituído pela geladeira, já que a energia elétrica alcançou esses espaços, portanto, também é possível assistir a novela da tarde e da noite sem preocupação se a bateria irá descarregar²³ e até mesmo saber o que irá ocorrer em um próximo capítulo, já que alguns encontram-se conectados à internet.

Não há dúvida que a presença do meio técnico-científico-informacional é presente em muitos espaços ribeirinhos, todavia, ainda assim seus costumes resistem. A sociabilidade entre seus sujeitos se intensificou, pois existe mais informação e pessoas circulando com maior

²³ A televisão era comumente conectada à uma bateria.

intensidade, estes ainda se reúnem entre famílias e amigos para a cotidiana conversa do fim de tarde (imagem 30²⁴).

FIGURA 30: SOCIABILIDADE ENTRE MORADORAS DA LOCALIDADE DO RIO TUREMA- CAMETÁ (PA)



Fonte: Trabalho de campo, dezembro de 2021.

Acompanhados de uma garrafa de café e até mesmo no conforto de uma rede, itens encontrados em qualquer residência ribeirinha, debatem assuntos variados, como novela, futebol, histórias, experiências e fofocas, prolongando-se até a noite, no horário da novela e do jantar, muitas vezes às 18h, agora, não mais à luz de velas, mas à luz elétrica,

Isto posto, é perceptível a influência do rio no modo de vida dessa população, esse modo de viver ribeirinho, nada mais é, do que ações no sentido de assegurar sua existência, presentes nas formas de apropriação e uso da terra, na utilização dos recursos naturais disponíveis e no imaginário social. Esses “varzeiros” (CANTO, 2009) agregam conhecimentos indígenas adquiridos e repassados por meio da oralidade, das danças, dos rituais religiosos, do consumo de alimentos e das práticas medicinais, e, ainda que a vida se modifique com as novas tecnologias, o seu modo de viver ainda resiste, pois, da mesma forma que esses sistemas de

²⁴ Imagem autorizada pelos entrevistados.

objetos e técnicas produzidos nos espaços urbanos alcançam suas ilhas, estes transterritorializam a cidade.

Por fim, nosso último grupo identitário, o *urbano*, formado pelos sujeitos residentes na cidade de Cametá, segundo o IBGE (2021), estes totalizam uma população de 60.902 habitantes dispersos nos 13 bairros cametaenses. Esse numeroso grupo, apesar de se estabelecer em um mesmo ambiente, possui modos de viver a cidade diversos, produto da desigualdade social e de acesso a terra.

Marília Amália Barreto (1987, p. 169; 170) já falava de um “estilo de vida urbano”, para tal, utilizando-se dos estudos de Wirth (1986), Simeel (1976), Park (1976) e Redfield (1976), afirma que a cidade possui uma lógica própria, uma espécie de lógica urbana, que atua tanto a nível individual, quanto a nível de bairros, sendo assim, esse “núcleo relativamente grande, denso e permanente de indivíduos socialmente heterogêneos”, conseqüentemente, cria um modo de vida decorrente de três fatores: volume, densidade e heterogeneidade.

O volume condiciona a capacidade de se relacionar entre os sujeitos, levando muitos ao anonimato e tornando as relações sociais superficiais, em outras palavras, o aumento do número de habitantes em alguns espaços impõe limites às possibilidades de indivíduos se conhecerem. Por sua vez, a densidade contribui para o aparecimento de relações secundárias e à diferenciação, tendo como consequência a tendência ao desaparecimento de costumes, vínculos de solidariedade, surgimento de mecanismos formais de controle e, finalmente, heterogeneidades (BARRETO, 1987)²⁵.

O urbano cametaense, devido à baixa demografia em alguns espaços, permite relações sociais diretas e a criação de vínculos entre os sujeitos, trata-se de uma urbanização conservadora, que agrega camponeses e ribeirinhos que migram para a cidade em busca de trabalho e serviços de saúde e educação que são carentes em suas antigas localidades, cooperando para a diversidade social na cidade. Somam-se a estes, tem-se os imigrantes de outras cidades, estados e países que agregam não apenas em número, mas em cultura, absorvendo traços regionais e adicionando os seus.

Essa heterogeneidade não se manifesta apenas em sua população, mas no modo de viver a cidade. No município em questão, as oportunidades de empregos formais são mínimas, a maioria deles provém da Prefeitura Municipal de Cametá, perante à concurso público, que não ocorre há dez anos, ou contrato, o qual sua forma de seleção gera conflitos de interesse.

²⁵ Essas teses foram construídas e durante um longo período exerceram uma certa dominância – de certo, ainda hoje não tenham perdido sua validade, pelo menos parcial – portanto, em termos teóricos utilizaremos na construção dessa categoria identitária.

Essa carência acaba por levar grande parte da população às atividades autônomas ou informais, a maioria delas desenvolvidas na feira livre da cidade, e/ou dependência dos auxílios disponibilizados pelo governo.

Fator esse que limita a apropriação da terra na área central, espaço com melhor infraestrutura, policiamento e dotado de serviços, apenas à parcela que possui condições econômicas de adquiri-la. Nesse sentido, criam-se núcleos como produtos de repulsão das áreas centrais e produzem-se novas áreas de atração: terras pouco ou não ocupadas, a valores baixos e em espaços periféricos (RODRIGUES, 2017). Diferentemente do centro, esses espaços refletem com mais intensidade muitas práticas características do ribeirinho e do camponês: como senta-se à porta para a conversa no fim de tarde entre vizinhos (imagem 31), relações de solidariedade, agricultura (cultivo de hortaliças, ervas e legumes) e criação de animais (galinhas e porcos)

FIGURA 31: CONVERSA INFORMAL ENTRE VIZINHOS NO BAIRRO NOVO



Fonte: Trabalho de campo, dezembro de 2021.

É importante ressaltar que tais práticas ocorrem nos espaços periféricos da cidade, devido ao menor fluxo de pessoas e automóveis, o que torna o ambiente mais seguro em relação

presente na maior parte dos estabelecimentos, inclusive em atividades informais como de moto taxi e feirante.

Portanto, quando se trata do sujeito produtor do espaço urbano, assim como a cidade, ele é heterogêneo, compreende sujeitos advindos de outros territórios e territorialidades que adentram a cidade e são condicionados pela velocidade de relações, técnicas e objetos presentes nesta, conseqüentemente, acabam produzindo novas territorialidades, mas não desfazendo-se totalmente da anterior. São ribeirinhos, camponeses e urbanos produzindo transterritorialidades, assim sendo, que espaço melhor dentro da cidade para se compreender essas territorialidades que não a Feira Livre de Cametá?

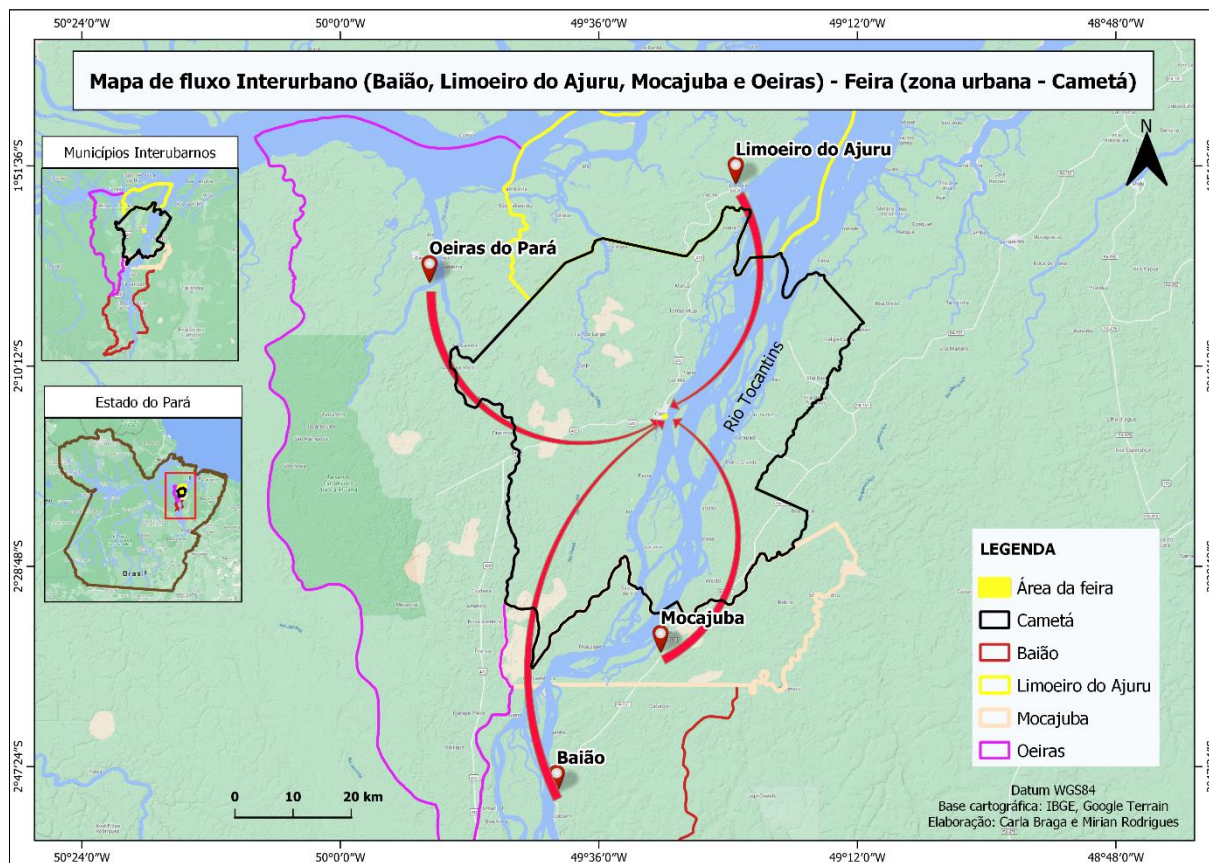
5.3 A CONSTRUÇÃO DAS TRANSTERRITORIALIDADES NA FEIRA LIVRE DE CAMETÁ

Como destacamos anteriormente, a forma-conteúdo da Feira Livre de Cametá é marcada pela diversidade de agentes e atividades que dinamizam a economia e determinam a vida sociocultural da cidade. Economicamente, a feira é considerada um grande centro comercial na mesorregião do Baixo Tocantins, dada a posição de Cametá como cidade de responsabilidade territorial, fator que a torna componente importante na dinâmica econômica do município e um espaço de expressiva heterogeneidade de sujeitos e territorialidades, já que agrega sujeitos advindos de múltiplos e distintos territórios.

Destarte, este espaço comporta a maior parte dos migrantes que chegam à cidade em busca de trabalho informal e consumo de produtos diversificados. Esse *transpassar* de um território a outro, cria uma territorialidade *nova* e mais híbrida, uma (trans)territorialidade (SILVA, 2017) (HAESBAERT; MONDARDO, 2011), visível nas formas de mercadorias comercializadas, consumo, apropriação dos espaços e relações socioculturais.

Partindo-se desse princípio, o trânsito de sujeitos é o ponto de partida para se compreender a territorialidade dirigida pelo movimento, à vista disso, destacamos os principais fluxos em direção à Feira Livre de Cametá: Fluxo Interurbano, Fluxo Intraurbano, Fluxo Cametá-Camponesa e Fluxo Cametá-Ribeirinha.

O Fluxo Interurbano diz respeito ao deslocamento de pessoas advindas dos municípios em que Cametá polariza: Oeiras do Pará, Limoeiro do Ajurú, Mocajuba e Baião (mapa 04).

MAPA 4: MAPA DE FLUXO INTERURBANO-FEIRA LIVRE²⁶

Elaboração: BRAGA; RODRIGUES (2021).

Esse deslocamento comumente pode seguir dois percursos: de voadeira pelo rio Tocantins em um período de 2h de viagem, através das empresas Céu do Brasil e Anjo da Guarda; ou de forma híbrida, percorrendo as estradas de ônibus até a Vila do Carapajó e, posteriormente, voadeira até os portos da cidade, em um percurso que perdura 1h45, por meio das empresas Boa Esperança, Arapari Navegações e Expresso Cametá.

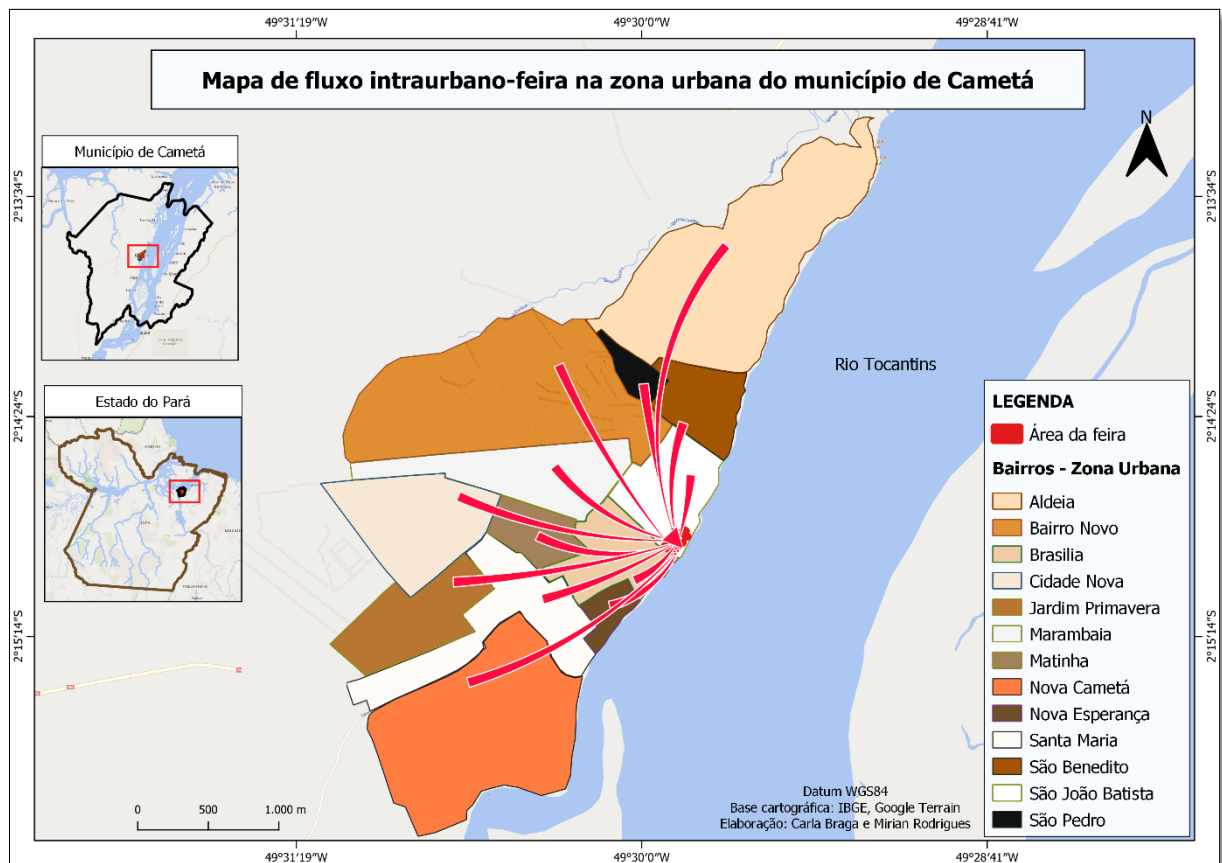
Com as entrevistas constatou-se que estes sujeitos são, em sua maioria, fregueses que se deslocam em busca de serviços maiores, como agências bancárias, casas lotéricas, hospitais, clínicas especializadas e universidades, contudo, devido à acessibilidade dos preços e a variedade de produtos, quando comparados às demais, estes acabam por fazer feira. De acordo com 10% dos entrevistados provenientes das cidades de Limoeiro do Ajuru e Mocajuba, seu consumo varia entre confecções, calçados e importados, já que em termos de alimentos suas cidades dispõem de grande parte dos produtos oferecidos na feira de Cametá.

²⁶ É importante ressaltar que os mapas 4, 5, 6 e 7 pretendem apresentar a direção dos fluxos, evidenciando o deslocamento a partir de espaços distantes e próximos, não diz respeito ao número de entrevistados.

Devido à facilidade de acesso a mercadorias disponíveis em seus municípios de origem, o tempo de viagem e a ausência de infraestrutura das estradas, a frequência com que esses fregueses se deslocam à feira limita-se a uma vez por semana ou uma vez a cada mês, quando estes dirigem-se às casas lotéricas e à Caixa Econômica Federal, a fim de sacar o benefício do governo federal, Bolsa Família, retornando às suas cidades ao meio dia.

Nosso segundo fluxo é o Intraurbano (mapa 05), que sua origem nos bairros de Cameté, percorrendo ruas, travessas e avenidas em direção à Feira Livre.

MAPA 5: MAPA DE FLUXO INTRAURBANO-FEIRA LIVRE



Elaboração: BRAGA; RODRIGUES (2021).

Tal deslocamento ocorre por meio de bicicleta, motocicleta, carro ou sem a utilização de um meio de transporte (a pé). Constatou-se que dos 20 entrevistados (fregueses e feirantes), 35% estavam distribuídos nos bairros do Trigueiro, Bairro Novo, Bairro do Castanhal e Nova Cameté, segundo os mesmos, seu percurso até o espaço estudado não extrapola 20 minutos, ainda que compreendam bairros distantes da área central.

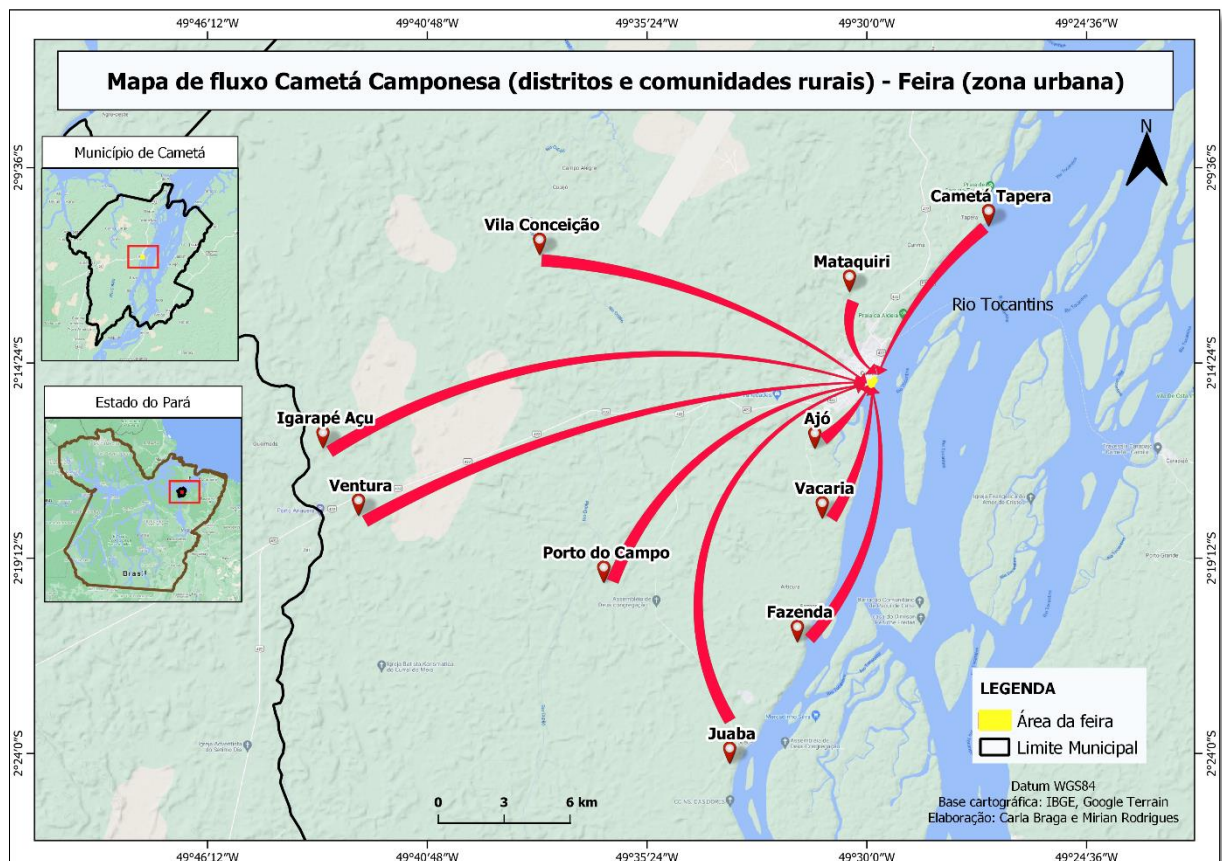
Dos 35% dos entrevistados, 25% são feirantes que comercializam, em geral, carne, remédios caseiros, especiarias, importados e sua mão de obra, seja como escamador ou carregador. Estes chegam à feira todos os dias antes das 6h para organizar suas bancas e boxes

ou comprar sua carne, retornando para a casa após o meio dia. Enquanto o restante dos entrevistados da cidade, formado por dois fregueses, chegam a esse ambiente a partir das 7h30min. perdurando ali por no mínimo 1h.

Esse percurso ocorre em média 3 vezes por semana, evidenciando o hábito urbanocametaense de fazer feira, cuja o objetivo é consumir produtos como açaí, peixe, carne, farinha, hortaliças, ervas e, costumeiramente, informação.

Adentrando na análise de nosso terceiro fluxo, Fluxo Cameté-Camponesa (mapa 06), este deslocamento inicia em nossas estradas de barro e vicinais e são direcionados até a Feira Livre de Cameté ou suas proximidades.

MAPA 6: MAPA DE FLUXO INTRAURBANO-FEIRA LIVRE



Elaboração: BRAGA; RODRIGUES (2021).

Quando comparados aos demais deslocamentos, esse trânsito demanda maior dificuldade devido à falta de asfaltamento, sinalização e iluminação de nossas estradas e vicinais, o que demanda um tempo superior ao previsto, principalmente durante o inverno amazônico, quando essas vias se encontram quase que intrafegáveis.

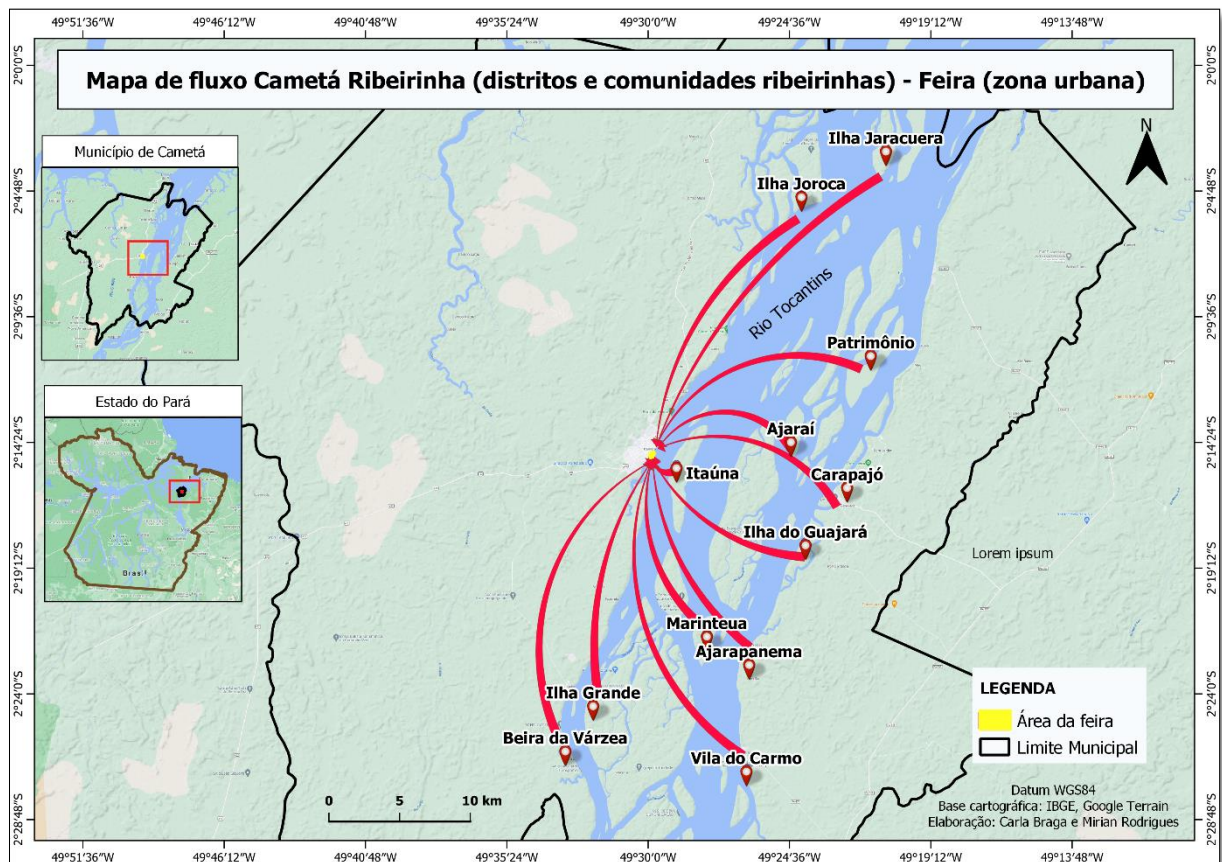
Os 30% dos entrevistados advêm do campo, tem sua origem no Ajó e nos distritos de Porto Grande e Juaba, neste último, estão localizados na comunidade quilombola de Tomázia

e Uxizal. Seu percurso ocorre de ônibus, em empresas não regularizadas, ou de veículo próprio: carro, bicicleta ou motocicleta, durante no máximo 1h30 minutos, devido às paradas para a entradas de passageiros e dificuldades de locomoção na estrada.

Os feirantes dessas áreas abastecem a feira principalmente com farinha e seus derivados, bacuri, pupunha, coco, cupuaçu, castanha, hortaliças e legumes, cultivados e comercializados pelos mesmos. Enquanto os fregueses vão em busca do pescado, da carne, do frango, do camarão, do açaí, das confecções, dos calçados e dos importados, alimentos e objetos carentes no campo, retornando para suas residências entre às 12h e 13h.

Por fim, porém tão importante quanto os demais, temos o Fluxo Cameté-Ribeirinha para a Feira Livre (mapa 07), abarcando o trânsito a partir das ilhas até o centro comercial da cidade.

MAPA 7: MAPA DE FLUXO INTRAURBANO-FEIRA LIVRE



Elaboração: BRAGA; RODRIGUES (2021).

Transportados por embarcações de proporções variadas e regularização duvidosa, ribeirinhos cortam as águas do Rio Tocantins e seus afluentes em direção aos portos e trapiches da cidade. Essa parcela de 25% dos entrevistados, que tem sua origem nas ilhas do Guajará de Carapajó, Beira da Várzea, Joroca, Ilha Grande e Jaracuera, acorda antes das 4h e inicia o seu

percurso que perdura no máximo 1h30min, dependendo do meio de transporte fluvial, até a feira livre.

Adentrando no espaço comercial, os feirantes entrevistados organizam sua venda de açaí e pescado e logo que terminam, após a compra dos itens de necessidades básicas e alimentos da preferência, adentram em suas embarcações próprias em direção à casa. Nesse meio-tempo, fregueses percorrem bancas e corredores a fim de adquirir carne, frutas, verduras, confecções, calçados e importados, à tempo de meio dia retornar para casa.

A direção e velocidade desses fluxos são perceptíveis na paisagem local, tanto para quem chega, quanto para quem vai (imagem 33, 34, 35 e 36). Nas palavras do compositor Milton Nascimento (1985), *“todos os dias é um vai-e-vem, a vida se repete [...], tem gente que chega pra ficar, tem gente que vai pra nunca mais, tem gente que vem e quer voltar, tem gente que vai e quer ficar, tem gente que veio só olhar, tem gente a sorrir e a chorar, e assim, chegar e partir”*.

FIGURA 33: TRANSPORTE DE AÇAÍ EM DIREÇÃO À FEIRA LIVRE DE CAMETÁ (PA)



Fonte: Toninho Castro, novembro de 2017.

FIGURA 34: TRANSPORTE DE MADEIRA EM DIREÇÃO À FEIRA LIVRE DE CAMETÁ (PA)



Fonte: Toninho Castro, julho de 2021.

FIGURA 35: PORTO DA FEIRA DO AÇAÍ-CAMETÁ (PA)



Fonte: Toninho Castro, outubro de 2018.

FIGURA 36: TRANSPORTE DE PESSOAS E PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS EM DIREÇÃO ÀS ILHAS DE CAMETÁ (PA)



Fonte: Toninho Castro, outubro de 2018.

Assim sendo, as imagens 33 e 34 pretendem ilustrar o deslocamento de feirantes e mercadorias em direção à Feira Livre de Cametá, transportando o “ouro negro” da Amazônia e o bambu durante o período da manhã; em seguida, a imagem 35 exemplifica o volume de embarcações e, conseqüentemente, de pessoas que aportam diariamente nos portos e trapiches nas proximidades da feira, na imagem em questão, porto da Feira do Açaí; por fim, a imagem 36 evidencia o retorno destes que trazem seus produtos agroextrativistas e retornam com produtos industrializados, para consumo ou para comercialização.

Nesse aspecto, é possível, conforme a análise dos mapas de fluxos e imagens, perceber a polissemia de sociabilidades e territorialidades que o deslocamento de um território a outro pode produzir, produto das práticas de trabalho informal e no ato de se fazer feira, costurando múltiplos símbolos e significados dentro do território e possibilitando a emergência de novas territorialidades.

Essas territorialidades emergentes, nada mais são do que a expressão concreta da identidade transterritorial do espaço da Feira Livre, das quais iremos nos limitar a destacar quatro: as formas de *trabalho*, a *religiosidade*, a *natureza dos produtos comercializados* e as *trocas simbólicas*.

A transterritorialidade associada às formas de trabalho que emergem com o circuito inferior fez surgir uma nova categoria ocupacional, o escamador (imagem 37), presente, até então, apenas na feira livre de Cametá.

FIGURA 37: ESCAMADOR NA FEIRA DO AÇAÍ



Fonte: Trabalho de campo, dezembro de 2021.

Os escamadores situam-se dentro e nas proximidades do Mercado de Peixe e na Feira do Açaí, estes fazem a limpeza do pescado adquirido pelos fregueses logo após sua compra e ainda no ambiente da feira. O valor do serviço varia de dois a três reais por quilo, o que nos remete às formas espaciais geradas pela baixa remuneração dos trabalhos precários apontadas por Standing (2013).

Outra categoria, não tão recente, porém com uma nova roupagem, está na figura dos carregadores (imagem 38). Estes estão dispersos em todos os ambientes da feira, desde os

trapiches comerciais, onde se recebem mercadorias e alimentos, até os privados voltados ao transporte de pessoas e bagagens.

FIGURA 38: CARREGADOR NO MERCADO DE PEIXE



Fonte: Toninho Castro, julho de 2020.

O objetivo é deslocar esses produtos até os locais onde serão comercializados, o que demanda um trabalho árduo, pois exige muito esforço físico e acaba ferindo partes do corpo, principalmente as mãos, que ficam ressecadas e feridas. Para completar, trata-se de um trabalho mal remunerado, pois o valor cobrado por número de caixas ou quilos varia de dois a dez reais por volume, e estes não possuem nenhuma ajuda governamental ou proteção contra acidentes e doenças no trabalho por meio de normas de segurança e saúde, tempo de serviço e compensação de contratemplos (STANDING, 2013).

Essas duas categorias de trabalhos precários unem características identitárias distintas: o escamador e sua forma de preparo do peixe, típica de populações indígenas das várzeas amazônicas e herdadas por ribeirinhos e demais populações; e o carregador, presente sempre nos espaços da cidade, sejam elas de grande, pequeno ou médio porte.

Conjugando a materialidade e a imaterialidade no espaço da feira livre, temos a transterritorialidade religiosa, presente nas diversas formas de cultos propagadas nesse ambiente e a poucos metros de distância uma da outra.

FIGURA 39: EVANGELISMO REALIZADO PELA IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS NA FEIRA LIVRE DE CAMETÁ (PA)



Fonte: Trabalho de campo, dezembro de 2021.

FIGURA 40: CABANA BOA FÉ DO PAI JOSIAS E DO CABOCCO ZÉ RAIMUNDO NO GALPÃO DA FEIRA LIVRE (CAMETÁ-PA)



Fonte: Trabalho de campo, dezembro de 2021.

A imagem 39 foi capturada no galpão da feira livre, situado nas proximidades da Feira da Farinha, em um momento de culto evangelístico realizado pela igreja evangélica Assembleia de Deus, prática que comumente ocorre em diversos pontos da Feira Livre. Já a imagem 40 trata-se de um ponto comercial com ervas, óleos e remédios medicinais e de asseio, produzidos a partir de conhecimentos adquiridos por religiões de matriz africana, oferecendo, além de produtos, rituais espirituais e curandeiros.

Ambos a cinco metros de distância, o que em alguns casos gera conflitos, devido à intolerância religiosa das duas partes. Todavia, não deixa de revelar o hibridismo religioso coexistindo em um mesmo espaço, produto de territorialidades que se movem a partir dos assentamentos quilombolas, por exemplo, até a Feira de Cametá.

A terceira categoria transterritorial diz respeito à natureza dos produtos comercializados, há muito discutido nessa pesquisa, que são a base alimentar do cametaense (imagem 41 a 45).

FIGURA 41: PRODUTOS COMERCIALIZADOS NA FEIRA LIVRE DE CAMETÁ (PA): DERIVADOS DA MANDIOCA, BACURI, MURICI E ABACAXI



Fonte: Trabalho de campo, dezembro de 2021.

FIGURA 42: BEIJU DE MANDIOCA



FIGURA 43: VENDA DE BISCOITO DE LEITE E PÃO



Fonte: Trabalho de campo, dezembro de 2021

Fonte: Trabalho de campo, dezembro de 2021.

FIGURA 44: PRODUTOS COMERCIALIZADOS NA FEIRA LIVRE DE CAMETÁ (PA):
MAPARÁ



Fonte: Trabalho de campo, dezembro de 2021.

FIGURA 45: PRODUTOS MEDICINAIS E ESPECIARIAS COMERCIALIZADAS NA
FEIRA LIVRE DE CAMETÁ (PA)



Fonte: Trabalho de campo, dezembro de 2021.

Essas cores, formas e aromas fazem parte da identidade local do ribeirinho, como o consumo do bacuri e a conservação do muruci e do tucupi na garrafa pet (imagem 41), a venda das palmas de beiju e o biscoite de leite (imagens 42 e 43) e a comercialização do mapará, do cumaru, pimenta do reino, puxuri, breu branco e chá verde (imagens 44 e 45). Produtos que percorrem longas horas em estradas de água e de barro para chegar à mão do consumidor: o mapará vindo de nossos rios e a mandioca e seus derivados vindo de nossos campos.

Para não concluir, nossa última experiência transterritorial foi a das trocas simbólicas. Talvez a mais frequente quando se trata de Cametá, pois ela une a oralidade e o conhecimento tradicional adquirido pelas populações tradicionais indígenas e quilombolas, tecidas no bojo das relações sociais, as quais o trabalho de campo nos permitiu identificar.

São compartilhadas informações, costumes, crenças e até mesmo receitas entre feirantes e fregueses, principalmente na comercialização de especiarias e produtos medicinais. A experiência de acompanhar a feirante T. B. C. (2020) durante uma manhã de feira possibilitou presenciar trocas simbólicas por meio da observação e análise de comportamentos, jocosidades, oralidades e envolvimento entre esta e os consumidores.

Assim sendo, percebeu-se que, na maioria dos contatos entre ambos, o freguês sempre pedia uma sugestão de que produto comprar para determinada doença e a vendedora sempre tinha uma resposta certa, apontando o produto e descrevendo suas indicações e modo de uso (imagem 46 e 47).

FIGURA 46: VENDA DE PRODUTOS MEDICIAIS NA ÁREA EXTERNA



Fonte: Trabalho de campo, dezembro de 2021.

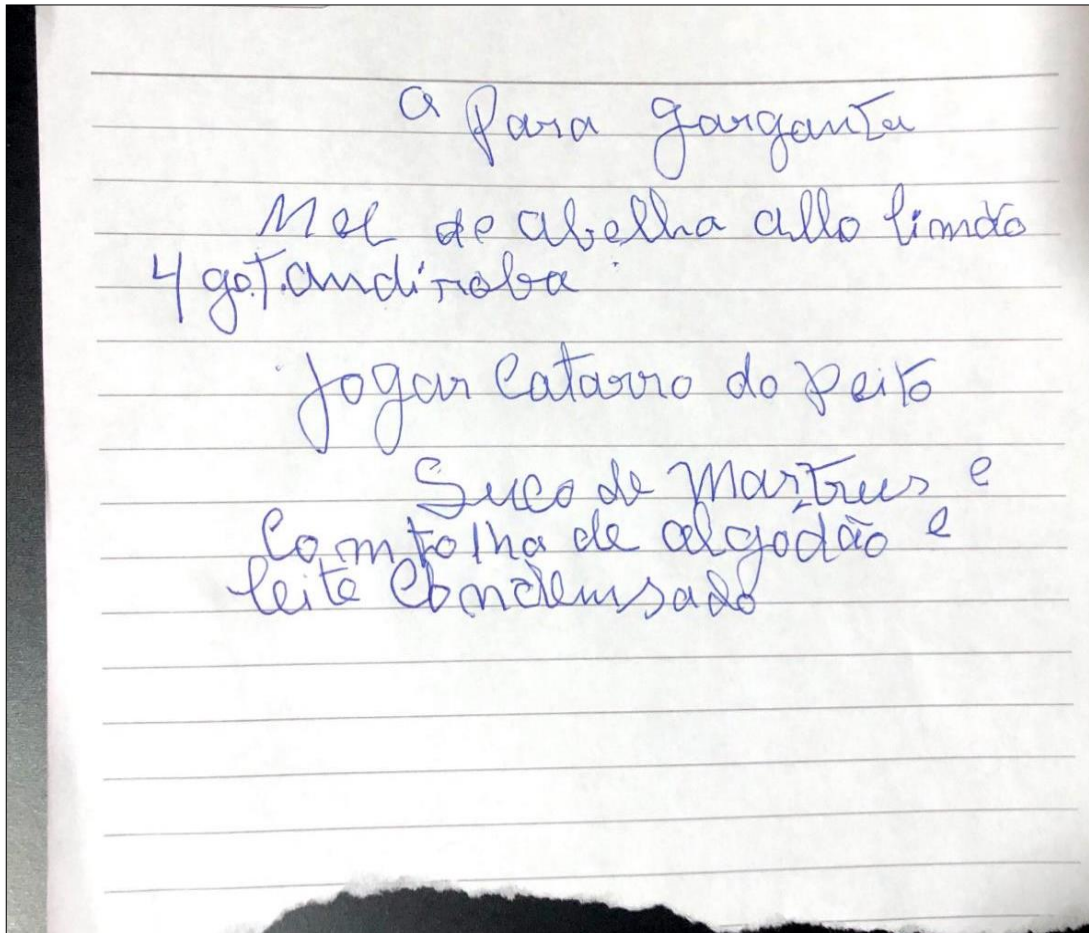
FIGURA 47: TROCAS SIMBÓLICAS ENTRE FEIRANTE E FREGUESES



Fonte: Trabalho de campo, dezembro de 2021.

O conhecimento sobre os produtos que comercializa e o carinho no trato com os clientes faz com que sua banca esteja sempre cercada por fregueses, permitindo que a feirante desenvolva laços afetivos e de solidariedade com o consumidor. Ressalta-se que essa troca simbólica não ocorre apenas por meio da oralidade, em um dos casos, munida de papel e caneta, a feirante transcreveu uma receita para dor de garganta e secreção no peito que, segundo ela, foi transmitida por sua mãe (imagem 48).

FIGURA 48: RECEITA CASEIRA PARA DOR DE GARGANTA



Fonte: Trabalho de campo, dezembro de 2021.

Tal conhecimento sobre os produtos e sobre determinadas doenças não veio de livros ou de um curso de medicina, foi adquirido também por meio de trocas entre ela e outros sujeitos, muitas delas dentro do próprio ambiente da feira.

Portanto, as transterritorialidades enredadas na Feira Livre de Cameté são simbolizadas por uma multiplicidade de elementos e sujeitos. Por isso, Moraes e Araújo (2006, p. 247), são enfáticos ao afirmar que

[...] Nesses espaços das conversas, das tradições, dos encontros, das transgressões, das experiências, das compras, vendas e permutas, das jocosidades, das performances corporais e orais, enfim, das cores, odores e sonoridades que se misturam e se dissolvem, inúmeras pessoas efetuam as reproduções sociais e capitalistas da vida cotidiana. Dessa maneira, a feira se institui, antes de tudo, em um espaço de mobilidades comerciais e sociais onde, por meio das diversificadas dinâmicas, ergue-se uma de sociabilidades vivenciadas pelos agentes sociais no âmbito dos territórios construídos.

É no interior da feira e de sua área de influência que é tecida uma complexidade de relações econômicas, sociais e culturais, produto do trânsito de uma territorialidade à outra, e

que expressam a identidade transterritorial de uma cidade ribeirinha denominada de Pérola do Tocantins.

6 CONCLUSÃO

Não há como negar que a feira livre sempre ocupou um espaço importante na dinâmica das cidades ribeirinhas amazônicas. Compreende um território que ao mesmo tempo é natureza, sociedade, espaço da heterogeneidade, do domínio, da subordinação, das redes e conexões, “de moradia, de produção, de serviços, de mobilidade, de des-organização, de arte, de sonhos, enfim, de vida (objetiva e subjetivamente)” (SAQUET, 2006, p. 83).

Apesar de árdua, devido à realidade pandêmica na qual estamos inseridos, a pesquisa levou-nos a compreender mais profundamente a realidade territorial de uma feira ribeirinha na Amazônia Tocantina e sua importância para a economia local e regional. Abordando os principais conceitos da pesquisa: território, territorialidade, transterritorialidades, circuito inferior de economia, cidades ribeirinhas e feira livre, podemos conhecer o espaço estudado em termos de estruturação, processo de constituição enquanto feira e as relações econômicas e socioculturais nela desenvolvidas à luz teórica dos autores abordados. De igual forma, conseguimos identificar os elementos materiais e simbólicos das práticas cotidianas que conformam a identidade dos sujeitos que compõem a geografia do lugar, fator que permitiu compreender como a transterritorialidade se apresenta dentro da Feira Livre de Cametá.

Para o desenvolvimento da pesquisa, foi fundamental a elaboração de uma metodologia sólida, clara e detalhada, que supriu todas as necessidades da pesquisa. As etapas de operacionalização contribuíram para a organização das fases do estudo, desde o levantamento de dados secundários, que compreendem a análise bibliográfica e de documentos, até o levantamento de dados primários, com a pesquisa de campo e análise dos resultados. O uso de entrevistas semiestruturadas por si só conseguiu obter grande parte das informações necessárias para solucionar a problemática proposta, que foi sanada com a observação e o diário de campo.

Deste modo, por meio do conhecimento bibliográfico, documental e de campo, percebemos a Feira Livre de Cametá como produto de relações políticas, econômicas, sociais e culturais de agentes produtores do espaço: feirantes, fregueses e estado, que a territorializam seguindo a lógica do movimento. Esses grupos sociais ocupam dentro do município três espaços específicos com modos de viver diferenciados, portanto, compreendendo três mundos identitários que se distinguem e, ao mesmo tempo, complementam-se dentro de um mesmo espaço: a feira.

Se o urbano, o ribeirinho e o camponês são diversos dentro de sua categoria, imagina essa pluralidade dentro de um único espaço? Pois é o que ocorre dentro da Feira Livre de Cametá, porquanto, esse espaço reflete não somente os modelos de apropriação e ocupação dos espaços historicamente construídos, mas as diferentes formas de (r)existência dessas populações locais, por meio do enraizamento socioeconômico e cultural, em escala local e regional, traduzindo o modo de vida e as interações estabelecidas entre cidadãos, cursos fluviais e estradas que, além da localização absoluta, assumem um caráter funcional, de subsistência material, imaterial e/ou simbólico-cultural.

Assim sendo, o estudo das territorialidades e dos sujeitos que compõem a Feira Livre de Cametá levam-nos a identificar uma identidade transterritorial específica a essa porção territorial, ultrapassando o ideal de um simples espaço de comercialização material necessária para a manutenção da vida econômica da cidade. Nesse ambiente estão expressas a identidade regional, ligando a tradição, o saber popular e as práticas econômicas e sociais em um mesmo contexto diversificado da vida, cuja a marca principal concentra-se no cotidiano e na geograficidade dos sujeitos atuantes, levando-nos a refletir sobre o papel de homens e mulheres que lutam pela sobrevivência, cujas práticas e atuações carregam elementos diversos, tanto econômicos, sociais e afetivos, quanto culturais.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, GERALDA DE. Diáspora: viver entre-territórios. E entre culturas?. In: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu Savério (orgs.). *Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos*. 1ª ed. São Paulo: Editora Expressão Popular; Presidente Prudente: UNESP, 2009, p. 176-196.
- ACEVEDO, Rosa Elisabeth Acevedo Marin. Histórico do Povoamento da Amazônia Brasileira. In: Hébette, Jean et all (coord). *Natureza, Tecnologia e Sociedade. A Experiência Brasileira de Povoamento do Trópico Úmido*. Belém: NAEA, 1987. (Série Documentos do GIPCT), p.14-20.
- AMARAL, Josali do. Nos confins do império: ocupação da Amazônia Ocidental, fronteiras, navegação e comércio (1822-18700). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2018.
- ANDRADE, Manuel Correia. *A questão do território no Brasil*. São Paulo: Hucitec; Recife: IPESPE, 1995.
- Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ). Manual de licenciamento ambiental dos portos. Disponível em: [http://www.antaq.gov.br/Portal/pdf/MeioAmbiente/manual_de_licenciamento_ambiental_nos_portos_\(2\).pdf](http://www.antaq.gov.br/Portal/pdf/MeioAmbiente/manual_de_licenciamento_ambiental_nos_portos_(2).pdf) . Acesso em: 14 mar. 2021.
- ARQUIVO DA TORRE DO TOMBO. Fundo Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Seção “A” Junta de Lisboa 1755/1912, Série “1” Livro Diário 1755/1882, Unidade de Instalação “173”, Diário H, nº 1 – 1775-1776, código de referência PT TT-CGGPM-A-1-173, disponível em: <http://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4740448>. Acesso em: 27 de out. 2018.
- AZEVEDO E SILVA, José Manuel. O modelo pombalino de colonização da Amazônia. In: Artigos. Instituto de História da expansão ultramarina. Faculdade de Letras- Universidade de Coimbra, 2002. Disponível em: <https://www.uc.pt/fluc/iheu/artigos/modelopombalino>. Acesso em: 04 de ago. 2020.
- BARBOSA, José Maria de Azevedo. O mapa geral do bispado e a divisão política da província do Grão-Para em 1759. Belém, Tribunal de Contas do Estado do Pará, 1976. Separata da Revista do Tribunal de Contas do estado do Pará, Belém, v. 6, n. 8, p. 219-240, jan/jun. 1976.
- BARBOSA, Letícia Rameh; ARAÚJO, Patrícia Cristina de Aragão. Feira, Lugar de cultura e educação Popular. Revista Novas Atenas de Educação Tecnológica. v.7 n.2, 2012. Disponível em: www.paulofreire.org.br/.../FEIRA-%20LUGAR%20DE%20CULTURA%20E%20EDUCAÇÃO%20POPULAR.html . Acesso em 10/12/2019
- BARRETO, M. A P. - Some considerations on urban life style. *Perspectivai*, São Paulo, 9/10 169-176, 1986/87.
- BEMERGUY, Amélia; GUEDES, Luana Barragão; PIMENTEL, Márcia Aparecida da Silva. *Estudos Amazônicos: formação da sociedade amazônica: Estudos Amazônicos: História e Geografia – vol 2*, Belém, 2012.
- BOLIGIAN, Levon; ALMEIDA, Rosângela Doin de. A transposição didática do conceito de território no ensino de geografia. In: *Ambientes: estudos de geografia*. (org) Lúcia Helena de Oliveira Gerardi. Rio Claro: Programa de Pós-graduação em Geografia – UNESP; Associação de Geografia teórica – AGETEO, 2003. p. 235-248.
- BORDA, O. F. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BOURDIEU, P. *Méditations pascaliennes*. Paris: Seuil, 1994.
- BAUDRILLARD, J. *A sociedade de consumo*. Lisboa: biblioteca 70, Edição 70, 1995. (tradução Artur Morão).

- CANTO, O. LIRIO, A.; FERRÃO, E. . Ribeirinhos do Mapuá. In: MOTA, G.; et al. (Org.). Caminhos e Lugares da Amazônia: ciência, natureza e territórios. Belém: GAPTA/UFGA, 2009, v. 1, p. 7-240.
- CARDOSO, R. C. I. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: CARDOSO, R. (Org.). A aventura antropológica. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- CARDOSO F. H.; MULLER G. Amazônia: expansão do capitalismo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978.
- CARLOS, Ana Fani A; SOUZA, Marcelo J. L; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. [S.l: s.n.], 2018.
- CASIMIR, Micheal J. “The dimensions of territoriality: An introduction.” In: Mobility and territoriality. M. J. Casimir and A. Rao, eds., 1-26. New York: Berg, 1992.
- CASTELLS, M. O Poder da Identidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- CASTELLS, M. (2002). A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, Vol. I, A Sociedade em Rede. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Castells, M. (2003). A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. Vol. II, O Poder da Identidade. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- CASTELLS, Manuel. A questão urbana. São Paulo: Paz e terra, 1983
- CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários. 2.ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1978. Primeira Parte. Capítulo 2, Itens 2.4 e 2.5.
- CHELOTTI, Marcelo Cervo. A dinâmica territorialização-desterritorialização e reterritorialização em áreas de reforma agrária na campanha gaúcha. (2013). Disponível em <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/22080/12054>> Acesso em: 10 de fevereiro de 2021.
- CHEROBIM, M. — Trabalho e comércio nos seringais amazônicos. Perspectivas, São Paulo, 6:102-107, 1983.
- CLEPS, G. D. G. O Comércio e a cidade: novas territorialidades urbanas. Sociedade e Natureza, Uberlândia, v. 16, nº 30, p.117-131, jun. 2004.
- CORRÊA, Roberto L. *O Espaço Urbano*, de Roberto Lobato Corrêa. Editora Ática, Série Princípios, 3a. edição, n. 174, p.1-16, 1995.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani A; SOUZA, Marcelo J. L; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. [S.l: s.n.], 2018, p. 41-52.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço e simbolismo. In: *Olhares geográficos – Modos de ver e viver o espaço*. Org. CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R. L. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2012.
- COSTA, Benhur P. da, BERNARDES, Antonio. Microterritorializações homoafetivas na cidade de Presidente Prudente-SP: o lazer noturno e as relações de interface. Revista Cidades, 2013, v. 10, n. 17, p. 31-60
- COSTA, Benhur P. da. Diversidade cultural e territorializações intra-urbanas tomando como exemplo o centro de Porto Alegre/RS. Boletim Gaúcho de Geografia, 26: 173-188, jul., 2000.
- CROZIER, M.; FRIEDBERG, E. L’acteur et le système. Paris: Seuil, 1977.
- CRUZ, V. C. O rio como espaço de referência identitária: reflexões sobre a identidade ribeirinha na Amazônia. In: TRINDADE JR., S.-C. C.; TAVARES, M. G. C. (Orgs.). Cidades ribeirinhas da Amazônia: mudanças e permanências. Belém: EDUFPA. 2008. p. 611-616.
- CUCHE, D. A Noção de Cultura nas Ciências Sociais. Bauru-SP: EDUSP, 1999.

- CUNHA, Euclides. *À Margem da História*. São Paulo: Universidade de São Paulo/ Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro. s/ data. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000088.pdf>. Acesso em: 20 de abril. 2021.
- CUSTÓDIO, Luiz Antônio Bolcato. Ordenamentos urbanos nas Missões Jesuíticas dos Guarani – parte 1. *Arquitextos*, São Paulo, ano 17, n. 200.05, Vitruvius, jan. 2017 <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/17.200/6398>>.
- DANIEL, Pe. João. *Tesouro descoberto no Máximo Rio Amazonas* Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1976. 2 v.
- DEANE, P. *A revolução industrial*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.
- DELEUZE, G. e GUATTARI, F. s/d. [ed. original: 1972] *O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O anti-édipo: capitalismo e esquizofrenia*. SP: Editora 34, 2010.
- DIAS, Manuel Nunes. Os acionistas e o capital social da Companhia do Grão Pará e Maranhão. (Os dois momentos : o da fundação (1755-1758) e o da véspera da extinção (1776)). In: *Cahiers du monde hispanique et luso-brésilien*, v. 11, n. 1, 1968 (1). p. 29-52. Disponível em: http://www.persee.fr/doc/carav_0008-0152_1968_num_11_1_1204. Acesso em: 08 de ago. 2020.
- DUBAR, C. *Agente, ator, sujeito, autor: do semelhante ao mesmo*. Paris, p. 56-69, primavera 2004. Disponível em: <<http://bit.ly/2nAIqUI>>. Acesso em: 10 nov. 2016.
- FACHIN, Odília. *Fundamentos de metodologia*. São Paulo: Saraiva, 2006.
- FERREIRA, Denis. *Comércio: origem e definição*, 2017. <http://admsemsegredos.com/comercio-origem-e-definicao/>
- FERREIRA, Dina Maria Martins. *Do semelhante ao mesmo, do diferente ao semelhante: sujeito, ator, agente e protagonismo na linguagem*. Belo Horizonte: RBLA, v. 17, n. 4, p. 619-640, 2017.
- FOGAÇA, Jennifer Rocha Vargas. "*Vulcanização da borracha*"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/quimica/vulcanizacao-borracha.htm>. Acesso em 14 de abril de 2021.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- FUINI, Lucas Labigalini. *Território, territorialização e territorialidade: o uso da música para a compreensão de conceitos geográficos*. (2014). Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/tp/article/view/6155>> 09/02/2021 às 19h
- FUINI, Lucas Labigalini. O território em Rogério Haesbaert: concepções e conotações. *Geografia, Ensino & Pesquisa*, Vol. 21, n.1, 2017, p. 19-29
- GALLAGHER, John; ROBINSON, Ronald. The imperialism of free trade. *The Economic History Review*, v.6, n.1, Cambridge, p. 1-15, 1953
- GARCIA, M. F. *Negócio e campesinato: uma estratégia de reprodução social*. Boletim do Museu Nacional de Antropologia, n. 45. Rio de Janeiro, 1983.
- GADOTTI, M. (1983). *Concepção dialética da educação*. São Paulo: Autores Associados.
- GIANFOLDINI, M. *O processo de pesquisa: iniciação*. Brasília, DF: Liber, 2006.
- GIL, Izabel Castanha. *Territorialidade e Desenvolvimento Contemporâneo*. *Revista Nera*, n.4(7), 2004, p.5–19. Disponível em <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/1476/1452>> Acesso em: 05 de janeiro de 2021.
- GODELIER, M. *O ideal e o material: pensamento, economias, sociedades*. Fayard, Paris, 1984.

- GODOY, W. I. *As feiras-livres de Pelotas, RS: estudo sobre a dimensão socioeconômica de um sistema local de comercialização*. 2005. 284 f. Tese (Doutorado em Agronomia) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2005.
- ANJOS, F. S.; GODOY, W. I.; CALDAS, N. V. *As feiras livres de Pelotas sob o império da globalização: perspectivas e tendências*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, 2005.
- GOETTERT, Jones Dari; MONDARDO, Marcos Leandro. O “Brasil migrante”: gentes, lugares e transterritorialidades. Rio de Janeiro: GEOgraphia, v. 11 n. 21, 2009.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Amazônia: encruzilhada civilizatória, tensões territoriais em curso*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.
- GOULART, J. 1968. *O regatão*. Rio de Janeiro: Conquista.
- GRAWITZ, M. *Métodos y técnicas de las ciencias sociales*. Barcelona: Hispano Europea, 1975. 2 v.
- GUNTHER, H. *Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão?* Psicologia: teoria e pesquisa, Brasília, DF, v. 22, n. 2, p. 201-210, maio-ago, 2006.
- HAESBAERT, Rogério. As armadilhas do território. In: SILVA, José B. da; SILVA, Cícero N. M. da; DANTAS, Eustógio W. C. (org.). *Território, modo de pensar e usar*. Fortaleza: Edições UFC, 2016, p. 19-41.
- HAESBAERT, R. Hibridismo cultural, “antropofagia” identitária e transterritorialidade. In: BARTHE-DELOIZY, F., and SERPA, A., orgs. *Visões do Brasil: estudos culturais em Geografia* [online]. Salvador: EDUFBA; Edições L'Harmattan, 2012, pp. 27-46.
- HAESBAERT; Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. Rio de Janeiro: Revista Geo UFRJ, 2007.
- HAESBART, Rogério; MONDARDO, Marcos. Transterritorialidade e antropofagia: territorialidades de trânsito numa perspectiva brasileiro-latino-americana. Rio de Janeiro: GEOgraphia, v. 12 n. 24, 2011.
- HAESBAERT, Rogério; RAMOS, Marina T. O mito da desterritorialização econômica. *Geographia*, ano 6, n. 12, p. 25-48, 2004.
- HAESBAERT, Rogério. Território, Cultura e Des-Territorialização. In: RODENDHAL, Z. CORRÊA, R. L. (Orgs.) *Religião, Identidade e Território*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.
- HAESBAERT, R. *Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção*. RJ: Bertrand, 2014.
- HAESBAERT, Rogério. A desterritorialização: Entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E., *et al.*, *Geografia: Conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p. 165-206.
- HAESBART, Rogério. Identidades Territoriais. In: RODENDHAL, Z. CORRÊA, R. L. (Orgs.). *Manifestações Culturais no Espaço*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999^a
- HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. – 4^a ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- HAESBAERT, Rogério. *O Mito da Desterritorialização*. 3^a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- HAESBAERT, R. Hibridismo cultural, “antropofagia” identitária e transterritorialidade. In: BARTHE-DELOIZY, F., and SERPA, A., orgs. *Visões do Brasil: estudos culturais em Geografia* [online]. Salvador: EDUFBA; Edições L'Harmattan, 2012, pp. 27-46. ISBN 978-85-232-1238-4.
- HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: HEIDRICH, A. L. et al. (Org.). *A emergência da multiterritorialidade: a ressignificação da relação do humano com o espaço*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p.19-36.
- HAESBAERT, Rogério. *Des-territorialização e Identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste*. Niterói: EdUFF, 1997.

- HALL, S. Quem Precisa de Identidade? In: Silva, T. T. (Org.). Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2004.
- HARRIS, Mark. Presente Ambivalente: uma maneira amazônica de estar no tempo. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (org.). Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006.
- HARVEY, D. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1994.
- HEGENBERG, L. Etapas da investigação científica. São Paulo: E.P.U./EDUSP, 1976. v. 2, Capítulo 4.
- HEIDRICH, Álvaro Luiz. Fundamentos da formação do Território Moderno. Boletim Gaúcho de Geografia, Porto Alegre, v. 23, p. 9-22, 1998.
- HONORATO, Cezar Teixeira. O polvo e o porto. São Paulo: Hucitec, 1996.
- HONORATO, C. T.; MANTUANO, T. V. O que era o trapiche? o porto e a cidade do rio de janeiro no século XIX. Acervo - Revista do Arquivo Nacional, v. 28, n. 1, p. 144-158, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/43678>. Acesso em: 16 jun. 2021.
- HONORATO, Cezar Teixeira; MANTUANO, Thiago Vinícius. O trapiche e suas fronteiras: negociantes e a transição do porto do Rio de Janeiro rumo à lógica do capital (XIX-XX). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, X., 2013, Juiz de Fora, Anais.
- IANNI, Octavio. Globalização e Transculturação. Florianópolis: Revista de Ciências Humanas, v. 14, n. 20, 1996, p. 139-170.
- IBGE. **Censo Demográfico**, 2000. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 março 2020.
- INCRA – Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária. Brasília: INCRA, 2020.
- JACQUES, M. G. C. (1998). Identidade. In: M. N. Strey et al. Psicologia social contemporânea (pp. 159-167), Petrópolis: Vozes.
- JESUS, G. M. de. O lugar da feira Livre na grande cidade capitalista. Rio de Janeiro, 1964-1989. Revista Brasileira de Geografia/Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, ano I, nº1, p.95-120, janeiro/março, 1992.
- JOLIVET, R. Curso de filosofia. 13.ed. Rio de Janeiro: Agir, 1979. Segunda Parte. Capítulo 2.
- KOSIK, K. Dialética do concreto. Tradução de Célia Neves e Aldérico Toríbio. 2. ed. [1976]. 6ª reimpr. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- LAMARÃO, Sérgio Tadeu. Dos trapiches ao porto: um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro. 1. ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte; Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1991.
- LANGDON, E. J. 1999. A Fixação da Narrativa: do Mito para a Poética da Literatura Oral. Horizontes Antropológicos. Ano 5, N. 12.
- LARANJEIRAS, Raymundo. Colonização e reforma agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. Disponível: <http://books.google.com.br>
- LE BERRE Maryvonne. Territoires, In: BAILLYA; FERASR; PUMAIND, (coord.). Encyclopédie de la Géographie, Paris, Economica, 1992. (Tradução: ZAMORANO, Gloria). Disponível em < <http://pt.scribd.com/doc/52678477/LE-BERRE>> Acesso em: 02 de janeiro de 2021.
- LEITE, Daniela Carvalho Bezerra. *Feiras como espaços de hospitalidade e identidade coletiva: Feira permanente da Ceilândia/DF*. 2015. 165 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo) —Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- LEFÈBVRE, H. La production de l'espace. 3e édition, Paris: Éditions Anthropos, 1986.
- LEFÈBVRE, H. A vida cotidiana no mundo moderno. São Paulo: Ática, 1991. (Série Temas, 24, Sociologia e Política).
- LÉVI-STRAUSS, C. 1974[1950]. A obra de Marcel Mauss. In: MAUSS, M. Sociologia e Antropologia. São Paulo : Edusp.

- LIMA, Telma; MIOTO, Regina. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Rev. Katál*, Florianópolis, v. 10, n.especial, p. 37-45, 2007.
- MACHADO, Lia Osório. O controle intermitente do território Amazônico. *Revista Território*. Rio de Janeiro, ano 1, vol.2, p.19-32.
- MAUSS, M. 1974 [1923-24]. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In : _____. *Sociologia e Antropologia*. v. II. São Paulo : Edusp.
- MARANGONI, V., MARTINS, A., VIANA, R., & BEZERRA. Um anti (herói) amazônico: a resistência dos regatões nos rios do amazonas. Rio de Janeiro: Amazon Business Research, 2018.
- MARQUES, Marta Inês Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. Presidente Prudente. *Revista NERA*: vol. 11, nº 12 – junho 2008.
- MASSEY, D. Pelo espaço: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MC-GRATH, David. Parceiros no crime: o regatão e a resistência cabocla na Amazônia tradicional. *Novos Cadernos NAEA* vol. 2, nº 2 - dezembro 1999.
- MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu Savério (orgs.). *Territórios e Territorialidades*: teorias, processos e conflitos. 1ª ed. São Paulo: Editora Expressão Popular; Presidente Prudente: UNESP, 2009, p.217-227.
- MEDEIROS, Jorge França da S. As feiras livres em Belém (PA): dimensão geográfica e existência cotidiana. Belém: UFPA, 2010.
- MILTON NASCIMENTO. Encontros e despedidas. Gravadora Barclay: 1985.
- MINAYO, M. C. de S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MONDARDO, Marcos. “A dinâmica multi/transterritorial dos povos Guarani e Kaiowá na fronteira do Brasil com o Paraguai”. In: RÜCKERT, A. A.; SILVA, A. C. P. da; SILVA, G. de V. (Orgs.). *Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território: integração sul-americana e regiões periféricas*. Porto Alegre: Editora Letra1, 2018, p. 218-233 DOI 10.21507/9788563800367-13
- MORAIS, Ione Rodrigues Diniz & ARAÚJO, Marcos Antônio Alves de. "Territorialidades e Sociabilidades na Feira Livre da Cidade de Caicó (RN)" - Instituto de Geografia da UFRN, 2006.
- MOREIRAS, A. A exaustão da diferença: a política dos estudos culturais latinoamericanos. EdUFMG. Belo Horizonte, 2001.
- MOTA, D. M. da *et al.* As senhoras da mangaba. In: Mota, D. M.; Silva Júnior, J. F. da; Schmitz, H.; Rodrigues, R. F. de A. (editores técnicos). *A mangabeira, as catadoras o extrativismo*. Belém, Pará: Embrapa Amazônia Oriental; Aracaju, Sergipe: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2011. p. 95-127.
- NEVES, Walter. “Biodiversidade e sociodiversidade: dois lados de uma mesma equação”. In *Desenvolvimento sustentável nos trópicos úmidos*, L.E. Aragón, p. 365-97. Belém: UNAMAZ, 1992.
- NUNES, B.F. A interface entre o urbano e o rural na Amazônia Brasileira. In: CASTRO, E. (org.). *Cidades na Floresta*. São Paulo: ANNABLUME, 2008.
- NUNES, Débora Aquino. Feiras-livres e feiras de exposição: expressões da relação cidade-floresta no sudeste paraense. 2015. 254 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2015. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido.
- NUNES, Francivaldo Alves. Direitos de propriedade em aldeamentos e colônias agrícolas na Amazônia (1840 – 1880). *Tempo*, v. 22, n. 39, p. 154-174, jan./jul. 2016. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/tem/v22n39/1413-7704-tem-22-39-00154.pdf>>. Acesso em: 28 março de 2021.

- OLIVEIRA, Roberto Carlos de. *O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever*. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996.
- OLIVEIRA, Tamires Aparecida B. de; VALENÇA, Kleber Firpo Prado. A importância da metodologia científica para o ensino e aprendizagem no ensino superior. *Formação de Professores: Complexidade e Trabalho Docente*. XXII Congresso Nacional de Educação; PUCPR, 2015.
- OLIVEIRA, J. A.; SCHOR, T. Das cidades da natureza à natureza das cidades. In: TRINDADE JR., S-C.; TAVARES, M. G. C. (Orgs.). *Cidades ribeirinhas da Amazônia: mudanças e permanências*. Belém: EDUFPA, 2008. p. 15-26.
- ORNAT, Márcio J. Entre territórios e redes geográficas: considerações sobre a prostituição travesti no Brasil meridional. *Terr@Plural*, Ponta Grossa, v.3, n.1, p.89-101, jan./jul. 2009.
- ORNAT, Márcio J.; SILVA, Joseli M. Território descontínuo paradoxal, movimento LGBT, prostituição e cafetinagem no sul do Brasil. *GEOUSP – Espaço e Tempo (Online)*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 113-128, 2014.
- PADINHA, Marcel Ribeiro. *Em Terras Precárias Quem Tem Pouco é Centro: o papel das pequenas cidades na rede urbana amazônica: uma análise a partir de Cametá-Pa*. Dissertação (Mestrado em Geografia) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UFPA, Belém, 2010.
- POMPEU, José Danúzio Pinto. *Evolução territorial e urbana do município de Cametá (PA)*. Coleção Novo Tempo Cabano, vol. 1, 2002.
- PENNA, D. S. Ferreira. 1973. *Obras Completas: Volume I*. Belém: Conselho Estadual de Cultura.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. *Amazônia, Amazônias*. São Paulo: Contexto, 2001.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Amazônia: encruzilhada civilizatória, tensões territoriais em curso*. Rio de Janeiro: Novos Cadernos NAEA, 2018 v. 21, n. 3, 2018.
- PURPURA, Christian. *Formas de existência em áreas de fronteira: a política portuguesa do espaço e os espaços de poder no oeste amazônico (séculos XVII e XVIII)*, 2006 (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2006, p. 106. doi: 10.11606/D.8.2006.tde-05072007-113143. Acesso em: 04 de ago. 2017.
- RAFFESTIN, C. *Repères pour une théorie de la territorialité humaine*. Cahier/Groupe Réseaux, (7), 1987.
- RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do Poder*. SP: Ática, 1993.
- RANGEL, Alberto. *Inferno verde (scenas e cenários do Amazonas)*. 4. ed. Tours: Typographia Arrault, 1927.
- RAVENA, Nirvana; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. A teia de relações entre índios e missionários a complementaridade vital entre o abastecimento e o extrativismo na dinâmica econômica da Amazônia Colonial. *Belo Horizonte: Varia Historia*, vol. 29, nº 50, 2013, p.395-420.
- REGO, J. F. *Amazônia: do extrativismo ao neoextrativismo*. *Ciência Hoje*, 25, 147, 62-65, 1999.
- RIBEIRO, M. A. *A rede urbana amazônica – da rede dendrítica à configuração de uma rede complexa*. *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. São Paulo: Gaspar/EDUSP, 2001. pp., 369 - 389.
- RIBEIRO, E. M. (Org.). *Feiras do Jequitinhonha: mercados, cultura e trabalho de famílias rurais no semiárido de Minas Gerais*. Fortaleza: BNB/ETENE, 2007.
- RIBEIRO, Rafael Rossetto; BELOTO, Gislaíne Elizete. *A configuração da forma urbana em novas cidades portuárias brasileiras*. *Conference: XXIII Congresso ArquiSurAt*: Belo Horizonte, 2019.

- HOFFMANN, Valmir Emil; SILVA, Silmara Nascimento da. Porto de Itajaí: o impacto da abertura de mercado e conseqüente municipalização. Itajaí, SC: Universidade do Vale do Itajaí, 2001.
- RODRIGUES, Mirian C. Carvalho. O processo de expansão e ocupação urbana em Cametá (PA): uma análise sobre a formação do Bairro do Castanhal. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia). Faculdade de Geografia. UFPA, Campus Cametá, 2017.
- ROSA, Larissa Farina. A importância do porto de Itajaí na economia catarinense no período de 2006 – 2011. Itajaí, SC: Universidade do Vale do Itajaí, 2012.
- ROSENDAHL, Z. Espaço e Religião: uma abordagem geográfica. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.
- ROSTAIN, S. 1991b. “Approche pour la compréhension de l’emmanchement des haches d’Amazonie” *Compte rendu du XII e Congrès International d’Archéologie de la Caraïbe*, 1, Curaçao, Ayubi & J. Havisser (eds.), 1: 167-186.
- SACK, R. D. Human territoriality: its theory and history. London: Cambridge University Press, 1986.
- SAHLINS, M. Cultura e razão prática. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal. 19 ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- SANTOS, Carlos. Território e Territorialidade. *Revista Zona de Impacto*, Ano. 11 v.13, set\dez, 2009. Disponível em: <http://www.albertolinscaldas.unir.br/TERRIT%20E%20TERRITORIALIDAD E_volume13.html> Acesso em abril de 2021.
- SANTOS, Flodoaldo Moreira dos. O porto de Cametá no espaço de circulação. Cametá-Pa: Lendoas, 2015.
- SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal. SP/RJ: Record, 2015.
- SANTOS, Roberto Araujo de Oliveira. História econômica da Amazônia. 1800-1920. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.
- SANTOS, M. Espaço e Sociedade. Petrópolis: Vozes, 1979.
- SANTOS, Milton. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana. 6ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008
- SANTOS, Milton. Pensando o espaço do homem. 5ª Ed. São Paulo: Edusp Editora da Universidade de São Paulo, 2009. 90p.
- SANTOS, M. Território globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SAQUET, Marcos. Abordagens e concepções de território. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SAQUET, Marcos. Proposições para estudos territoriais, *Geographia*, Rio de Janeiro, n.15, 2006, p.71-85.
- SAQUET, Marcos. Contribuições para o entendimento da obra de Manuel Correia de Andrade: geografia, região, espaço e território, *Geo UERJ*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 21, p.1 - 19, 2010.
- SAQUET, Marcos Aurélio. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.
- SAQUET M., Os tempos e os territórios da colonização italiana, Porto Alegre, EST Edições, 2003.
- SAQUET, M. A. Proposições para estudos territoriais. *GEOgraphia*, Rio de Janeiro, Ano VIII, n.15, p.71-85 ,2006.

- SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu Savério (orgs.). Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos. 1ª ed. São Paulo: Editora Expressão Popular; Presidente Prudente: UNESP, 2009.
- SERVILHA, M. M. As relações de trocas materiais e simbólicas no mercado municipal de Araçuaí–MG. 2008. 166 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2008.
- SCHOR, Tatiana; COSTA, Danielle Pereira da. Rede urbana na Amazônia dos grandes rios: uma tipologia para as cidades na calha do Solimões-Amazonas-AM. X Simpósio Nacional de Geografia Urbana, Florianópolis, novembro 2007b.
- SILVA, E. A. Evolução Histórica do Método Científico Desafios e Paradigmas para o Século XXI. Disponível em: <http://www.feata.edu.br/downloads/revistas/economiaepesquisa/v3_artigo07_evolucao.pdf>. Acesso em: 19 set. 2017.
- SILVA, Daniela Florêncio da. Viver “entre-lugares” e a transterritorialidade no campo de refugiados de Dadaab (Quênia). Sergipe: Revista de Geografia (Recife) V. 35, No. 1 (especial), 2018.
- SOJA, E. The political organization of space. Washington: D. C.; Association of American Geographers, 1971.
- SOUZA, Marcelo L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná, E. de; GOMES, Paulo Cesar da C.; CORRÊA, Roberto L. (org.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.
- SOUZA, Marcelo Lopes. TEIXEIRA, Eduardo T. Fincando bandeiras, ressignificando o espaço: territórios e “lugares” do movimento dos sem-teto. Revista Cidades, Presidente Prudente, v. 6, n. 9, 2009, p. 29-66.
- STANDING, Guy. O precariado: a nova classe perigosa. Traduzido por Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- STERNBERG, O’Reilly H. (1956b). A água e o homem na Várzea do Careiro. Rio de Janeiro: Tese de Concurso para Cátedra, Universidade do Brasil, 2 vols., 230 p. (e mapas).
- TAVARES, Maria Goretti da Costa. A formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação de municípios. Roraima: ActaGeográfica, v. 2, n. 3, 2018.
- TOURAINÉ, A. El sujeto: Un nuevo paradigma para comprender el mundo de hoy. Traducción María Tabuyo y Agustín Lopez Tobajas. Buenos Aires: Paidós, 2006.
- TOURAINÉ, M. Critique de la modernité. Paris: Fayard, 1992.
- TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da; Cidades médias na Amazônia Oriental: das novas centralidades à fragmentação do território. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, vol. 13, núm. 2, novembro, 2011, pp. 135-151
- TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da; SILVA, Marcos Alexandre Pimentel da; AMARAL, Márcio Douglas Brito. Das “janelas” às “portas” para os rios: compreendendo as cidades ribeirinhas na Amazônia. In: TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da; TAVARES, Maria Goretti da Costa. (Orgs.). Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências. Belém: EDUFPA, 2008, p. 27-47.
- TOURAINÉ, A. A crítica da modernidade. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995 (Tradução: Elia Ferreira Edel).
- TURRA Neto, Nécio. Espaço e lugar no debate sobre território. Geograficidade, Rio de Janeiro, v.5, n.1, 2015, p. 52-59.
- THALHEIMER, August. Introdução ao Materialismo Dialético. São Paulo: Ciências Humanas Ltda, 1979.
- TURCO, A. (1 988). Verso una teoria geografica della complessità. Milano: Edizioni Unicopli.

- VALENÇA, T. G. Circuito carioca de feiras orgânicas: um olhar geográfico sobre a expansão da comercialização de alimentos orgânicos na cidade do Rio de Janeiro. 2016. 40 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- VARGAS, Rosane Marizeti Brum. As feiras de produtos regionais: uma transformação do habitus na mulher agricultora familiar. 2015. 160 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.
- VERISSIMO, E. O tempo e o vento. O continente (t. I). Porto Alegre: Globo, 1976.
- VERONESE, M. V.; LACERDA, L. F. B. O sujeito e o indivíduo na perspectiva de Alain Touraine. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 14, n. 2, p. 419-426, jul./dez. 2011.
- VASCONCELOS, Pedro de A. A utilização dos agentes sociais nos estudos de geografia urbana: avanço ou recuo? In: CARLOS, Ana F. A.; SOUZA, Marcelo L. de; SPOSITO, Maria E. B. (Org.). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2014, p.75-96.
- WALLACE, Alfred Russel (1979). *Viagens pelos rios Amazonas e Negro*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp.
- WANDERLEY, Maria N. Raízes históricas do campesinato brasileiro. XX Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu/MG, 1996.
- WITKOSKI, Antônio Carlos. (2007). *Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais*. Manaus: UFAM.
- WITKOSKI, A. C. Floresta de trabalho. In: Witkoski, A. C. *Terras, florestas e água de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso dos recursos naturais*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas - EDUA, 2007. p. 250-288.
- WOODWARD, K. Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T.T. (Org.). *Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- YOUNG, R. *O desejo colonial*. São Paulo: Perspectiva, 2005 [1995].

8 ANEXOS



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA- PPGG
PESQUISA: FEIRA LIVRE DE CAMETÁ: IDENTIDADES E
(TRANS)TERRITORIALIDADES

APÊNDICE A – PROTOCOLO DE ESTUDO

Aspectos/ ações a considerar	Data/horário Local/envolvidos	Providências	Observações	Possíveis fontes de evidências
a) Procedimentos iniciais	Visita à Secretaria de Desenvolvimento Econômico/PMC para pesquisa documental	Agendamento de visita/ ligações/ ofício (PPGG)	Pesquisa documental: análise de documentos da instalação da feira e sua regulamentação; Plano/projeto para ampliação e modernização do espaço/ambiente da feira; organização do espaço de negociação (É fixo? É rotativo?)	• Documentos Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Associação de Feirantes.
	Visita à Associação de feirantes; Entrevista com o presidente da Associação de Feirantes.	Agendamento de visita/ ligações/ofício (PPGG)	Pesquisa documental: • Análise de documentos sobre a organização da feira, número de barracas e pontos comerciais, origem dos feirantes, principais produtos vendidos; • Análise do regulamento para funcionamento da feira livre, bem como, do Estatuto da Associação dos Feirantes de Cametá; • Acesso ao cadastro de Feirantes; • Dados da Diretoria Executiva da Associação;	• Documentos Associação de Feirantes; • Entrevista -Presidente da Associação de Feirantes.

			<ul style="list-style-type: none"> • Aplicar o roteiro de Entrevista. 	
	<p>Visitas à feira (segunda a sexta)</p>	<p>Máquina digital, gravador, diário de campo e caneta.</p>	<p>Aplicar o plano de observação e os roteiros de entrevistas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de Observação da organização da feira; dos produtos comercializados; das formas de negociação; do envolvimento dos feirantes com os fregueses e dos trajetos realizados por estes para/até a feira. • Entrevistas -Feirantes -Fregueses
<p>b) Questões para o estudo</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Território e Territorialidades <ul style="list-style-type: none"> ✓ Delimitar o espaço que se compreende por Feira Livre de Cameté segundo os agentes produtores desse espaço e apontar as territorialidades produzidas por meio de trocas materiais e simbólicas. ✓ Quais espaços os entrevistados compreendem como Feira Livre? ✓ Qual a delimitação da Feira Livre de Cameté segundo o Plano Diretor do Município? ✓ Modo de organização e ocupação dos espaços da feira; ✓ Quanto ao uso de um sistema moderno ou tecnologia nas compras: dinheiro, cartão, boleto, PIX, transferência, carnê (crediário); ✓ Quais as relações estabelecidas entre fregueses e feirantes no contexto da feira (impessoalidade ou pessoalidade)? ✓ Quais as relações estabelecidas entre feirantes? (conflito, disputas, solidariedade orgânica). • Identidades <ul style="list-style-type: none"> ✓ Identificar atitudes peculiares típicas da identidade regional: gestos de produção, manipulação e conservação da matéria e modos próprios de se relacionar/vender/comprar alimentos na feira livre. 			<p>Referências</p>

	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Os feirantes oferecem dicas para o consumo/preparo/uso dos produtos que são vendidos? ✓ Quais as estratégias regionais para manter os produtos frescos e bonitos até o fim da feira? ✓ Os fregueses degustam/provam pedaços do produto? ✓ Os fregueses costumam degustar/apreciar alimentos vendidos na feira – farinha, açaí, camarão? ✓ Podem ser identificados gestos, linguagens e utilização da matemática; performances, jocosidades e interações para atrair fregueses? ✓ Como se dá o contato dos feirantes com os fregueses: da escolha dos produtos até a efetivação da venda/compra? ✓ Acontecem conversas sobre outros assuntos – política, religião, novela, jogo de futebol – entre os feirantes e fregueses? ✓ A escolha do produto está condicionada à qualidade ou à afinidade com o feirante? ✓ Na hora da compra/venda saberes locais são compartilhados? ✓ Como são identificados fregueses e feirantes dentro da Feira Livre? ✓ Feirantes tiveram pais ou familiares próximos que também trabalharam nesse ambiente? ✓ Existe um vínculo local com espaço da feira? <p>• Transterritorialidades</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Identificar os elementos transterritoriais: deslocamento de produtos, atividades, pessoas, serviços, informações, conhecimentos, modos de vida, culturas, crenças. ✓ Detectar os espaços de origem de feirantes e fregueses; ✓ Quem são os produtores e extrativistas que vendem seus produtos na Feira Livre e quais os produtos comercializados? ✓ Qual o tempo de deslocamento diário da feira ao seu local de origem? ✓ Feirantes e fregueses costumam compartilhar informações adquiridas na feira com familiares e vizinhos? ✓ Feirantes e fregueses costumam levar informações ou compartilhar crenças e costumes no espaço da feira? ✓ Quais os meios e vias de transporte utilizados para realizar o percurso até a feira? ✓ Coloca-se em prática as atividades e ensinamentos adquiridos na feira? ✓ Estabelece-se uma dependência do espaço da feira para a manutenção econômica e alimentícia da casa nos espaços urbanos, ribeirinhos e rurais? ✓ Verificar se realizam ações religiosas no ambiente da feira; ✓ Qual a frequência que os entrevistados se deslocam à Feira Livre; ✓ 	
--	---	--



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA- PPGG
PESQUISA: FEIRA LIVRE DE CAMETÁ: IDENTIDADES E
(TRANS)TERRITORIALIDADES

APÊNDICE F – FORMULÁRIO DA ANÁLISE DOCUMENTAL

Categorias de Análise	Fontes	Indicadores	Aspectos a serem analisados	S I M	N Ã O
A (trans) territorialidade na Feira Livre de Cametá	Documentos da Secretaria Municipal de Administração – SEMAD	Surgimento e Regulamentação da Feira.	Ano de início da feira		
			Número inicial/atual de barracas		
			Normas que regem a organização, funcionamento, montagem e desmontagem da Feira		
			Ano de início da feira		
			Número inicial/atual de barracas		
			Cadastro dos feirantes na associação		
	Documentos da Associação de Feirantes; Livros de Atas.	Estatuto da Associação dos Feirantes da Feira Livre de Cametá	Normas que regem a organização, funcionamento, montagem e desmontagem da Feira		
			Finalidade da Associação dos Feirantes de Cametá		
			Deveres e Direitos dos Associados		



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA- PPGG
PESQUISA: FEIRA LIVRE DE CAMETÁ: IDENTIDADES E
(TRANS)TERRITORIALIDADES

APÊNDICE B – PLANO DE OBSERVAÇÃO

DA ORGANIZAÇÃO DA FEIRA:

Objetivo: Identificar se existe um planejamento para “fazer” a feira.

1. Em qual dia/horário os feirantes arrumam as barracas?
2. A que horas os feirantes e os fregueses chegam à feira no decorrer da semana?
3. A que horas vão (feirantes e fregueses) embora dela?
4. Como foram/são distribuídos os pontos de venda pela prefeitura?
5. Como são organizados os mercados?

DOS PRODUTOS COMERCIALIZADOS NA FEIRA:

Objetivo: Identificar se há variedade na escolha dos produtos a serem vendidos.

4. Quais os produtos são vendidos na feira?

DOS MODELOS DE NEGOCIAÇÃO EVIDENCIADOS NA FEIRA:

Objetivos: Verificar como se realizam as negociações no ato da venda: verificar se há articulação entre matemática, cotidiano e os negócios realizados na feira; identificar estratégias matemáticas para a resolução de situações-problema; relacionar os conhecimentos matemáticos utilizados na feira àqueles construídos na escola; verificar a utilização de cálculo mental, arredondamento e/ou outras estratégias econômicas de cálculo; identificar a influência/relevância da matemática na escola e na vida.

5. Como ocorrem as negociações entre fregueses e feirantes? Eles sugerem o arredondamento de preços (para mais ou para menos)?

DO ENVOLVIMENTO COM OS FREGUESES:

Objetivos: Descrever o processo de fazer a feira enfatizando os gestos, linguagens e utilização da matemática; identificar a existência de performances, jocosidades e interações para atrair fregueses.

6. Descrição dos passos do contato dos feirantes com os fregueses: da escolha dos produtos até a efetivação da venda/compra.
7. São utilizadas táticas, brincadeiras, piadas, versos ou conversas para atrair a freguesia?

Sim Não

Quais:

8. São feitas promoções para atrair os fregueses?

Sim Não

De que tipo?

9. Acontecem conversas sobre outros assuntos – política, novela, jogo de futebol – entre os feirantes e fregueses?

Sim Não

Sobre quais assuntos eles conversam?

DAS RELACÕES ESTABELECIDAS

Objetivos: Identificar gestos de produção, manipulação e conservação da matéria e modos peculiares de se vender alimentos e de se relacionar na feira livre.

10. Os feirantes oferecem pedaços do produto para serem experimentados/provados pelos fregueses?

Sim Não

De quais produtos?

11. Os fregueses apalpam e cheiram os produtos?

Sim Não

Quais?

12. Os fregueses degustam/provam pedaços do produto?

Sim Não

Quais?

13. Os fregueses costumam degustar/apreciar alimentos vendidos na feira – farinha, açaí?

Sim Não

Quais?

14. Fregueses e feirantes demonstram intimidade? Quais?

15. Feirantes e fregueses compartilham de histórias de vida? Quais?

16. Feirantes e fregueses trocam dicas sobre saúde, religião, economia?

17. Os feirantes oferecem dicas para o consumo/preparo/uso dos produtos que são vendidos?



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA- PPGG
PESQUISA: FEIRA LIVRE DE CAMETÁ: IDENTIDADES E
(TRANS)TERRITORIALIDADES

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PRESIDENTE DA
ASSOCIAÇÃO DE FEIRANTES DA FEIRA LIVRE DE CAMETÁ

Nome: _____

Idade: _____ Sexo: () Masculino () Feminino

Onde reside: _____

Qual a sua escolaridade? _____

Perguntas pessoais

1. O que lhe motivou a ser presidente da Associação de Feirantes da Feira Livre de Cametá?
 2. Há quanto tempo você frequenta a feira?
 - () Entre 5 a 10 anos
 - () Entre 10 a 15 anos
 - () Entre 15 a 20 anos
 - () Entre 20 a 25 anos
 - () Desde que a feira foi fundada (há mais ou menos 23 anos).
 3. O que você sabe sobre o surgimento da Feira Livre de Cametá: ano de início, número de feirantes, quem iniciou a feira e por quê? Quais foram os primeiros produtos a serem oferecidos?
 4. Você sabe por que foi escolhido a margem do Rio Tocantins para se localizar a feira? A feira sempre foi ali?
 5. Como é organizada a feira? (Escolha das barracas, definição de quem e do que pode vender).
 6. Existe um mapa para definição do local das barracas? Existe um critério para organização dos produtos (comidas, vestuário, utensílios)?
 7. Quantos são os feirantes cadastrados? Como é feito esse cadastro? O número de feirantes corresponde ao número de barracas? (Posso ver os cadastros?)
 8. Há uma definição de como os preços serão praticados? Como é feita essa definição?
 9. Existe um cálculo do movimento financeiro da feira? Quem faz esse cálculo?
 10. A associação possui um Regimento? Quando ele foi instituído? Quem participou da elaboração?
- ***Você pode nos dar uma cópia?
11. Os feirantes contribuem de alguma forma para a associação? Como?
 - () Sim () Não
 12. A associação presta algum auxílio/orientação para os feirantes? Qual?
 13. Onde, quando e como acontecem as reuniões da associação?
 14. O poder público municipal apoia os feirantes? De que modo?
 15. Quando foram feitas, por quem e quais as principais melhorias na feira?
 16. Atualmente, qual é a principal necessidade da feira?

17. Por que você acha que os fregueses que vêm à feira deixam de ir a lugares mais espaçosos, a lojas, a supermercados e escolhem a feira para fazer suas compras?
18. Em que aspectos a experiência da Feira Livre de Cametá pode ajudar a outras feiras das cidades ao seu entorno?



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA- PPGG
PESQUISA: FEIRA LIVRE DE CAMETÁ: IDENTIDADES E
(TRANS)TERRITORIALIDADES

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM FEIRANTES

Nome (opcional): _____

Idade: _____ Sexo: () Masculino () Feminino

Onde reside: _____

Perguntas pessoais

1. Qual a sua escolaridade?

Objetivo: Relacionar o grau de escolaridade com a atividade de feirante.

Ensino Fundamental – 1ª a 4ª série () Completo () Incompleto

Ensino Fundamental – 5ª a 8ª série () Completo () Incompleto

Ensino Médio – 1º ao 3º ano () Completo () Incompleto

Curso técnico () Completo () Incompleto

2. Você desenvolve outra atividade além de ser feirante?

Objetivo: Identificar possíveis relações entre as outras atividades que realiza além da função de feirante.

() Sim () Não

Quais:

3. O que lhe motivou a escolher a atividade de feirante?

Objetivo: Verificar se existe uma identificação pela atividade ou se a escolha foi aleatória, por motivos financeiros ou por vocação.

4. Há quanto tempo você é feirante? Esse tempo foi somente na Feira Livre de Cametá ou em outros locais?

() Menos de 2 anos

() Entre 2 a 5 anos

() Entre 5 a 10 anos

() Entre 10 a 15 anos

() Entre 15 a 20 anos

() Entre 20 a 25 anos

5. Como você calcula o tempo em que vai ficar na feira?

Objetivo: Identificar se existe um planejamento para “fazer” a feira.

6. Como você calcula os preços para não ter prejuízo e para não perder fregueses que poderiam comprar em outros lugares?

7. Você já tem uma freguesia certa? Quantos são, em média, seus fregueses certos?

Sim Não

Mais de 5 fregueses certos.

Mais de 10 fregueses certos.

Mais de 15 fregueses certos.

Não tenho fregueses certos.

8. Você produz algo pra vender? Você pratica o extrativismo? De onde vêm os produtos que você vende na feira?

9. Por que você acha que os fregueses gostam de seus produtos ou de comprar de você?

10. Você tem uma relação de intimidade com seus fregueses?

11. Você troca experiências com seus fregueses?

12. Quais os assuntos costumam falar nas conversas informais?

13. Há uma relação de amizade, conflitos e disputas entre feirantes?

14. Outras indagações que surgem ao longo da conversa.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA- PPGG
PESQUISA: FEIRA LIVRE DE CAMETÁ: IDENTIDADES E
(TRANS)TERRITORIALIDADES

APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM FREGUESES

Nome (opcional): _____

Idade: _____ Sexo: () Masculino () Feminino

Onde reside: _____

Perguntas pessoais

1. Qual a sua escolaridade?

Objetivo: Relacionar o grau de escolaridade com a atividade de feirante.

Ensino Fundamental – 1ª a 4ª série ()Completo ()Incompleto

Ensino Fundamental – 5ª a 8ª série ()Completo ()Incompleto

Ensino Médio – 1º ao 3º ano ()Completo ()Incompleto

Curso técnico ()Completo ()Incompleto

Especificar (curso Técnico): _____

Curso Superior ()Completo ()Incompleto

Pós-graduação ()Completo ()Incompleto

2. O que lhe motivou a escolher a feira livre de Cametá para suas compras?

Objetivo: Verificar se existe uma identificação com a feira ou se a escolha foi aleatória, ou por motivos de proximidade, ou até mesmo por ter uma gama de possibilidade de produtos e serviços.

3. Há quanto tempo você frequenta a feira?

Objetivo: Identificar o tempo de frequência à feira.

() Menos de 2 anos

() Entre 2 a 5 anos

() Entre 5 a 10 anos

() Entre 10 a 15 anos

() Entre 15 a 20 anos

() Entre 20 a 25 anos

() Desde que a feira foi fundada (há mais ou menos 23 anos).

5. Qual a frequência que você vem à feira?

6. Você gosta de conversar nesses espaços?

7. Você veio à feira em busca de quais serviços?

8. Por que escolhe esses produtos?

9. Você já tem os feirantes/bancas certos(as) para realizar suas compras? Porque você escolheu esse feirante?

10. Você costuma manter relações de amizade com os feirantes?

11. Vocês trocam conhecimentos? Quais?

12. Outras indagações que surgem ao longo da conversa.